

Suplemento Especial do

**JORNAL DOS
Trabalhadores**

N.º 1

250,00

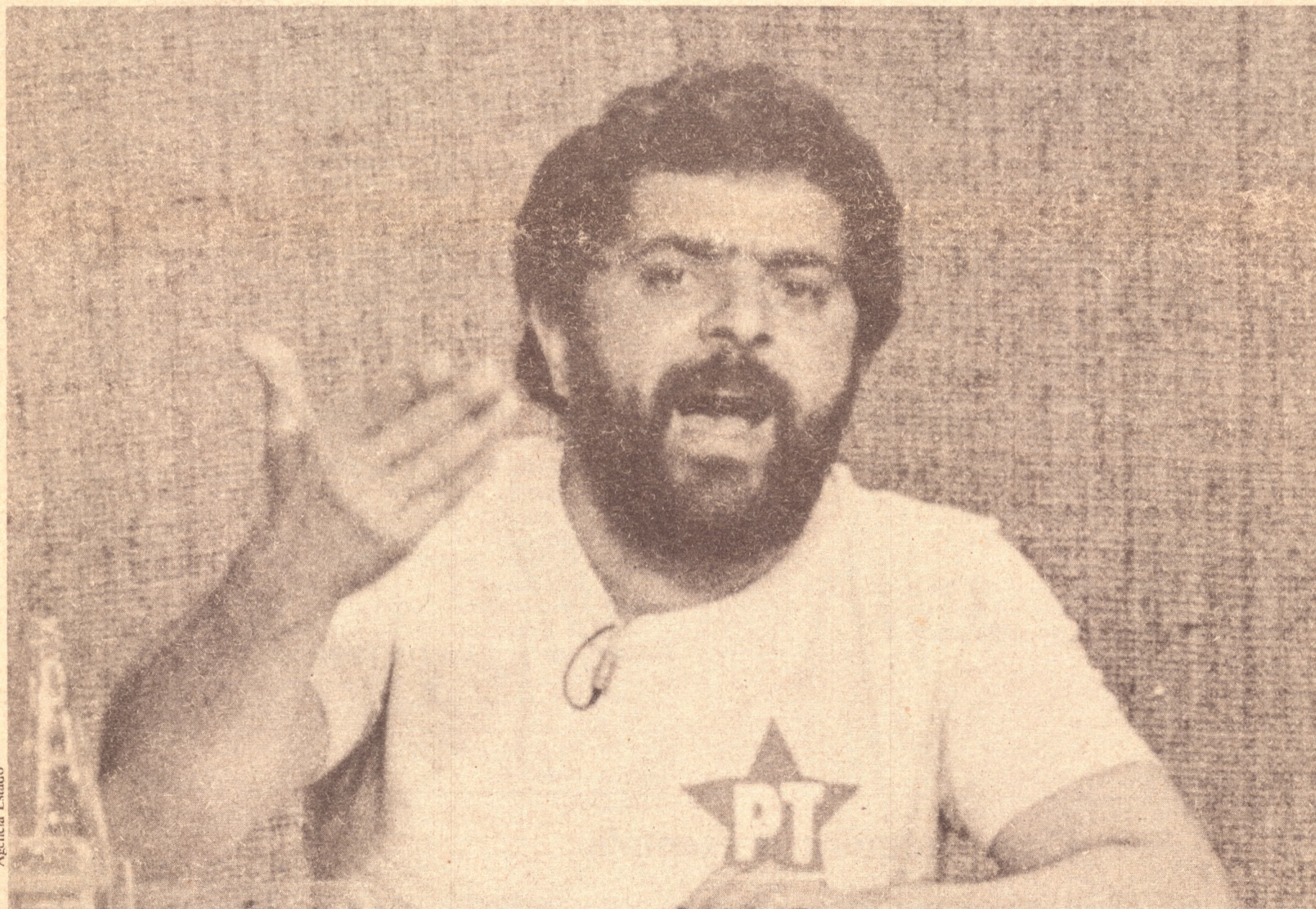
**outubro
de 1982**

O PT e a Economia

Projeto de Programa Econômico do PT

Uma Proposta para Debate

★ Solução para o desemprego ★ Redistribuição da renda ★ Luta contra a carestia e a inflação ★ Luta contra o imperialismo ★ Empreguismo e corrupção ★ Reforma Agrária



Agência Estado

“O Partido dos Trabalhadores não tem a menor intenção de gerir o capitalismo e suas crises, mas entende que lutas por objetivos imediatos são justas porque:

- a) correspondem a necessidades da classe trabalhadora, e
- b) reforçam as lutas por objetivos de médio prazo e pelo objetivo final, o socialismo.”

Da Introdução, p. 3

Uma Proposta para Debate

O presente Projeto de Programa Econômico do Partido dos Trabalhadores, agora apresentado ao público, decorre de uma decisão do Diretório Nacional do PT.

A elaboração e a divulgação desse documento procuram cumprir três objetivos básicos: 1) — contribuir para que a classe trabalhadora amplie sua consciência e sua organização, através do esclarecimento das origens e dos mecanismos dos problemas que a afligem, bem como da indicação de caminhos que podem ser trilhados aqui e agora para superar esses problemas; 2) — contribuir para a construção do PT, instrumento de luta da classe trabalhadora, pelo estímulo à reflexão teórica e pelo fortalecimento da unidade política; 3) — colaborar com os candidatos majoritários e proporcionais do PT na presente campanha eleitoral, fornecendo-lhes subsídios para a abordagem das questões nacionais mais prementes.

O documento foi elaborado por uma equipe de economistas do PT, coordenados por Paul Singer, e entre os quais citam-se Adriano Biava, Bastian P. Rydon, Carlos Eduardo Zanatta, Eduardo Matarazzo Suplicy, Francisco de Oliveira, Gessner José de Oliveira Júnior, Paulo de Tarso Vannuchi, Plínio de Arruda Sampaio Filho; e contou com a colaboração de especialistas não filiados ao PT. Os autores do documento utilizaram-se, para sua feitura, não apenas de conhecimentos especializados e das contribuições recolhidas em discussões preliminares no Diretório Nacional do Partido, mas, principalmen-

te, da teorização da prática concreta das lutas políticas, populares e sindicais travadas nos últimos anos da vida brasileira, e das quais eles têm sido não apenas meros observadores, mas participantes ativos e comprometidos com as causas da democracia e da libertação da classe trabalhadora.

Os leitores notarão, desde logo, que não se trata de um documento completo e acabado sobre a economia nacional, e que, além disso, contém itens controversos que estão a merecer debate mais aprofundado não apenas dos especialistas, mas, principalmente, do conjunto da classe trabalhadora. Tais são, entre outros, os que se referem às questões do socialismo, do papel do Estado na economia, da distribuição da renda e da Reforma Agrária. E essa é uma característica essencial e deliberada do Projeto de Programa Econômico do Partido dos Trabalhadores: não constituir-se num receituário de gabinete, pronto e irretorquível, mas sim numa proposta emanada da prática cotidiana dos trabalhadores e destinada a deflagrar um processo amplo, coletivo e democrático de discussões.

Submetido à Comissão Executiva Nacional do PT, o presente documento mereceu aprovação nessa condição de ser uma proposta destinada à mais ampla discussão, dentro e fora do Partido, para os complementos, as correções e os aprimoramentos que se fizerem necessários. Todas as críticas e contribuições — quer as originadas dos debates que devem ser travados nas instâncias orgânicas do PT, dos Núcleos de Base ao Diretório Na-

cional, quer as emanadas do exame do Projeto por quaisquer leitores deverão ser encaminhadas à Comissão Executiva Nacional do Partido dos Trabalhadores. Em tempo oportuno, e através de um grupo de trabalho de economistas do PT, a CEN incorporará as contribuições a novo documento, que será então submetido à discussão e à aprovação formais do conjunto do Partido.

Outra característica do documento: embora, como o nome indica, trate especificamente de assuntos econômicos, o documento não deixa de constituir, também, uma diretriz política, dada a natureza das questões abordadas e o indissolúvel liame que interliga essas duas esferas de atividades e de reflexões na sociedade, a Economia e a Política.

Assim — ao lado do Manifesto, do Programa, do Estatuto, do discurso de Lula na Convenção Nacional do PT de setembro de 1981, em Brasília — o Programa Econômico tende a constituir-se num dos textos básicos do arsenal teórico do PT e num dos principais instrumentos de conscientização, de organização e de ação dos trabalhadores brasileiros na vida política nacional da atualidade.

Ao decidir publicar este documento, o Jornal dos Trabalhadores, órgão oficial e nacional do PT, teve em mira dois propósitos: contribuir para que a necessária discussão seja a mais ampla possível; e inaugurar, dessa maneira, uma série de publicações, ao lado do próprio jornal quinzenal, que, sob o título geral de Suplemento Especial do Jornal dos Trabalhadores, tratará de divulgar os principais textos teóricos do PT e da classe trabalhadora.

O Editor

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO

2. LUTA CONTRA O DESEMPREGO

- 2.1. Porque cresceu o desemprego
- 2.2. O montante provável do desemprego
- 2.3. As consequências do aumento do desemprego
- 2.4. Luta contra o desemprego: a redução da jornada de trabalho
- 2.5. A estabilidade no emprego
- 2.6. A solução para o desemprego
- 2.7. O salário-desemprego

3. REDISTRIBUIÇÃO DA RENDA

- 3.1. A concentração da renda no Brasil
- 3.2. As desigualdades raciais
- 3.3. As desigualdades entre homens e mulheres
- 3.4. A redistribuição da renda a longo prazo
- 3.5. Redistribuição da renda a curto prazo

4. INFLAÇÃO

- 4.1. O que é inflação
- 4.2. A repartição da renda
- 4.3. Preços, mercados e Estado
- 4.4. Os mecanismos da inflação

- 4.5. Quem está perdendo e quem está ganhando com a inflação
- 4.6. O ciclo inflacionário
- 4.7. Políticas contra a inflação
- 4.8. A luta contra a carestia
- 4.9. Como eliminar a inflação
- 5. O BRASIL NA ECONOMIA MUNDIAL 14
 - 5.1. O lugar do Brasil no mundo
 - 5.2. A luta contra o imperialismo
 - 5.3. O Brasil na crise do mundo capitalista
- 6. O ESTADO E A ECONOMIA 17
 - 6.1. O público e o privado
 - 6.2. Os gastos públicos
 - 6.3. Empreguismo e corrupção
 - 6.4. As fontes de receita pública
 - 6.5. Reforma fiscal
 - 6.6. Descentralização fiscal
 - 6.7. Os outros orçamentos: o monetário e o das empresas estatais
- 7. A QUESTÃO DA TERRA 20
 - 7.1. A situação no campo
 - 7.2. A Reforma Agrária
 - 7.3. Direitos do Trabalho
 - 7.4. Produção e distribuição
 - 7.5. Terras

Como adquirir o exemplar

"O PT e a Economia. Projeto de Programa Econômico do Partido dos Trabalhadores — Uma Proposta para Debate" pode ser adquirido ao preço de Cr\$ 250,00 nos seguintes locais:

Sede do **Jornal dos Trabalhadores** — Rua Andréa Paulinetti, 558, Cep 04707, Brooklyn Novo, São Paulo, SP, tel. 531.0618.

Sede do Diretório Regional do PT em São Paulo — rua Santo Amaro, 582, Cep 01317, Bela Vista, São Paulo, SP, tel. 35-1462 ou 36-2334.

Liderança do PT na Assembléia Le-

gislativa de São Paulo — Parque Ibirapuera, São Paulo, SP, tel. 288-1122, Ramais 440 a 444.

Liderança do PT na Câmara dos Deputados — Edifício do Congresso, Brasília, Distrito Federal, tel. (011) 223-2740 e 224-1609.

Sedes Regionais do PT nos Estados. Bancas e locais de venda de material do PT.

*

O pagamento deve ser efetuado no ato de compra, em dinheiro, cheque no-

minal a Perseu Abramo, cruzado e visado, ou Ordem de Pagamento a Perseu Abramo, Bradesco Agência Brigadeiro Luiz Antonio, conta n.º 018.150-1, São Paulo.

Pedidos de mais de dez exemplares gozarão de desconto de Cr\$ 20,00 por exemplar. As remessas para o Interior do Estado de São Paulo ou outros Estados serão feitas por Correio simples, ou, quando expressamente autorizado pelo solicitante, por via aérea com frete a pagar.

Trabalhadores

Órgão oficial do Partido dos Trabalhadores — PT Nacional, Quinzenário Reg. 055615/82. Publicação da Universal S/C Ltda. (CGC: 47.826.904/0001 (34). Redação e Administração - Rua Andréa Paulinetti, 558, CEP 04707 - São Paulo - SP - Brasil - Tel.: 531-0618. Editor responsável: Perseu Abramo (reg. prof. 5436, mat. sind. 1085). Administração: Francisco Rodrigues Martins. Departamento Jurídico: Luiz Eduardo Greenhalgh. Produção Gráfica: Elifas Andreatto, Cid Marcondes de Oliveira, Sérgio Allí. Fotografia: Samuel Iavelberg, Bio Zenha, Rosa Gauditano. Composição, Fitolito e Impressão: Rua Arthur de Azevedo, 1977 - Fones: 212-5061 e 814-4046.



“O objetivo fundamental, a longo prazo, do Partido dos Trabalhadores, é a construção do socialismo no Brasil.” (Foto: Sandra Adams)

1. Introdução

O PT almeja uma sociedade sem explorados e exploradores. Isso significa que o PT se coloca como objetivo primordial e permanente à mobilização da maioria do povo brasileiro, constituída por trabalhadores, por uma luta sem tréguas contra a desigualdade econômica e contra a dominação social e política.

Não há dúvida que, no Brasil de hoje (como de ontem), riqueza e poder andam juntos. Quem tem, manda; e quem nada possui é obrigado a obedecer. Portanto, para acabar com a diferença entre ricos e pobres, é preciso, ao mesmo tempo, acabar com a diferença entre os poucos que dão ordens e os muitos que só recebem ordens. O Partido dos Trabalhadores entende que a luta contra a desigualdade no plano econômico passa pela luta contra a dominação no plano social e político. Isso significa que a mera redistribuição da renda — tirar um pouco dos ricos para dar aos pobres — operada pelo Estado (por necessária que seja) não leva à sociedade sem explorados e sem exploradores que os trabalhadores almejam. Enquanto uma minoria tiver a propriedade dos meios de produção e o monopólio do poder político, os trabalhadores estarão sujeitos a serem dominados e, portanto, explorados.

O objetivo fundamental, a longo prazo, do Partido dos Trabalhadores, é a construção do socialismo no Brasil. É claro que isso não vai acontecer de um dia para o outro. Por isso, o Partido dos Trabalhadores coloca a construção de uma sociedade sem explorados e sem exploradores mediante a socialização dos meios de produção como objetivo a longo prazo. Não é que não tenhamos pressa. A injustiça e a miséria que vitimam a maioria tornam esta tarefa urgente. Mas sabemos que transformações reais requerem lutas prolongadas e uma considerá-

vel **acumulação de vitórias**. Cada conquista na luta contra a opressão e a exploração abre perspectivas para novas lutas. É através deste processo que alcançaremos a democratização real no âmbito das empresas e no âmbito dos bairros e é isso que nos conduzirá ao socialismo. Este não será — porque não pode ser — resultado de uma política de governo apenas. O Partido dos Trabalhadores não alimenta qualquer ilusão de que o Estado possa estabelecer o socialismo por decreto. O socialismo será o resultado das muitas lutas que trabalhadores, ao lado dos demais oprimidos — mulheres, negros, índios, deficientes físicos, velhos, homossexuais — forem travando e ganhando contra a opressão e a exploração.

Por isso, a estratégia da luta pelo socialismo tem de unir as muitas lutas parciais por objetivos imediatos e o objetivo final de construção de uma sociedade sem exploradores e explorados. Não tem sentido supor que conquistas que eliminem as formas mais cruas e desumanas de exploração acabem por “corrigir” e “consolidar” o capitalismo. Este raciocínio levaria à idéia de “quanto pior, melhor”, ou seja, que a revolução socialista é sempre obra de desesperados. A história das lutas do povo brasileiro ensina exatamente o contrário. As derrotas desmobilizam e a miséria desmoraliza. As vitórias, no entanto, reforçam a organização dos trabalhadores e encaminham sua luta a objetivos mais vastos. O Partido dos Trabalhadores não tem a menor intenção de gerir o capitalismo e suas crises, mas entende que lutas por objetivos imediatos são justas porque:

a) correspondem a necessidades da classe trabalhadora, e

b) reforçam as lutas por objetivos de médio prazo e pelo objetivo final, o socialismo.



2. Luta contra o desemprego e por medidas de amparo aos desempregados



"Para reduzir a dimensão do desemprego no Brasil cumpre encurtar o período semanal de trabalho de 48 para 40 horas, sem diminuição dos salários. Essa é uma reivindicação que já foi conquistada pelos assalariados em todos os países industrializados há décadas." (Foto: Clóvis Sobrinho/F4).

2.1. Porque cresceu o desemprego

O desemprego constitui hoje o grande fantasma que ronda os lares dos assalariados. As demissões em massa, as enormes filas por emprego e a insegurança nas empresas tornaram-se comuns no cotidiano do trabalhador brasileiro.

Na verdade, o desemprego é um dos traços característicos do capitalismo, que se agrava quando o ciclo de conjuntura entra em fase de crise ou recessão. O desemprego serve para quebrar a resistência dos trabalhadores à recuperação de condições favoráveis ao capital, para que este volte a se acumular com intensidade, iniciando novo ciclo de expansão. No caso do Brasil, atualmente, a baixa da atividade econômica, causadora do

enorme aumento do desemprego que estamos assistindo, serve para equilibrar a Balança Comercial e satisfazer, assim, as exigências dos banqueiros internacionais, que bancam nossa dívida externa.

Mas a responsabilidade pela recessão e pelo desemprego não cabe só nem principalmente aos credores externos do Brasil — ela é antes de mais nada do Governo, que adotou decisões cuja consequência direta é a queda das vendas aos consumidores e a diminuição dos investimentos. Foi o Governo que decidiu elevar a taxa de juros e encurtar os prazos de pagamento das mercadorias compradas a prestação.

Sabemos que, devido ao seu reduzido

poder aquisitivo, os trabalhadores são levados a comprar a prazo não só bens de grande valor mas até mesmo aparelhos domésticos, sapatos e roupas. E tudo o que se compra a prazo teve a prestação aumentada de forma brutal, em medida muito maior que os reajustamentos de salários. Desta maneira, o Governo obrigou a população a restringir o seu consumo, comprando menos não só a prazo, mas também a vista, pois tendo que gastar mais com prestações, é forçada a diminuir também sua despesa com comida, material de limpeza, produtos de higiene, etc. Desta forma, a recessão se difundiu rapidamente por todos os setores que produzem bens de consumo.

Além disso, o Governo também fez cair o investimento, tanto por reduzir fortemente os investimentos públicos como por efeito dos juros elevados, que desencorajam as inversões das firmas particulares. Desta maneira, caíram também as vendas das indústrias de máquinas e equipamento elétrico e da indústria de construção de obras públicas, além da metalurgia e da indústria de material de construção. Não há dúvida de que, em 1981, o Brasil sofreu a pior recessão industrial do pós-guerra, e as perspectivas de uma recuperação em 1982 são, no mínimo, incertas.

2.2. O montante provável do desemprego

Não temos, no Brasil, dados atualizados sobre o número total de desempregados. Mas todos os indicadores disponíveis mostram que o desemprego cresceu fortemente em 1981. O Indicador Geral de Emprego Industrial (o único que abrange todo o país) caiu de 103,7 em setembro de 1980 para 93,32 em novembro de 1981, denotando uma queda de 10% neste período. Os indicadores de emprego nas atividades urbanas, levanta-

dos pelo Sine, nas áreas metropolitanas, dão resultados semelhantes: entre agosto de 1980 e novembro de 1981 eles caíram de 103,55 para 93,25 em São Paulo e de 108,03 para 102,28 no Rio de Janeiro. As taxas de desemprego, pesquisadas pelo IBGE em 6 áreas metropolitanas (São Paulo, Rio, Porto Alegre, Belo Horizonte, Salvador e Recife), aumentaram, entre 1980 e 1981, conforme se pode ver na tabela abaixo:

Região	Taxas de Desemprego (%)		
	Média 1980	Outubro 1980	Outubro 1981
São Paulo	5,66	5,24	6,92
Rio de Janeiro	7,52	6,86	8,33
Belo Horizonte	7,63	7,89	7,78
Porto Alegre	4,55	4,42	5,20
Salvador	7,09	6,46	8,51
Recife	6,81	6,65	8,67

As taxas de desemprego variam muito entre as várias metrópoles. Em 1980, a mais alta, de Belo Horizonte (7,63%) era 67,7% maior do que a mais baixa, de Porto Alegre (4,55%). Mas todas cresceram durante o ano de 1981. Entre outubro de 1980 e outubro de 1981, as taxas de desemprego em São Paulo, Salvador e Recife aumentaram cerca de um terço e no Rio de Janeiro e Porto Alegre, um quinto. Só em Belo Horizonte ela não aumentou neste período, mas mesmo nesta metrópole o desemprego aumentou fortemente entre dezembro de 1980, quando a taxa era de 7,08% e o primeiro semestre de 1981, quando ela flutuou entre 9 e 10,2%, denotando um crescimento de cerca de 40%. Em Belo Horizonte

parece ter havido certa recuperação do emprego a partir de meados de 1981. O mesmo ocorreu também nas outras metrópoles, mas em escala tão reduzida que o volume do desemprego, em fins de 1981, ainda era bem maior do que no ano anterior. De acordo com o Censo de 1980, estas 6 áreas metropolitanas reuniam cerca de um quarto da população brasileira. Se admitirmos que elas também têm um quarto da PEA (população economicamente ativa) do país, podemos estimar que estavam no mercado de trabalho nestas 6 metrópoles cerca de 11 milhões de pessoas, das quais, em outubro de 1981, 826.000 deveriam estar desempregadas.

O Dieese no entanto constatou, em

pesquisa realizada de abril a junho de 1981, na Grande São Paulo, haver 774.000 desempregados nesta área, quando pela taxa de desemprego levantada pelo IBGE este número poderia ser no máximo de 450.000. Há boas razões para se supor que os levantamentos do IBGE, os únicos mensais abrangendo várias áreas metropolitanas, estejam subestimando a verdadeira dimensão do desemprego, pois eles não consideram os menores de 15 anos, quando o limite de idade tradicionalmente utilizado pelos censos do PNAD é de 10 anos. Além disso, o IBGE só conta entre os desempregados as pessoas que estiveram ativamente procurando trabalho na semana anterior à entrevista, o que deixa de fora os que já desistiram de procurar ou que, na semana em questão, por alguma razão, não o

fizeram. É bem possível que o declínio das taxas de desemprego do IBGE, que se verificou nos últimos meses de 1981 (até outubro), seja devido ao aumento da proporção de "desencorajados", que perceberam a inutilidade de procurar

emprego em época de recessão, mas nem por isso deixaram de estar desempregados.

Pelos critérios mais rigorosos e, por isso, mais aceitáveis do Dieese, 12,8% da PEA da Grande São Paulo estavam desempregados. Os dados dos levantamentos do IBGE indicam que nas outras áreas metropolitanas, exceto Porto Alegre, o desemprego deve ser ainda maior. É possível, no entanto, que nas cidades menores e na zona rural o desemprego não seja tão grande. Tomando os 12,8% da Grande São Paulo como uma média por todo o país, devemos admitir que o número de desempregados, para uma PEA de 43,7 milhões medida pelo Censo de 1980 (acrescida de 2,5% de aumento anual desta população em 1981) deve andar por volta de 5.700.000 pessoas. Como os levantamentos do IBGE indicam um crescimento de 20 a 30% das taxas de desemprego entre 1980 e 1981, é provável que a recessão seja responsável por cerca de 1.140.000 desempregados a mais no ano passado.



Jornada de 40 horas sem diminuição do salário

2.3. As conseqüências do aumento do desemprego

Os trabalhadores que perderam seus empregos, devido à recessão, dificilmente encontrarão outros rapidamente, a não ser ocupando o lugar de colegas em troca de um salário menor. E os que chegam ao mercado de trabalho à procura do primeiro emprego, tampouco têm chance de conseguí-lo em pouco tempo. Não só o número de desempregados se elevou, mas, provavelmente, o tempo em

que as pessoas permanecem sem trabalho deve ser cada vez maior. O que certamente agrava a miséria, a qual atinge os desempregados e suas famílias tão logo termina o dinheiro recebido a título de Aviso Prévio e o levantamento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

O desemprego desequilibra a relação entre patrões e empregados, permitindo

aos primeiros reduzir salários (por meio da rotatividade), piorar as condições de trabalho e arrancar do trabalhador mais produção por menos pagamento. Enquanto isso, o assalariado, sob a ameaça de perder o emprego, tem menos condições de resistir e de reivindicar, sendo obrigado a aceitar imposições que, em condições normais de emprego, repeliaria.

Além disso, a redução da renda do

conjunto dos assalariados — dos que permanecem no trabalho porque ganham menos e dos que ficaram desempregados porque não ganham nada — faz cair ainda mais os gastos de consumo da população e, portanto, prolonga e agrava a recessão. Sem a recuperação da capacidade de consumo dos trabalhadores, a recuperação da economia nacional é altamente improvável.

2.4. Luta contra o desemprego: a redução da jornada de trabalho

A falta de liberdade sindical e a repressão às greves têm dificultado a luta dos trabalhadores contra o desemprego, sob a forma de demissões em massa. Apesar de tudo, em numerosas empresas, os operários conseguiram impedir ou ao menos reduzir o volume de demissões, assegurando por acordo coletivo estabilidade no emprego por prazos determinados. O Partido dos Trabalhadores tem como seus objetivos mais importantes a liberdade e autonomia dos sindicatos e o direito de greve, que se justificam por serem

direitos inalienáveis dos trabalhadores. A conquista efetiva destes direitos permitirá ampliar a luta contra as demissões nos locais de trabalho, impedindo que o ônus da crise econômica seja descarregado exclusivamente sobre os ombros dos trabalhadores.

Para reduzir a dimensão do desemprego no Brasil cumpre encurtar o período semanal de trabalho de 48 para 40 horas, sem diminuição dos salários. Esta é uma reivindicação que já foi conquistada pelos

assalariados em todos os países industrializados há décadas. A indústria multinacional está transplantando ao Brasil técnicas avançadas de produção, inclusive robôs. É justo que, ao mesmo tempo, sejam introduzidas no país as melhorias sociais correspondentes, principalmente o encurtamento da jornada de trabalho.

É preciso atentar, porém, que este encurtamento não seja fraudado pelo recurso às "horas extras", hoje imposto

rotineiramente a grande parte dos trabalhadores, que trabalham 10 ou mais horas por dia. A "hora extra" é a contrapartida dos baixos salários pagos, que obrigam os assalariados a depender delas para completar seu orçamento. O Partido dos Trabalhadores propõe que o salário da jornada normal supra plenamente as necessidades dos trabalhadores e que o recurso a horas extras seja limitado a situações excepcionais de emergência, sujeito a acordo prévio com o sindicato da categoria.

2.5. A estabilidade no emprego

O movimento operário, cujas lutas marcam a história da humanidade desde o século XIX, nega aos capitalistas o direito de unilateralmente demitir trabalhadores. O Partido dos Trabalhadores, como herdeiro destas tradições como expressão dos interesses dos assalariados brasileiros, também nega taxativamente aos empregadores o direito de romperem unilateralmente o contrato de trabalho com quem lhes aprouver. No

passado, os trabalhadores já gozaram no Brasil de alguma estabilidade no emprego, mas que foi abolida após 1964 e substituída pelo FGTS, o qual dá plena liberdade ao dono do capital de empregar e desempregar quem lhe aprouver.

É preciso urgentemente reinstaurar o instituto da estabilidade, embora não nos termos vigentes no passado. O PT entende por "estabilidade" o direito de todo assalariado de permanecer em seu

emprego, do qual ele só poderá ser afastado por "justa causa" individual ou econômica. Individual, se o empregado for responsável por alguma falta grave. Econômica, se a empresa comprovadamente for obrigada a reduzir o seu pessoal. Em ambos os casos, a verificação da "justa causa" tem de ficar a cargo do órgão de arbitragem, no qual os trabalhadores deverão estar representados. Quando houver corte de pessoal por causa

econômica, quem sofrerá demissão deverá ser determinado por critérios sociais, contratualmente fixados. Quando a firma voltar a admitir empregados, os demitidos deverão ter preferência em ocupar seus lugares de trabalho, com todos os direitos e vantagens que anteriormente usufruíam. A rotatividade, mediante a qual os patrões rebaixam os salários, despedindo trabalhadores, para admitir outros em seu lugar com menor remuneração, deve ser evitada assim em todas suas formas.

2.6. A solução para o desemprego

O Partido dos Trabalhadores sustenta que só há uma solução justa para o problema do desemprego: é encontrar um emprego para cada brasileiro em condições de trabalhar. Uma política de pleno emprego é o mínimo que se pode esperar de um governo que represente os interesses dos trabalhadores.

Na atual situação, de grande desemprego devido à recessão provocada pela política econômica do Governo, impõe-se medidas de curto prazo para restabelecer o nível de emprego "normal". Para tanto, o Partido dos Trabalhadores propõe:

a) ampliação imediata dos serviços públicos — escolas, postos de saúde, creches, coleta de lixo, transporte coletivo — nos bairros operários e nas cidades-dormitórios, onde estes serviços são notoriamente deficientes;

b) expansão, nas mesmas áreas, das redes de água e esgoto, de iluminação pública, de telefone, além da pavimentação de ruas e intensificação das obras de metrô;

c) melhoria do abastecimento alimentar dos centros urbanos mediante construção de vias de transporte, silos, armazéns e entrepostos comerciais;

d) ampliação do programa de construção de casas populares para famílias de baixa renda, cuja venda deve ser subsidiada em proporção inversa à renda dos compradores.

Além disso, uma política de pleno emprego requer medidas de médio prazo, entre as quais o PT propõe as seguintes:

a) aumento da ocupação na agricultura mediante garantia de acesso à terra a todos os que pretendem trabalhá-la; medidas abrangentes de reforma agrária devem impedir que terras cultiváveis

sejam deixadas ociosas pelos seus proprietários com fins especulativos; a expulsão de posseiros das terras que utilizam tem de ser impedida de todas as maneiras mediante reformulação das normas jurídicas que regem o uso e a posse do solo. Estas medidas não esgotam o programa agrário do PT, mas visam garantir o pleno emprego na agricultura e reduzir o fluxo de migrantes do campo.

b) controle do progresso técnico e amparo aos atingidos pelo desemprego tecnológico. O Partido dos Trabalhadores não encara o aperfeiçoamento dos métodos de produção como necessariamente prejudicial aos assalariados. Antes, pelo contrário, compreende que este aperfeiçoamento é indispensável para assegurar a todo o povo um padrão decente de vida. Mas a substituição do trabalho humano por máquinas tem de ser feita de modo a evitar prejuízos inúteis ou que não possam ser adequadamente compensados. A tratorização maciça de nossa agricultura, que o Governo promoveu nos últimos anos, mediante subsídios escandalosos, resultou em milhões de desempregados, pelos quais nada se fez. Embora a mecanização da agricultura seja desejável em si mesmo, promovê-la a toque de caixa às custas dos cofres públicos é totalmente injustificável. Este caso mostra que a introdução do progresso técnico tem de ser controlada de tal modo que a mão-de-obra por ele liberada possa ser prontamente absorvida em outros setores de atividade. Além disso, é preciso garantir aos atingidos pelo desemprego tecnológico retreinamento, no caso dos mais jovens, e aposentadoria precoce aos mais velhos. Afinal, se o progresso técnico beneficia o conjunto da

sociedade, tornando mais baratos os produtos do trabalho, nada mais justo que a sociedade ofereça o devido amparo às vítimas deste mesmo progresso.

c) programas de investimento público e privado visando absorver o exército industrial de reserva já existente e garantir emprego a todos os jovens que chegam anualmente ao mercado de trabalho. Os cálculos feitos no item 2.2 mostram que, num ano normal como 1980, deve ter havido algo como 4.560.000 desempregados. Além disso, cada ano mais de um milhão de jovens começam a procurar trabalho. O Partido dos Trabalhadores considera perfeitamente viável alcançar o pleno emprego no Brasil num prazo de 4 a 5 anos, o que requer a criação de cerca de 2 milhões de empregos por ano. A metade deste total deve servir para absorver os desempregados já existentes — supondo que as medidas de curto prazo tenham reconduzido o emprego ao seu nível normal — e a outra metade para dar trabalho aos jovens que entram na atividade econômica. Não é demais supor

que as medidas propostas acima em relação à agricultura gerem um terço destes dois milhões de empregos, pois cerca de um terço da PEA brasileira se encontra no campo. Assegurando-se ao agricultor acesso à terra e um mínimo de assistência e crédito, o desemprego rural pode sem dúvida ser eliminado no prazo proposto. Mas a criação de cerca de 1.333 mil empregos por ano em atividades urbanas vai exigir um nível mais elevado de investimentos do que o dos últimos anos. No entanto, a meta está longe de ser impossível. Durante o período de intenso crescimento da nossa economia, que a propaganda crismou de "milagre econômico", entre 1970 e 1973, foram criadas 5.314.625 ocupações não-agrícolas. (Dados do Censo de 1970 e da PNAD de 1973.) Neste período, foram portanto gerados quase 1.800.000 empregos urbanos em média por ano. Hoje, passados 10 anos, a economia brasileira é bem maior e não precisa de um "milagre econômico" para atingir o pleno emprego em prazo equivalente a um mandato governamental.



2.7. O salário-desemprego

O salário-desemprego é um mecanismo pelo qual a sociedade garante o direito à subsistência dos trabalhadores, sem que estes tenham de pagar o custo das crises do capitalismo, das quais não são responsáveis, mas vítimas. Nos países capitalistas mais adiantados esta instituição já foi conquistada há muito tempo pelos trabalhadores, tendo em vista evitar que o desemprego se converta imediatamente em miséria para os que são jogados à rua. Há, no entanto, os que vêm no salário-desemprego uma saída para o capitalismo, porque evita a diminuição mais rápida da demanda dos consumidores, atenuando a gravidade das crises. Os que defendem esta concepção esquecem-se, em primeiro lugar, que o capital necessita da crise e sua atenuação a favor dos desempregados não o favorece; em segundo lugar, que o salário-desemprego força o Estado a organizar o mercado de trabalho, negando ao capitalista a liberdade de contratar quem deseje; e em terceiro lugar, que o que interessa aos trabalhadores é não estarem expostos à miséria pura e simples e mesmo à mendicância pública, em consequência do desemprego. O PT só poderia ser contra o salário-desemprego se acreditasse que "quanto pior, melhor". Mas não é esta a perspectiva de luta dos trabalhadores.

O objetivo a longo prazo do Partido dos Trabalhadores é construir no Brasil uma sociedade em que o direito ao trabalho, ou seja, o direito a um lugar na divisão social do trabalho seja assegurado a cada cidadão. Numa sociedade em que os meios de produção são socializados, a participação de cada um no processo social de produção é inquestionável e o desemprego não pode existir. Mas, enquanto os meios de produção forem privados, o acesso a eles depende da aquiescência de seus proprietários, o que faz com que necessariamente haja desempregados, ou seja, pessoas que desejam e precisam trabalhar, mas não encontram quem os empregue. Enquanto houver capitalismo, haverá desempregados e enquanto estes existirem é preciso que a sociedade reconheça que não lhes cabe culpa pela sua situação, garantindo-lhes e aos seus dependentes um mínimo de

subsistência. A ideologia burguesa, que infelizmente encontra adeptos até no meio operário, vê no desempregado alguém que se furta ao trabalho. Muitas vezes pessoas sem trabalho, sobretudo quando são pais de família, se sentem envergonhadas pelo insucesso em encontrar emprego, como se isso fosse devido a alguma deficiência pessoal delas. É preciso deixar claro que a deficiência é do sistema e a forma prática de reconhecer isso é o Estado se responsabilizar pelo sustento dos que se encontram involuntariamente sem trabalho.

Face à atual crise de desemprego, a instituição do salário-desemprego é medida de curto prazo e de **máxima urgência** do ponto de vista dos trabalhadores. Na medida em que a crise se prolonga, as reservas de dinheiro dos desempregados se exaurem e a penúria aumenta. É preciso tomar medidas, antes que o desespero multiplique os suicídios, a criminalidade, a violência e outras mazelas sociais.

O montante do salário-desemprego poderia ser de um salário-mínimo por desempregado e mais meio salário por dependente sem renda. Na realidade, grande parte dos desempregados são jovens que ainda não constituíram famílias, de modo que se pode admitir que, em média, cada desempregado tenha um dependente. Nesta hipótese, o total de salário-desemprego a ser desembolsado, tomando-se por base a estimativa de 5.700.000 desempregados e o maior salário-mínimo do país entre maio e outubro de 1981 seria de: 5.700.000 pessoas x Cr\$ 8.464,80 x 1,5 = Cr\$ 72.374 milhões mensais. Tomamos o salário mínimo deste período porque a ele se refere os dados de arrecadação utilizados nos cálculos a seguir.

Este valor de Cr\$ 72,4 bilhões por mês pode parecer alto, mas na realidade é apenas um pouco maior do que o total arrecadado pelos fundos sociais já instituídos. A arrecadação bruta (de acordo com o **Boletim Mensal do Banco Central do Brasil**, Vol. 17, nº 10, outubro de 1981) foi a seguinte (em milhões de cruzeiros):

Fundo	Julho de 1981	Agosto de 1981
FGTS	27.730	29.961
PIS	15.258	13.938
PASEP	7.310	7.186
SOMA	50.298	51.085

Como se vê, o Governo já arrecada para fundos destinados a assalariados mais de dois terços da soma que se pode estimar como necessária para dar a cada desempregado pelo menos um salário mínimo e mais meio por dependente, a partir de um número de desempregados **muito maior** do que se teria de admitir, partindo dos critérios dos levantamentos do IBGE. O número de desempregados, excluindo os menores de 15 anos e os "desencorajados", pode ser estimado em 3,3 milhões e, para o seu atendimento, o desembolso a título de salário-desemprego, na base de 1,5 salário-mínimo por desempregado em média, seria de Cr\$ 41,9 bilhões — menos do que a arrecadação conjunta do FGTS, PIS e PASEP. É hipocrisia, portanto, alegar que a instituição do salário-desemprego no Brasil demandaria recursos financeiros excessivos.

É preciso instituir o sistema de salário-desemprego, de tal maneira que não pare a menor dúvida de que os que fazem jus a este benefício são realmente pessoas que só não estão trabalhando porque não encontram emprego. Nos países em que o salário-desemprego já existe há bastante

tempo, a sua organização está articulada a um sistema nacional de "bolsas de trabalho", ao qual as empresas comunicam suas vagas, que são preenchidas pelos desempregados indicados pelo sistema. Cabe à "bolsa de trabalho" de cada município selecionar, entre os desempregados, a pessoa com qualificação e características adequadas para preencher cada vaga. Este sistema apresenta as seguintes vantagens:

a) encaminha com rapidez e eficiência os desempregados às vagas que forem abrindo-se, por critérios objetivos e sem favoritismo, desde que se encontrem à testa das "bolsas de trabalho" representantes eleitos dos trabalhadores;

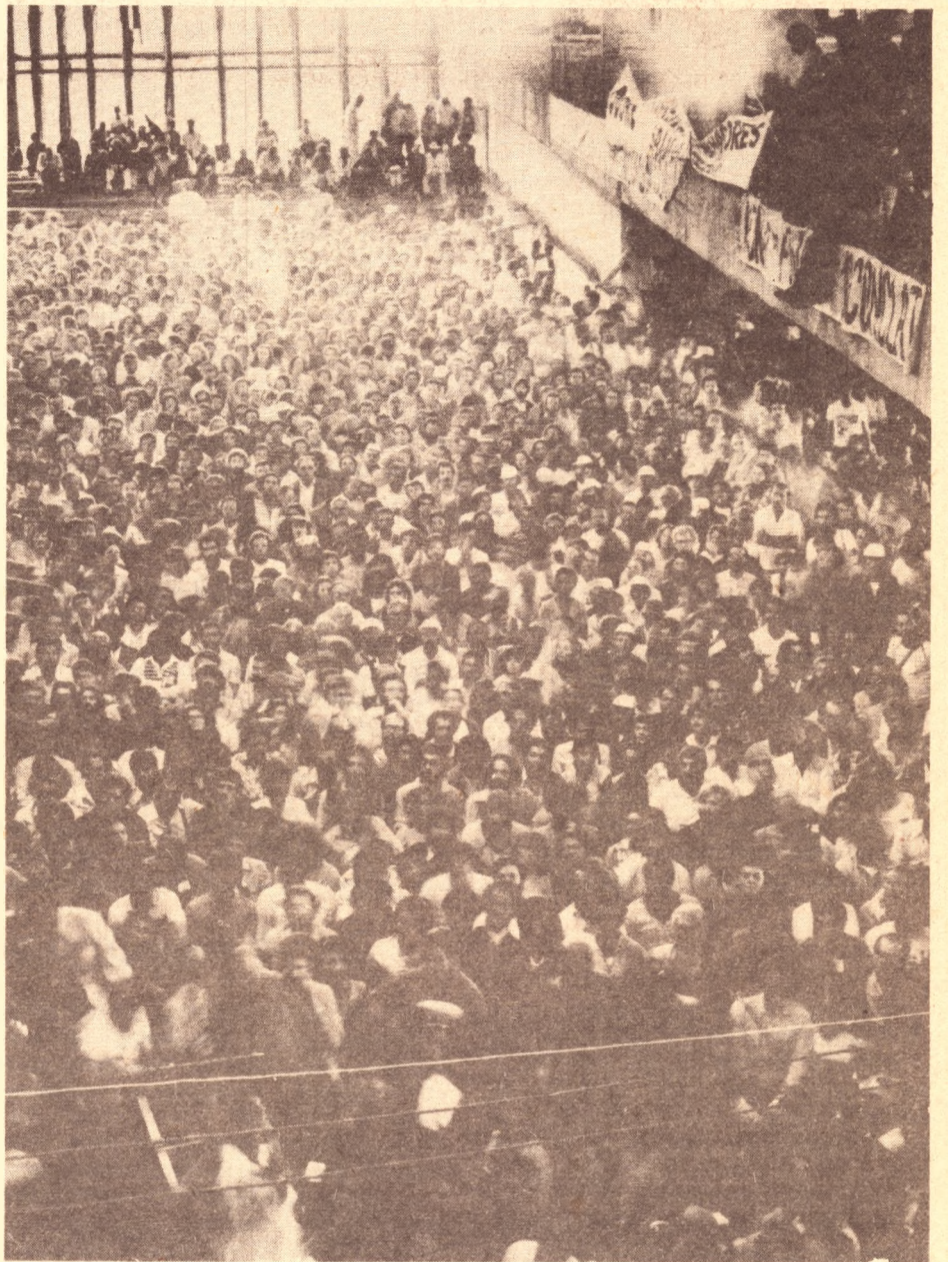
b) cada beneficiário do salário-desemprego tem de aceitar o emprego que lhe for oferecido, a não ser que tenha razões ponderáveis para recusá-lo; estas razões serão apreciadas por órgão responsável do sistema de salário-desemprego, podendo aceitá-las ou não; se as razões alegadas não forem consideradas justas, ou o trabalhador aceita o emprego ou perde o direito ao salário-desemprego;

c) as empresas tampouco poderão recusar o candidato indicado pela "bolsa de trabalho" a não ser por razões que sejam aceitáveis pelo mesmo órgão que aprecia as do trabalhador; desta maneira, nega-se aos patrões o direito de recusar emprego a pessoas porque são ou foram dirigentes ou militantes sindicais (constantes das famosas "listas negras") ou simplesmente porque são negros, homossexuais, mulheres casadas ou qualquer outro critério discriminador.

Em resumo, o salário-desemprego é uma necessidade do trabalhador porque: a) oferece uma base mínima de sustento ao desempregado e sua família; b) coloca

entre vendedor e comprador da força de trabalho uma entidade capaz de garantir práticas justas e não discriminatórias de emprego; c) facilita a recuperação da economia e portanto do nível de emprego ao impedir que, em períodos de recessão, milhões de famílias cujos arrimos se encontram sem emprego sejam jogadas na mendicância.

O Partido dos Trabalhadores conchama o movimento sindical e a classe trabalhadora a cerrarem fileiras na luta pela estabilidade no emprego, contra o desemprego e pelo salário-desemprego, bandeiras que devem merecer máxima prioridade na atual conjuntura do país.



Assine o **JORNAL DOS Trabalhadores**

- Cr\$ 1.000,00 por 24 números
 Cr\$ 500,00 por 12 números

Nome
 Profissão Idade
 Endereço (rua, número)
 Cep Cidade Estado

Assinale o tipo de assinatura que você quer e envie este cupom juntamente com um cheque nominal cruzado em nome de Perseu Abramo. Remeter para **Jornal dos Trabalhadores — ASSINATURAS** — Rua Andréa Paulinetti, 558, Cep 04707, São Paulo, SP. Tel.: 531-0618.



“O PT luta pela redistribuição da renda por meio da socialização dos meios de produção, reconhecendo que, sem conquistar maior participação no poder, os trabalhadores dificilmente poderão ampliar sua participação na renda.” (Foto: Juca Martins / F4)

3. Redistribuição da Renda

3.1. A Concentração da Renda no Brasil

É um fato conhecido que a renda no Brasil é altamente concentrada. Entre nós, a distância entre ricos e pobres é das maiores do mundo. Segundo o Relatório do Desenvolvimento do Mundo, 1981, publicado pelo Banco Mundial, de onde foi preparada a tabela apresentada na página seguinte, o Brasil é o único país, dentre 32 países para os quais há dados disponíveis, em que a participação na renda nacional das famílias 10% mais ricas superava a proporção de 50%, atingindo 50,6% no ano de 1972. Para fins de comparação, essa participação era de 40,6% no México, em 1977; de 35,2% na Argentina, em 1970; de 30,3% na República Federal da Alemanha, em 1973; de 26,6% nos Estados Unidos, em 1972; de 22,9% na Iugoslávia, em 1978; e de 21,3% na Suécia, em 1972.

Em 1976, o 1% de famílias mais ricas recebiam 14,4% da renda de todas as famílias no Brasil; os 50% de famílias mais pobres recebiam o mesmo, ou seja, 14,1% daquela renda. Em outras palavras, a soma das rendas do 1% mais rico — cerca

de 231.304 famílias — era um pouco maior do que a soma das rendas dos 50% mais pobres — cerca de 11.565.200 famílias. Isso significa que a renda familiar média do 1% mais rico era mais de 50 vezes maior do que a renda familiar média dos 50% mais pobres. Em cruzeiros de novembro de 1981 (1), cada família pertencente aos 50% mais pobres tinha, em média, uma renda mensal de Cr\$ 15.993,24 (cerca de 1 salário mínimo e um terço); cada família pertencente aos 1% mais ricos tinha, em média, uma renda mensal de Cr\$ 816.550,81 (cerca de 68 salários mínimos).

Entre estes dois extremos havia, é claro, camadas intermediárias. Assim, os 10% de famílias mais ricas recebiam 45% da renda de todas as famílias e a renda mensal média destas famílias, em cruzeiros de novembro de 1981, era de Cr\$ 255.712,94. Já os 10% de famílias que vinham logo abaixo recebiam 16,3% da renda de todas as famílias e a renda mensal de uma família deste grupo era, em média, Cr\$ 92.498,27.

DISTRIBUIÇÃO DOS RENDIMENTOS DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA COM RENDIMENTOS BRASIL 1960, 1970, 1972, 1976 e 1980

PERCENTIS	A PARTICIPAÇÃO PORCENTUAL NO TOTAL DOS RENDIMENTOS OBTIDOS PELA PEA, URBANA, RURAL E TOTAL								
	1960	1970			1972	1976	1980		
	TOTAL %	URBANA %	RURAL %	TOTAL %	TOTAL %	TOTAL %	URBANA %	RURAL %	TOTAL %
OS 20% MAIS POBRES	3,9	3,2	5,2	3,4	2,2	3,2	2,8	3,8	2,8
OS 50% MAIS POBRES	17,4	16,0	22,4	14,9	11,3	13,5	13,1	14,9	12,6
OS 10% MAIS RICOS	39,6	43,7	33,8	46,7	52,6	50,4	48,1	53,4	50,9
OS 5% MAIS RICOS	28,3	30,3	23,7	34,1	39,8	37,9	34,7	44,2	37,9
OS 1% MAIS RICOS	11,9	13,0	10,5	14,7	19,1	17,4	14,0	29,3	16,9

Fonte: Censos Demográficos de 1960, 1970, 1980, Fundação IBGE. Pesquisa Nacional Por Amostras de Domicílio: 1972, 1976, IBGE.

Nota: Enquanto os Censos abrangem todo o território brasileiro, a PNAD-1972 refere-se ao total da PEA nas regiões: Estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, Regiões Sul Nordeste e Distrito Federal, enquanto que a PNAD-1976 refere-se ao total destas e mais da área urbana da Região Norte e dos Estados de Mato Grosso e Goiás.

A PARTICIPAÇÃO DAS FAMÍLIAS 10% MAIS RICAS NA RENDA NACIONAL

EM TRINTA E DOIS PAÍSES

PAÍSES	ANO	PARTICIPAÇÃO (%) NA RENDA NACIONAL DAS FAMÍLIAS 10% + RICAS
BRASIL	1972	50,6
HONDURAS	1967	50,0
NEPAL	1976/77	46,5
PERU	1972	42,9
TURQUIA	1973	40,7
MÉXICO	1977	40,6
MALAWI	1967/68	40,1
MALÁSIA	1970	39,6
COSTA RICA	1971	39,5
FILIPINAS	1970/71	38,5
VENEZUELA	1970	35,7
TANZÂNIA	1969	35,6
ARGENTINA	1970	35,2
CHILE	1968	34,8
INDONÉSIA	1976	34,0
ÍNDIA	1975/76	33,6
TRINDADE E TOBAGO	1975/76	31,8
ITÁLIA	1969	30,9
FRANÇA	1970	30,4
REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA	1973	30,3
SRI LANKA	1969/70	28,2
REPÚBLICA DA CORÉIA	1976	27,5
JAPÃO	1969	27,2
ESPANHA	1974	26,7
ESTADOS UNIDOS	1972	26,6
CANADÁ	1969	25,1
AUSTRÁLIA	1966/67	23,7
REINO UNIDO	1977/78	23,3
IUGOSLÁVIA	1978	22,9
PAÍSES BAIXOS	1975	22,5
NORUEGA	1970	22,2
SUECIA	1972	21,3

Fonte: Relatório sobre o desenvolvimento do Mundo, 1981, Banco Mundial.

O que estes dados mostram é que, em 1976, dos 23,1 milhões de famílias que então havia no país, cerca de 231 mil eram bem ricas, os 2,08 milhões seguintes se situavam na faixa de renda mensal média e Cr\$ 193.397,80 e os restantes 20,8 milhões de famílias tinham, em variados graus, renda insuficiente para um padrão de vida minimamente decente. Mais da metade delas (10,6 milhões) tinha renda menor do que 2 salários mínimos.

De 1976 em diante, esta situação não melhorou principalmente por causa da recessão que atingiu a economia a partir de 1980. Em que pesem os ajustes salariais semestrais ligeiramente superiores do que a variação no Índice Nacional de Preços ao Consumidor para os que ganham até 3 salários-mínimos, o declínio da atividade econômica tem causado a perda do emprego de numerosos pais de família, de modo a aumentar o número de famílias em situação econômica muito difícil.

Na verdade, olhando-se como evoluiu a repartição da renda desde 1960 (só a partir deste ano se dispõe de dados), pode-se observar o seguinte:

- entre 1960 e 1970, a renda cresceu pouco e praticamente só se beneficiaram os 10% mais ricos; o resto continuou quase com a mesma renda real. Aumentou portanto a pobreza relativa e continuou no mesmo nível a pobreza absoluta;

- entre 1970 e 1976, a renda cresceu muito; a renda das famílias dos grupos mais ricos cresceu mais do que a renda das famílias mais pobres, mas a renda desta também aumentou. A pobreza relativa aumentou, mas a pobreza absoluta deve ter diminuído;

- entre 1976 e 1980, a renda cresceu pouco e entre 1980 e 1981 diminuiu. É provável que, neste período (assim como em 1960-1970), a pobreza relativa continuou aumentando e a pobreza absoluta, no mínimo, deve ter ficado a mesma.

A comprovação de que aumentou a

pobreza relativa nas últimas duas décadas é apontada pelo declínio da participação no total da renda obtida pelos 50% mais pobres na População Economicamente Ativa. Passou de 17,4%, em 1960; para 14,9%, em 1970; para 12,6%, em 1980, conforme mostram os dados apresentados na tabela da página seguinte. A participação dos 5% de maior rendimento na População Economicamente Ativa aumentou, respectivamente, de 28,3% para 34,1% e para 37,9%, segundo os Censos do IBGE de 1960, 1970 e 1980. Conforme mostram os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios referentes a 1972 e 1976, não inteiramente comparáveis aos do Censo, há indicações de que a concentração da renda tenha-se acentuado especialmente durante a primeira metade dos anos 70 em que houve acelerado crescimento da economia.

A tremenda desigualdade econômica que reina no Brasil e que se espelha no luxo de uns poucos e na miséria extrema de muitos decorre principalmente da propriedade capitalista dos meios de produção: da terra, das fábricas, lojas, hospitais, frotas de veículos etc; e também de como os que detêm a grande propriedade — grupos estrangeiros e nacionais — exercem um enorme poder de influência sobre o Estado para que este seja administrado no sentido de favorecê-los. A propriedade é ainda mais concentrada do que a renda, permitindo a uns poucos usufruir altos rendimentos sob a forma de lucros, juros, dividendos, aluguéis e renda da terra. Além disso, os que ocupam cargos de direção no aparelho de Estado e nas grandes empresas, públicas e privadas, ganham ordenados elevados, o que os coloca no grupo de renda mais alta. É um erro supor que todos os assalariados são pobres e que todos os que possuem alta renda são proprietários. Em 1972, mais da metade (51,9%) dos que tinham a renda de mais de 10 salários mínimos eram assalariados (não há informação mais recente sobre este assunto).

O que estes dados mostram é que a origem das altas rendas não é unicamente:

a propriedade jurídica de capital mas também o **controle burocrático** do empresas. Qualquer tentativa séria de redistribuir a renda não pode se limitar a tocar na renda da propriedade — ela terá também de afetar as altas rendas que possuem a aparência de remuneração do trabalho. Segundo dados da revista *Exame* (nº 217), o salário médio de 22 cargos de alto nível era de Cr\$ 229.400,00, sendo que os de gerente geral ou presidente alcançavam até Cr\$ 550.000,00 (p. 25), ou seja, te alcançavam até Cr\$ 550.000,00 (p. 25),

ou seja, cerca de 95 salários mínimos da mesma época.

Os ricos, no Brasil (como nos demais países capitalistas), são não apenas os donos de empresas, mas também os dirigentes assalariados das mesmas, assim como os que ocupam assentos na cúpula do Executivo, Legislativo e Judiciário. Em 1976, no conjunto da burguesia brasileira, os empresários constituíam apenas 26,9%, sendo os 73,1% restantes "assalariados" (2).

3.2. As Desigualdades Raciais

As desigualdades de renda e de riquezas tão acentuadas no Brasil resultam também de injustas condições de exploração havidas no passado, cujas consequências não foram corrigidas, e de injustificados, porém ainda arraigados, preconceitos. Estão fortemente presentes ainda hoje as seqüelas do tempo da escravidão, a discriminação contra negros, índios, bem como junto a mulheres.

Assim, as oportunidades de educação, de emprego e de rendimento têm sido relativamente piores para os descendentes de negros e índios do que para os brancos ou amarelos; e têm sido piores para as mulheres do que para os homens.

Entre 102.421.730 brasileiros de 5 anos ou mais, segundo o Censo de 1980, há 35% sem ou com menos de 1 ano de instrução. Entre os 56.583.471 de cor branca essa proporção é de 25%; entre os 698.847 de cor amarela é de 15%; tanto entre os 6.185.385 de cor preta quanto entre os 38.693.903 de cor parda (mulata, mestiça, índia, cabocla, mameluca, cafusa, etc.) essa proporção é de 48%, portanto muito superior. Do outro lado do espectro, 3,16%, ou 3.240.577 dentre as pessoas de 5 anos ou mais tinham grau superior ou 12 anos ou mais de instrução. Dentre a população de cor branca, 4,9%; dentre a de cor amarela, 12,0%; dentre a de cor parda, 0,9%; e dentre a de cor preta,

0,5% (3).

Embora não seja razão única, o grau de instrução influencia a ocupação e o nível de rendimento das pessoas. O Censo de 1980 registrou 43.796.763 pessoas economicamente ativas de 10 anos ou mais, das quais 65,3% empregados; 24,3% autônomos; 2,6% empregadores e 5,1% não remunerados. Enquanto entre a população de cor branca a proporção de empregadores é de 3,7%, entre a amarela é de 11,1%, entre a de cor parda e a de cor preta os empregadores constituem 1% e 0,4% respectivamente.

A proporção de pessoas com rendimentos até um salário mínimo, segundo o Censo de 1980, é de 33% entre toda a

População Economicamente Ativa; 24,1% entre as pessoas de cor branca; 44,7% entre as de cor parda; 46,9% entre as de cor preta e de 10% entre as de cor amarela. Assim, a proporção de pessoas com rendimento igual ou inferior ao mínimo é quase duas vezes maior para os de ascendência negra ou indígena do que para os brancos.

Do outro lado do espectro de rendimentos, a proporção de pessoas com renda mensal superior a 10 salários mínimos é de 3,72% entre toda a População Economicamente Ativa; 5,7% entre os de cor branca; 1,0% entre os de cor parda; 0,33% entre os de cor preta; e de 16,7% entre os de cor amarela.

3.3. As Desigualdades entre Homens e Mulheres

A proporção de pessoas sem rendimento é muito maior entre os 44,7 milhões de mulheres, 67,1% do que entre os 43,5 milhões de homens, 24,7% de 10 anos ou mais na população brasileira, segundo o Censo de 1980. Enquanto entre os homens, as pessoas sem rendimento são principalmente os que estão frequentando escolas, aposentados ou inválidos para o trabalho, já entre as mulheres há um enorme contingente de pessoas que trabalham duramente em afazeres domésticos ou tomando conta de crianças sem qualquer remuneração.

Entre o total de homens de 10 anos ou

mais, os que não recebem rendimentos mais os que recebem até um salário mínimo correspondem a 48,9%, enquanto entre as mulheres essa proporção é de 84,4%. Enquanto entre as mulheres brancas essa proporção é de 80,2%, entre as mulheres de cor parda e de cor preta é de 90,4% e de 87,4%, respectivamente.

Do outro lado do espectro, entre os de 10 anos e mais, enquanto 1.816.860 homens ganham mais do que 10 salários mínimos, representando 4,1% do total de homens, apenas 227.280 mulheres, 0,5% de seu total, percebem este valor. Já entre

os homens de cor branca, 6,5% ganham mais do que 10 salários mínimos; entre os de cor amarela, 17,2%; entre os de cor parda, 1,1%; entre os de cor preta, 0,4%. Para as mulheres de 10 anos ou mais, ganham mais de 10 salários mínimos apenas 0,8% das de cor branca, 1% das de cor amarela, 0,09% das de cor parda e 0,03% das de cor preta.

Segundo o Censo de 1980, em todo o Brasil, ganham mais do que 20 salários-mínimos 618.313 homens e 41.127 mulheres, portanto, 12 vezes mais homens do que mulheres. Entre as mulheres que ganham mais de 20 salários-mínimos há

apenas 1.301 de cor parda e 41 de cor preta, ou seja, somente 1.342 mulheres de ascendência negra ou indígena.

Assim, as mulheres, em especial as de ascendência negra ou indígena, estão em extraordinária desvantagem social em relação aos homens, e mais intensamente em relação aos brancos. O Partido dos Trabalhadores acredita que a divulgação correta de dados como esses, denotando situações profundamente injustas, pouco enfatizados pelos órgãos de comunicação e pelo Governo, constitui mola propulsora de transformação na direção de corrigi-las.

3.4. Redistribuição da Renda a Longo Prazo

Se a origem da desigualdade econômica está na propriedade capitalista dos meios de produção, só a **socialização** destes meios, que é objetivo a longo prazo do Partido dos Trabalhadores, poderá eliminá-la. Convém esclarecer que a propriedade capitalista dos meios de produção promove a concentração da renda não só porque "remunera" os proprietários com juros, lucros etc. mas também porque permite que, nas grandes empresas, dirigidas por administradores profissio-

nais, estes fixem, para si e para seus auxiliares próximos, altíssimos salários. Nestas empresas, a direção possui poderes quase ilimitados, inclusive o de definir a escala de salários, porque é "delegada" dos proprietários, que são, na prática, "prestamistas", ou seja, capitalistas financeiros, sem voz ativa na condução dos negócios. Enquanto as grandes empresas industriais, agrícolas, comerciais e financeiras permanecerem propriedade privada ou mesmo estatal (que não equivale à

propriedade coletiva ou socializada), o poder de decisão nelas ficará concentrado nas mãos de uma cúpula diretiva e a desigualdade de remuneração persistirá. Para eliminar esta desigualdade de remuneração persistirá. Para eliminar esta desigualdade de remuneração persistirá. Para eliminar esta desigualdade será necessário, portanto, não só acabar com os rendimentos de propriedade — lucros, juros, aluguéis e renda da terra — mas também democratizar o poder de deci-

são dentro das empresas, de modo que os níveis de ganho de cada participante no processo produtivo sejam fixados pelo conjunto dos trabalhadores.

Socializar os meios de produção significa, na prática, entregar o poder de decisão a todos que trabalham nas empresas. A mera transferência da propriedade das empresas de indivíduos para o Estado não garante a sua democratização e por isso não deve ser confundida com socialização.

3.5. Redistribuição da Renda a Curto Prazo

O Partido dos Trabalhadores luta pela redistribuição da renda por meio da socialização dos meios de produção, reconhecendo que, sem conquistar maior participação no poder, os trabalhadores dificilmente poderão ampliar sua participação na renda. Mas essa conquista de maior participação não poderá deixar de ser um longo processo de lutas; na atual etapa desse processo, os objetivos de curto prazo que a classe trabalhadora está colocando no Brasil são os seguintes:

a. **fortalecimento do poder de barganha coletiva dos assalariados**, através da mudança da estrutura sindical e da legislação do trabalho que assegure a **autonomia** dos sindicatos em relação ao Estado (Ministério do Trabalho); **liberdade** de formar, em qualquer âmbito profissional e territorial, entidades sindicais por parte dos trabalhadores; **representação dos empregados junto à direção das empresas**; **estabilidade no emprego**; **direito de greve**; **formação de central sindical** pelas entidades sindicais dos trabalhadores;

b. unificação do **salário-mínimo** em todo o país e sua fixação em nível capaz de

garantir a sobrevivência dos trabalhadores que o auferem.

Como passo inicial, o Partido dos Trabalhadores propõe que o salário-mínimo seja imediatamente recolocado no valor real mais elevado que ele atingiu no passado. Ele chegou ao máximo **real** (descontado o aumento do custo de vida) em 1959 em São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Goiânia, Belém e Manaus, e em 1961 em Porto Alegre, Belo Horizonte, Recife e Fortaleza. Esse objetivo, que nada mais é que a exigência de que seja devolvido ao trabalhador o que lhe tiraram, significa elevar de imediato o salário-mínimo em cerca de 55%. Nas áreas em que ele é mais alto ele deveria ser de aproximadamente Cr\$ 26.000,00 em meados de 1982.

Este valor é, na verdade, modesto, porque o produto **per capita** no Brasil cresceu 154,5% entre 1959 e 1980 e 123,1% entre 1961 e 1980, o que significa que o valor real do salário-mínimo daquela época está enormemente defasado em relação ao padrão de vida da população hoje. Assim, recuperar o valor real do salário-mínimo de 20 anos passados é apenas um passo

para sua atualização.

Além disso, o salário-mínimo deve ser unificado em todo o país. O custo de vida, no Nordeste e em outras regiões, em que o salário é menor do que no Sudeste e no Sul, é de fato frequentemente maior do que nestas últimas áreas. Se o salário-mínimo tem por finalidade assegurar um mínimo de subsistência ao trabalhador, nada justifica que ele seja diferente nas várias áreas do país, já que as necessidades que ele deve atender não o são. O Partido dos Trabalhadores propõe, portanto, como medida imediata e urgente, a adoção de um **salário-mínimo nacional unificado de Cr\$ 26.000,00** (em cruzeiros de maio de 1982, o que significa que este valor deve ser, com o passar do tempo, reajustado de acordo com o aumento do custo de vida).

É preciso, porém, ir além disso e mudar completamente a atual política de salário-mínimo, a qual se caracteriza pelo arbítrio com que são fixados os seus níveis pelo Governo. Neste procedimento os trabalhadores não têm qualquer participação e os valores baixados pelo Governo não são sequer justificados. É preciso criar uma Comissão Nacional de Salário Mínimo,

formada por representantes eleitos dos assalariados e de outros setores da sociedade, com a finalidade de rever a "cesta básica" de consumo, que nos últimos 40 anos se alterou profundamente, de modo que o salário mínimo de fato cumpra sua finalidade (4). Esta nova "cesta", que deve corresponder a um padrão de vida adequado, será a base do cálculo para a fixação do novo nível do salário mínimo. A decisão sobre quanto deve ser o salário mínimo afeta a vida de milhões de brasileiros. Ela deve, por isso, ter a forma de lei, sendo aprovada pelo Congresso e não continuar, como agora, sendo tomada pelo Executivo, sem consultar ninguém.

c. o salário mínimo deve garantir a subsistência de um trabalhador **individual**, mas a maioria dos assalariados é composta por homens e mulheres que sustentam famílias. O atual salário família é totalmente inadequado. O Partido dos Trabalhadores sustenta que, como complemento ao salário mínimo individual, cada trabalhador deve receber um salário família correspondente a meio salário mínimo por dependente.

Poder-se-ia argumentar que sendo o salário mínimo a soma de dinheiro necessária ao sustento de um indivíduo, o salário família deveria ser igual a um salário mínimo por dependente. Acontece que o consumo de uma família é menor do que se cada um dos seus membros vivesse isolado. Há economia no uso das áreas comuns do domicílio (sala, cozinha, banheiro, quintal), dos aparelhos domésticos, dos móveis, etc... Além disso, crianças consomem menos alimentos e certos serviços do que adultos. Por isso julgamos que a reivindicação de um salário família de meio salário mínimo por dependente é justa. É claro, por outro lado, que o atual salário família, de um vigésimo (5%) de um salário mínimo atualmente desvalorizado por dependente não passa de uma piada.

O direito a receber o salário família não deve ser limitado aos assalariados mas deve ser estendido a todo e qualquer chefe de família que comprove não ter renda suficiente para garantir aos seus dependentes um sustento digno. Em 1976, tinham renda familiar inferior a 2 salários-mínimos, 39,1% das famílias com 4 a 6 membros, 42,6% das famílias com 7 a 10 membros e 32,5% das famílias com 11 e mais membros. Todas estas famílias — mais de 5,5 milhões — tinham renda menor que a mínima reivindicada neste programa. De acordo com os níveis reivindicados pelo Partido dos Trabalhadores, uma família de 5 pessoas deveria ter uma renda familiar mínima de 3 salários mínimos (um do chefe da família e mais meio de cada um dos 4 dependentes), ou seja $3 \times 26.000 = 78.000$ cruzeiros.

No futuro, quando o salário mínimo for devidamente reformulado, este valor também será reajustado. Em resumo, o Partido dos Trabalhadores coloca como uma das medidas básicas da redistribuição da renda que o Estado assegure a cada família brasileira uma **renda mínima**, mediante a instituição do salário desemprego, elevação do salário mínimo e do salário família. O salário família deverá ser financiado por recursos públicos e distribuído pelo Estado ou através da Previdência Social ou pelo aparelho fiscal mediante o mecanismo conhecido como "imposto de renda negativo" (5).

Atualmente, o salário-família é pago a todos os assalariados e apenas aos assalariados. Não é justo que este salário-

família seja dado a assalariados de alta renda, para os quais ele nada significa. Propomos que o salário-família seja pago somente aos trabalhadores com renda insuficiente, mas que seja um salário-família decente e que sirva para garantir um mínimo de consumo, sobretudo às famílias numerosas. Os governos e as classes dominantes vivem proclamando sua preocupação com o amparo à família, cuja "crise" seria responsável pelo surto de criminalidade, particularmente da delinquência juvenil. Infelizmente, o que eles entendem por amparo à família é sobretudo induzir os casais mais pobres a terem menos filhos. O PT propõe, como primeiro passo no sentido de um efetivo amparo à família do trabalhador brasileiro, medidas de redistribuição da renda que garantam a cada casal e seus filhos e demais dependentes segurança contra privações materiais, na convicção de que só assim se impedirá o crescimento do número de crianças abandonadas e a escalada da violência urbana.

d. garantir os assalariados contra a desvalorização de sua renda pelo aumento do custo de vida. Desde 1979, os salários são reajustados semestralmente, mas a inflação se acelerou tanto que atualmente o custo de vida se eleva 40 a 45% cada 6 meses, o que significa uma drástica redução do poder aquisitivo dos assalariados. É preciso diminuir, portanto, mais uma vez o período de reajustamento dos salários. Na verdade, a única forma de defender os assalariados da inflação é fazer com que o período em que os salários sejam reajustados não seja fixo mas dependa do próprio ritmo de aumento do custo de vida. Cada vez que este crescer acima de determinado limite — 10% — os salários devem ser reajustados, não importando se isso ocorre em 2 meses ou em 5 meses. Este sistema se chama "escala móvel de salários" e já foi conquistado em vários países pela classe operária. Ele se justifica basicamente por duas razões: 1.º o assalariado vende sua força de trabalho por um valor que lhe permite adquirir determinada quantidade de bens e serviços; se os preços destes bens e serviços sobem, aquele valor tem que ser reajustado para restabelecer aquilo que o assalariado contratou com a empresa. Se o reajustamento é atrasado, o trabalhador passa a ganhar menos em termos reais, sendo portanto lesado; 2.º o aumento dos

preços faz com que as empresas, isto é, os capitalistas, passem a ganhar mais, o que também os capacita a pagar melhor seus empregados. No sistema atual, durante 5 meses os patrões aumentam os preços e portanto aumentam seus ganhos às custas de seus empregados que só no 6.º mês são reajustados. Logo a seguir o crescimento dos preços recomeça... O Partido dos Trabalhadores propõe portanto, como medida de legítima defesa da participação do assalariado na renda que ele gera, a adoção por lei da "escala móvel de salários", ou seja, o reajustamento automático dos salários pelo INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), cada vez que este subir 10% ou acima deste limite. A "escala móvel de salários" não afeta nem substitui a luta por aumentos reais de salários (isto é, acima do aumento do custo de vida), a qual continuará sendo conduzida pelos sindicatos quando da renovação dos Acordos Coletivos de Trabalho.

e. formação de cooperativas e outros tipos de associações de **camponeses e trabalhadores urbanos por conta própria**, para que possam conquistar melhores preços para seus produtos e acesso ao crédito bancário em condições favoráveis; o Partido dos Trabalhadores luta para que se forje uma aliança entre assalariados e produtores autônomos, ao redor de um programa de reivindicações comuns. A medida em que esta aliança conseguir melhores condições de vida para os autônomos mais pobres — camponeses de pouca ou nenhuma terra, biscateiros, vendedores de rua etc. — estes deixarão de pressionar o mercado de trabalho como desempregados virtuais, fortalecendo-se assim o poder de negociação dos assalariados.

f. **eliminação das práticas discriminatórias das empresas contra mulheres, negros, jovens e velhos, homossexuais etc.**, garantindo o cumprimento do preceito constitucional: "pagamento igual por trabalho igual". A luta contra a discriminação no emprego, no salário e nas promoções reforça a unidade dos trabalhadores, impedindo que homens sejam jogados contra mulheres, brancos contra negros, adultos contra jovens e assim por diante.

g. **execução da reforma agrária**, que assegure a posse da terra a quem a trabalha; a propriedade da terra dever ser

do Estado, pois a propriedade privada do solo proporciona a quem a detém um monopólio de espaço e acesso (a transporte, energia, água etc...). No mesmo sentido, o Partido dos Trabalhadores preconiza uma **reforma urbana**, que passe a propriedade do solo urbano à municipalidade e a posse do mesmo às famílias que o necessitam para morar ou às empresas que o necessitam para funcionar.

h. como objetivo de curto prazo, visando a redistribuição da renda, o Partido dos Trabalhadores coloca ainda a extensão dos **serviços públicos** — escolas, postos de saúde e hospitais, redes de água e esgoto, linhas de transporte coletivo, iluminação e asfaltamento de vias públicas, controle de enchentes etc... — às áreas habitadas pela classe trabalhadora, onde, em geral, tais serviços inexistem ou são precários. É preciso que estes serviços sejam fornecidos gratuitamente ou por tarifas amplamente subsidiadas, sendo os mesmos financiados por receitas tributárias que gravem as classes abastadas.

Notas do Capítulo 3

(1) As rendas familiares são dadas em cruzeiros de 1970 e foram convertidas em cruzeiros de novembro de 1981, pelo fator 59,68, de acordo com o índice da Coluna 2 da *Conjuntura Econômica*. Fonte dos dados: IBGE, *Indicadores Sociais, Tabelas Seleccionadas 1979*.

(2) SINGER, Paul — *Dominação e Desigualdade. Estrutura de Classes e Repartição da Renda no Brasil*. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1981 (Tabela 35).

(3) Suplicy, Eduardo Matarazzo, "as Desigualdades Raciais e Sexuais no Brasil". *Revista de Economia Política*, volume 2, número 7, de julho/setembro de 1982.

(4) Chama-se "cesta básica" de consumo o conjunto de bens e serviços, que inclui desde alimentos, roupas, moradia, móveis até educação, assistência médica, transporte e recreação, que se considera necessário para que um indivíduo possa se manter em condições decentes. Na medida em que se dá o desenvolvimento, novos produtos passam a fazer parte da "cesta básica", tais como aparelho de TV, alimentos industrializados etc...

(5) O imposto de renda negativo garante a cada família uma soma correspondente a certa porcentagem da diferença entre a renda mínima e a renda familiar de que ela dispõe. Se esta porcentagem for 90% por exemplo, uma família de 5 membros tendo 2 salários-mínimos da renda familiar, cuja renda mínima deveria ser de 3 salários-mínimos, receberia 90% de 1 salário-mínimo. O imposto de renda negativo não cobre integralmente a diferença para incentivar as famílias a elevar suas rendas.

Um Resumo das Principais Soluções

"O objetivo fundamental, a longo prazo, do Partido dos Trabalhadores é a construção do socialismo no Brasil, único caminho para resolver de forma efetiva os impasses econômicos e sociais do país". É o que afirma o Projeto de Programa Econômico do PT. O documento, porém, assinala que o Partido não alimenta qualquer ilusão de que o socialismo possa ser implantado imediatamente e por isso elabora propostas de curto prazo para a melhoria das condições de vida dos brasileiros.

DÍVIDA EXTERNA

Uma dessas propostas é a renegociação global da dívida externa "para acertar prazos de amortização e taxas de juros compatíveis com o crescimento de nossa economia e satisfação de necessidades básicas de nosso povo".

De acordo com o Projeto, tal renegociação pressupõe três elementos básicos:

1. que seja conduzida por um Governo democrático, com verdadeiro respaldo popular;
2. que seja implantada simultaneamente com uma política de reorientação industrial, com prioridades claramente definidas para o desenvolvimento de setores que produzem bens de consumo popular, que permitam a substituição de importações e a geração de divisas externas. O PT entende ainda que o pagamento do serviço da dívida deve ser feito com divisas obtidas não mediante a redução do consumo interno, mas através da geração de excedentes exportáveis obtidos pelo aumento da produção;
2. que seja levada adiante, de preferência, em conjunto com outros países que se encontram em situação semelhante à do Brasil. O que, sem dúvida, aumentaria o poder de barganha de todos os endividados.

DESEMPREGO

O PT estima que o número de desempregados no Brasil seja hoje de, no mínimo, cinco milhões e setecentos mil trabalhadores. Considera, pois, elementar, que o Governo adote uma política para evitar que esse contingente de brasileiros continue a viver na mais absoluta miséria. Para tanto, propõe a imediata instituição do salário-desemprego no País que, segundo seus cálculos, demandaria mensalmente, em cruzeiros atuais, Cr\$ 140 bilhões (na hipótese de que cada desempregado recebesse um salário mínimo e meio), quantia que não é muito superior à arrecadação mensal dos fundos sociais como o FGTS, PIS e PASEP.

O salário-desemprego, no entanto, não é suficiente. O documento considera fundamental a adoção de uma política que acabe com o desemprego. E nesse sentido, propõe, entre outras coisas, a adoção da jornada de trabalho de 40 horas, sem diminuição dos salários; a ampliação imediata dos serviços públicos de natureza social; o aumento da ocupação na agricultura, mediante o acesso à terra a todos que pretendam trabalhá-la; a concentração de créditos subsidiados nos setores industriais que absorvam mais mão-de-obra e que produzam bens de consumo popular. O PT considera perfeitamente viável alcançar o pleno emprego no Brasil num prazo de quatro a cinco anos, o que requer a criação de dois milhões de empregos por ano.

RENDA

O PT defende que o salário mínimo seja unificado no País e imediatamente reajustado, em 55%, para recuperar o valor real mais elevado que atingiu

desde a sua criação (1959). Isso equivaleria a um salário de Cr\$ 26.000,00 até novembro, quando se processa o novo reajuste do mínimo.

Trata-se de uma das principais medidas de curto prazo sugeridas no documento, com o objetivo de iniciar a redistribuição da renda no Brasil. O PT afirma porém que "sem conquistar maior participação no poder, os trabalhadores dificilmente poderão ampliar a sua participação na renda". Considera assim indispensável fortalecer o poder de barganha dos assalariados através da mais ampla mudança na estrutura sindical, que assegure a autonomia às organizações sindicais e toda liberdade para a utilização de seus instrumentos de luta; o pleno direito de greve; a estabilidade no emprego; e a construção de uma central sindical no País.

INFLAÇÃO

Para o PT, a inflação é, essencialmente, o resultado da disputa entre as classes sociais para manter ou aumentar a sua participação na renda nacional. Não é por outra razão que as classes dominantes, para controlar a inflação, recorrem normalmente ao arrocho salarial. A política do PT, em contraposição a essa estratégia, propõe a escala móvel de salário, com reajustes automáticos sempre que os preços atingirem uma alta de 10%; incentivo à produção e subsídio ao consumo popular essencial. Para atender a carestia, advoga ainda: expansão dos serviços gratuitos de saúde; ensino gratuito em todos os níveis e expansão da merenda escolar; abolição da cobrança das taxas de água e esgoto para as famílias de baixa renda; instituição do passe operário nos transportes urbanos (50% de desconto para desempregados e para quem ganha até 3 salários mínimos).

O Partido dos Trabalhadores acredita, todavia, que para eliminar a inflação de fato é preciso eliminar a disputa pela renda, que caracteriza a própria existência do capitalismo.

IMPOSTOS

O PT tem claro que as suas propostas não podem ser viabilizadas só pela vontade. Elas exigem recursos e estes podem ser obtidos através de uma profunda mudança no sistema fiscal brasileiro que é injusto, regressivo e concentrador. Basta dizer que 62,7% dos impostos cobrados hoje no Brasil são indiretos, ou seja, aplicados indistintamente sobre ricos e pobres (veja os detalhes nas páginas 63 a 67).

Entre as medidas defendidas pelo PT para alterar o modelo fiscal destacam-se:

1. abolição gradativa dos impostos indiretos;
2. isenção a produtos de consumo essencial;
3. alíquota progressiva conforme o montante dos lucros;
4. extinção dos rendimentos não-tributáveis, com exceção daqueles originados do trabalho direto do declarante, como é o caso do Fundo de Garantia, por exemplo;
5. taxa adicional sobre a propriedade urbana sem uso;
6. adoção de imposto sobre solo criado;
7. novos impostos sobre grandes heranças e produtos de luxo;

O documento do PT calcula, para exemplificar as possibilidades de aumento de recursos, que apenas a eliminação dos rendimentos não-tributáveis elevaria a arrecadação do imposto de renda em 68,6%.

(Esse resumo foi preparado pela Assessoria de Imprensa do Comitê Eleitoral Unificado do Diretório Regional do PT em São Paulo).

4.

Inflação



“O PT propõe, como programa de curto prazo, destinado a defender a população trabalhadora dos piores efeitos da carestia: ...3. congelamento dos preços dos alimentos essenciais e fornecimento gratuito de leite a famílias com lactantes e crianças pequenas; fornecimento de refeições a preços subsidiados a todos os trabalhadores com salários inferiores a três salários-mínimos...” (Foto: Nair Benedicto /F4)

4.1. O que é Inflação

A inflação é o aumento sistemático dos preços, mês a mês, ano a ano. Temos tido inflação no Brasil há muitas décadas, de tal modo que hoje praticamente ninguém mais vivenciou alguma época em que os preços não tenham subido. Também nos demais países capitalistas, a inflação já se tornou “normal”: todos esperam que, com o passar das semanas e meses, os preços de tudo aumentem.

No entanto, ninguém se conforma com a inflação. Para os trabalhadores ela aparece sob a forma de “carestia”, ou seja, a

redução do poder aquisitivo pela contínua elevação dos preços dos alimentos, do vestuário, da condução, sem falar do aluguel, das taxas escolares, etc.. Se, por exemplo, o gasto na feira sobe, sobra menos dinheiro para comprar as outras coisas. Se o trabalhador é forçado a aumentar seus gastos obrigatórios — porque subiu o preço do ônibus ou o aluguel — ele terá menos dinheiro para comprar um brinquedo para o filho ou um vestido para a mulher. Isso quer dizer que, a cada manifestação concreta da inflação, o trabalhador se sente **roubado**, como se alguém lhe tivesse tirado dinheiro do

bolso. E por isso ele se revolta.

Acontece que nesta revolta, o trabalhador não está sozinho. Os membros das outras classes, inclusive da burguesia, também se queixam da inflação. Na verdade, enquanto **consumidores**, todos perdem com a inflação. E o Governo, que sabe disso, está o tempo todo “lutando contra a inflação”. As medidas mais anti-populares — o arrocho dos salários, o aumento dos impostos, o corte de verbas para saúde e educação — são sempre justificadas como sendo necessárias para “combater a inflação”. Esta, no entanto, não desaparece. No máximo, a inflação

pode diminuir seu ritmo durante certo período, para se acelerar de novo no seguinte.

Se ninguém — nem os trabalhadores, nem a burguesia, nem a pequena-burguesia e nem o Governo — é a favor da inflação, por que é que ela não desaparece? Para responder a esta questão é preciso dar uma volta e ver primeiro como, numa economia capitalista como a nossa, se dá a repartição da renda e se formam os preços. Entendendo estes processos, não é difícil perceber por que sempre há inflação.

4.2. A Repartição da Renda

Cada classe social participa da renda nacional de acordo com um certo rendimento, cujo tamanho depende de **preços**. Os trabalhadores assalariados participam da renda nacional de acordo com a quantidade de salários que recebem e esta quantidade depende do **nível salarial** — tantos cruzeiros por hora, dia ou mês — que é o **preço da força de trabalho**. Os trabalhadores autônomos (camponeses, merceiros, carpinteiros, arrumadeiras, etc. — trabalhando por conta própria) participam da renda nacional de acordo com os seus ganhos, que dependem dos **preços** que eles cobram de quem lhes consome os produtos e dos **preços** que eles pagam por matérias-primas, aluguel ou outras mercadorias que eles utilizam na produção. Os seus ganhos dependem, portanto, da **diferença** entre os preços que eles cobram e os preços que lhes são cobrados. O mesmo ocorre com a burguesia, cuja participação na renda nacional é determinada pelos **lucros** de suas firmas, que dependem dos **preços** pelos quais vendem suas mercadorias e dos **preços** do que eles compram para produzir: força de trabalho, serviços, matérias-primas, energia, etc. O lucro resulta, portanto, também da diferença entre preços.

Os burgueses só recebem os lucros diretamente quando são proprietários de firmas médias ou pequenas, que eles dirigem pessoalmente. Nas grandes empresas, dirigidas por administradores profissionais, que formam a burguesia gerencial, esta recebe parte dos lucros sob a forma de altos ordenados, participação percentual no lucro, além de vários tipos de mordomia: automóvel com chofer, viagens, seguro de vida e de saúde, etc... Os ganhos da burguesia gerencial (também chamada “tecnoburocracia”) dependem, em boa medida, dos lucros das empresas que dirigem.

Há ainda os que vivem de “rendas”: alugueiros, arrendamentos (renda da terra),

juros ou dividendos. Neste grupo há grandes burgueses “passivos”, isto é, que não dirigem empreendimentos, mas também viúvas e pequenos depositantes em cadernetas de poupança. A participação destes “rentistas” na renda nacional se dá de acordo com rendimentos que também dependem de preços: a quantidade de juros ganhos sobre certo capital depende da taxa de juros (preço do dinheiro emprestado), a quantidade de aluguel depende do preço de locação (tantos cruzeiros por metro quadrado de área), a quantidade de dividendos depende da taxa de lucro das sociedades anônimas (sociedades por ações) que, como foi visto, resulta de uma diferença de preços.

Em resumo: todos os que participam da renda nacional (exceto o Governo) têm o tamanho do seu quinhão determinado por preços. E como, cada ano, a renda nacional do país é uma certa quantidade de valor, expressa em cruzeiros, a participação de cada classe só pode aumentar às custas das outras classes. Assim, se os assalariados quiserem elevar sua participação na renda nacional, eles estarão diminuindo a parte da renda que vai à burguesia, pequena-burguesia, rentistas e trabalhadores autônomos. O mesmo vale para as outras classes. A parcela de cada uma na renda nacional só pode crescer às custas das demais.

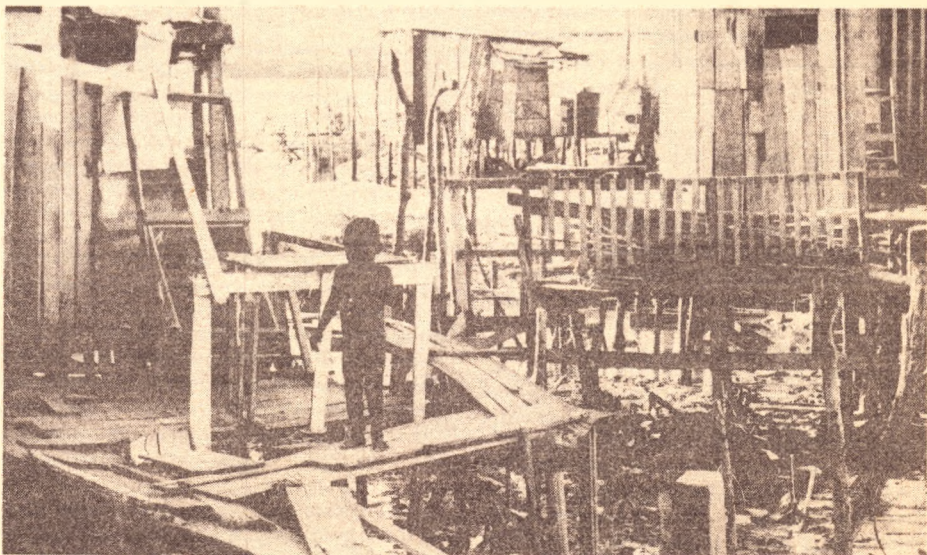
No capitalismo, a repartição da renda é determinada, a cada momento, pela luta de classes. Cada classe e fração de classes se organizam em sindicatos e associações profissionais e lutam para defender sua participação na renda nacional e, se possível, para aumentá-la. A luta de classes não se resume nisso, mas a disputa da renda nacional é, sem dúvida, um aspecto central da mesma.

A luta dos trabalhadores assalariados, em defesa do seu ganho, se faz por meio de mobilizações e greves para aumentar o nível de salário, ou seja, o preço da força de trabalho. Os trabalhadores autôno-

mos, com o mesmo objetivo, lutam para que sejam elevados os preços dos seus produtos. Assim, os agricultores, por exemplo, se mobilizam para exigir melhores preços mínimos, fixados pelo Governo. Fazem o mesmo as diferentes frações da burguesia. Os industriais e comerciantes lutam para não ter os preços dos seus produtos fixados ou tabelados por órgãos do Governo, como a Sunab ou o CIP (Conselho Interministerial de Preços). Cada setor de produção luta para aumentar ou liberar os preços que cobra e para que o Governo controle ou table os preços que paga. Assim, por exemplo, os fabricantes de calçados almejam o controle do preço do couro e a liberação do preço do sapato. Os donos dos curtumes, por sua vez, almejam limitar os preços das peles e elevar os dos couros. E assim por diante. No caso dos alugueiros, o seu congelamento é pedido pelos inquilinos, ao passo que os locadores exigem sua liberação. Os exemplos são numerosos e constituem o dia-a-dia da luta econômica de classes.

O importante é que, no capitalismo de nossos dias, nenhuma classe tem sua

parcela da renda nacional assegurada. A inflação está o tempo todo corroendo o valor dos rendimentos, de **todas** as classes. Isso significa que o aumento incessante dos preços que cada um **paga** reduz, como foi visto, o poder de compra do dinheiro que cada um **recebe**. Portanto, cada classe tem que se organizar e lutar para que a repartição da renda não se altere **contra** ela. Os assalariados, por exemplo, enfrentam todo o dia o aumento do custo de vida, que reduz o valor real dos seus salários. Os assalariados não têm outro remédio a não ser lutar, organizadamente, por meio de seus sindicatos, para reajustar os seus salários. Na medida em que o conseguem, são os custos das empresas que sobem, ameaçando-lhes os lucros, o que as levam a procurar aumentar, por sua vez, os preços que cobram. O mesmo vale para os trabalhadores autônomos e para os rentistas. No capitalismo inflacionário, cada classe tem de correr muito para não ficar para trás, sobretudo os assalariados, que enfrentam, no mercado de trabalho, grandes capitais monopolistas, capazes de burlar os aumentos de salários através da rotatividade.



4.3. Preços, Mercado e Estado

Em teoria, o preço de cada mercadoria é formado pelo livre encontro entre oferta e demanda, ou seja, pela barganha no mercado entre vendedores e compradores. Nesta barganha, os vendedores **propõem** preços que são a soma de duas parcelas: 1. os custos que eles têm de cobrir mais; 2. o rendimento que eles desejam obter. Aos compradores caberia decidir quanto de cada mercadoria querem comprar, dados estes preços. Se a quantidade que eles assim decidem adquirir for: a) **menor** do que a que os vendedores precisam vender, a concorrência entre os vendedores faria com que os preços acabassem por **baixar**; b) se ela for **maior** do que a que os vendedores podem vender, a concorrência entre os compradores faria com que os preços acabassem por **subir**. No fim, a barganha entre vendedores e compradores sempre resultaria em preços e quantidades de mercadorias que **deixariam** uns e outros satisfeitos, no **seguinte** sentido: os vendedores **venderiam** suas mercadorias por preços que, ao **menos**, lhes permitiriam cobrir seus custos e os compradores

adquiririam tudo o que lhes interessasse, dado o seu poder aquisitivo.

Esta proeza, que certa teoria econômica liberal atribui ao mercado, de deixar a todos satisfeitos, na prática não acontece porque sempre há um lado mais fraco, que na competição sai prejudicado. Se este lado for politicamente poderoso, ele induz o Estado a intervir no mercado em seu favor. Historicamente, os primeiros a fazerem isso no Brasil foram os fazendeiros de café, que forçaram o Governo a sustentar o preço do seu produto e ao mesmo tempo a baratear-lhes o custo mediante o subsídio e o financiamento da imigração europeia. Depois chegou a vez dos industriais, que conseguiram do Estado a proteção contra a concorrência estrangeira, além de créditos subvencionados e incentivos fiscais. Também os outros agricultores conseguiram que o Estado lhes comprasse a produção a preços mínimos de sustentação, além de lhes subsidiar o crédito e a aquisição de adubos, herbicidas, máquinas e tratores. Finalmente, os assalariados conquistaram o salário mínimo, jornada

normal de 8 horas, descanso semanal remunerado, férias anuais, etc.

Não há qualquer exagero em afirmar que, hoje, no Brasil, a livre barganha no mercado funciona apenas marginalmente. Em todos os setores importantes, de produção e de consumo, o Governo intervém, impondo reajustamentos compulsórios de preços (como no caso dos salários e dos alugueis) ou subsidiando os vendedores (como no caso dos exportadores de manufaturados e dos participantes do Proálcool) ou fixando diretamente os preços (como ocorre com a taxa de câmbio e com certas taxas de juro). Isto significa que os preços, que determinam a repartição da renda nacional entre as classes e frações de classe, em sua maioria não são preços de mercado mas **preços políticos**. Portanto, a luta econômica de classes, ao redor da repartição da renda, não se trava predominantemente através dos mercados mas no plano político. Os trabalhadores têm de entender que o valor real de seus salários depende sobretudo de políticas do Governo:

política salarial, política de salário mínimo, política sindical e trabalhista e das chamadas políticas sociais: habitacional, educacional, de saúde e saneamento, etc... Desde 1964, estas políticas são, em seu conjunto, desfavoráveis aos assalariados de baixo rendimento, principalmente a política trabalhista que viola a autonomia dos sindicatos mais combativos e cerceia o direito de greve. Graças às grandes mobilizações e greves de massa, de 1978 em diante, os assalariados brasileiros conseguiram mudar, em certa medida, a política salarial. As políticas restantes no entanto continuam na mesma.

Embora a negociação coletiva direta com os empregadores possa lhes trazer benefícios, em certas condições, os trabalhadores têm de estar cientes de que o padrão de vida do conjunto dos assalariados, assim como os dos autônomos, depende principalmente em conseguir do Estado — vale dizer do Governo federal sobretudo — políticas favoráveis aos trabalhadores.

4.4. Os Mecanismos da Inflação

Fica claro porque há inflação: no afã de defender e, sempre que possível, aumentar sua participação na renda nacional, cada classe e fração de classe tratam de obter a elevação dos preços que cobram. A inflação, tendo-se tornado habitual, solapa a resistência ao aumento dos preços dos que pagam. Uma exceção a esta regra é o Movimento Contra a Carestia, que luta pelo congelamento dos preços de bens e serviços de primeira necessidade. Mas esta resistência pouco êxito tem obtido, o que mostra bem que a tática de oposição direta ao aumento de certos preços não é muito prometedora. E é lógico que seja assim, pois o setor que pede o reajustamento do seu preço sempre pode argumentar com o aumento dos preços que paga. Ora, é politicamente quase impossível punir com o congelamento de preços empresas cujos custos estão subindo o tempo todo. O congelamento de **alguns** preços portanto não é viável enquanto todos os demais sobem rapidamente.

A essência dos mecanismos da inflação é que cada preço está ligado a todos demais, através da divisão social do trabalho. Assim, o nível de salário está ligado aos preços dos bens e serviços que compõem a cesta de consumo do trabalhador. O preço de um automóvel se relaciona com os preços dos componentes, da força de trabalho utilizada, da energia consumida, etc... E assim por diante. Ora, esta interligação dos preços faz com que a elevação de uns poucos preços se transmita rapidamente aos demais.

Existe, portanto, a "solidariedade dos preços", que reflete o fato de que cada mercadoria é sempre produzida por meio

de outras mercadorias (considerando-se entre estas a força de trabalho, que, no capitalismo, é reduzida também à condição de mercadoria). As mercadorias se dividem em duas espécies: as básicas e as não-básicas. As básicas são as que entram na produção de outras mercadorias. Entre elas se incluem as matérias-primas, a força de trabalho, as máquinas, o transporte e também as que são consumidas pelos trabalhadores, pois estas últimas participam da produção da força de trabalho. As mercadorias não-básicas são as que não são utilizadas na produção de outras mercadorias. Entre elas se incluem os bens de serviços de luxo, consumidos apenas pelas camadas ricas da população. Os preços das mercadorias básicas são custos de produção ou de circulação de outras mercadorias. Quando alguns deles aumentam eles arrastam atrás de si a elevação de outros preços. Já o mesmo não acontece com os preços das mercadorias não-básicas. O aumento das diárias de hotéis de luxo ou dos perfumes estrangeiros não repercute nos outros preços.

O mecanismo da solidariedade dos preços não deve ser entendido como de funcionamento automático. Se o preço de uma mercadoria básica sobe, isso não quer dizer que **imediatamente** os preços das outras mercadorias sobem também. O elemento "tempo" é, neste caso, muito importante. Se a solidariedade dos preços funcionasse instantaneamente, qualquer impulso inflacionário mais forte produziria uma explosão de preços. Isso é fácil de entender: cada classe tem pressa em reajustar o preço que cobra, pois enquanto seus custos já aumentaram e ela continua cobrando o preço antigo, ela está perdendo dinheiro. Por isso, as diversas

classes e frações de classe procuram-se antecipar ao aumento dos seus custos e elevar o mais depressa possível os preços que cobram. Assim, por exemplo, uma elevação forte dos preços de certas mercadorias básicas, como gasolina e óleo diesel, acarretaria imediatamente aumentos das tarifas de transporte e os vendedores das outras mercadorias também aumentariam seus preços, obrigando a novo reajustamento dos combustíveis e assim por diante. Em pouco tempo os preços de tudo estariam explodindo, perturbando gravemente a atividade econômica.

Para evitar que isso ocorra, o Governo trata de intervir na fixação dos preços, retardando o funcionamento da solidariedade dos preços. Como muitos preços das mercadorias mais básicas são políticos, isto é, dependem do Governo, este não só retarda seu reajustamento mas também, às vezes, os "arrocha", limitando seu aumento a uma proporção menor que o aumento dos custos. Quase sempre a grande vítima desta política "antiinflacionária" do Governo tem sido a classe operária. Os aumentos de salários têm sido retardados — são no momento semestrais, quando o aumento do custo de vida é no mínimo mensal — e, antes de 1979, eram freqüentemente menores do que a elevação do custo de vida. Com isso, a participação dos assalariados na renda nacional diminuiu. De acordo com os Censos Industriais, a participação dos salários no Valor da Transformação Industrial da Indústria brasileira caiu de 26,2% em 1960 para 23,0% em 1970 e para 19,2% em 1975. Estes dados mostram bem como, no âmbito da indústria, a ciranda inflacionária comandada por preços poli-

ticos vitimou os trabalhadores.

Enfim, a inflação não é neutra em relação à repartição da renda. Isso não quer dizer que na luta econômica de classes, que se trava através da inflação, os trabalhadores tenham que perder sempre. Quando a classe operária avança em sua organização e eleva sua capacidade de luta, no campo sindical e no campo político, é perfeitamente possível que ela possa recuperar o terreno perdido e aumentar sua participação na renda nacional. O fato de que os trabalhadores tenham sido os grandes prejudicados, pelo menos até 1978, se deve não à inflação mas à política do regime militar, que quase sempre favoreceu frações da burguesia ligadas ao capital monopolista.

No processo de luta de classes, é comum cada classe acusar a outra de ser a "culpada" pela inflação por elevar seus preços. Os trabalhadores tendem a ver nos donos das empresas, e particularmente nos comerciantes, os responsáveis pelo aumento dos preços. A burguesia, no entanto, acusa os trabalhadores de serem os culpados por pressionarem os patrões para aumentar os salários. Na realidade, esta acusação é falsa: os reajustamentos salariais, mesmo quando acrescidos de uma parcela a título de "produtividade", não têm preservado a participação do conjunto dos assalariados na renda nacional. Mas seria melhor que ela fosse verdadeira, isto é, que os trabalhadores tivessem força bastante para aumentar sua participação na renda através de reajustamentos mais rápidos e maiores dos seus salários. É preferível que os trabalhadores, que constituem a grande maioria da população, sejam os "culpados" do que as "vítimas" da inflação.

4.5. Quem está perdendo e quem está ganhando com a inflação

Para saber como a repartição da renda entre os diversos setores de atividade econômica é afetada pela inflação, é necessário verificar como evoluem seus preços em relação aos seus custos. Em cada setor a inflação faz subir os custos de produção e da circulação, e logicamente as empresas procuram manter (ou mesmo ampliar) os lucros, elevando os seus preços. Mas nem todas o conseguem. Em alguns setores, há poucas empresas de grande porte que, por isso, têm "poder de monopólio". Isto significa que elas têm toda possibilidade de combinar entre si o aumento de preços que lhes convém. Como resultado, estas empresas monopolistas passam aos seus preços toda

elevação de custos e algumas vezes mais do que isso.

Quando as vendas caem, como ocorreu no Brasil, em 1981, devido à recessão, as empresas sofrem um aumento de custos maior do que a inflação porque seus custos fixos — depreciação do maquinário, salários do pessoal de escritório e assim por diante — têm que ser cobertos por uma quantidade menor de produtos vendidos. Imaginemos, por exemplo, que uma empresa automobilística tenha gastos fixos, que não aumentam nem diminuam com o nível de produção, de Cr\$ 5 bilhões por ano. Se a sua produção for de 100.000 veículos, ela vai cobrar Cr\$ 50.000,00 por veículo para cobrir estes

custos. Se a produção cair para 50.000 automóveis por ano, a empresa vai carregar Cr\$ 100.000,00 no preço de cada carro para cobrir seus custos fixos. Como resultado, a queda de produção — nos setores monopolistas — tende a produzir a aceleração da subida dos preços.

Em outros setores, porém, atuam numerosas empresas e trabalhadores autônomos, não havendo grandes firmas com poder de monopólio entre elas. É o caso, por exemplo, da agricultura e de alguns ramos da indústria, como as que produzem couros e peles, peças de vestuário, calçado, etc... Nestes setores, ditos "concorrenciais", os custos também se elevam, tanto em consequência da infla-

ção como devido à queda do volume de vendas. Mas, as empresas e os pequenos produtores autônomos têm menos possibilidades de "repassar" estes aumentos de custos aos preços das mercadorias que vendem, porque o seu grande número impede que acertem entre si os preços que irão cobrar. Os que aumentarem seus preços mais do que seus concorrentes se vêem no perigo de que o volume vendido sofra drástica redução. Nestas condições, quando a inflação se acelera, os setores concorrenciais tendem a se atrasar na corrida dos preços, o que significa que a inflação tende a transferir renda dos setores concorrenciais aos setores monopolistas.

Como o povo pode combater a inflação

No Brasil isto ficou evidente em 1981, quando a elevação de preços no atacado foi, em diversos setores, a seguinte:

Tecidos de Fios Naturais	49,1%
Móveis de Madeira	50,9%
Produtos Agrícolas	64,2%
Tecidos de Fios Artificiais	71,0%
Móveis de Aço	79,2%
Mecânica	95,4%
Eletrodomésticos	126,3%
Borracha	136,3%
Veículos a Motor	140,9%
Fumo	143,5%
Materiais de Limpeza	164,7%

FONTE: FGV, *Conjuntura Econômica*, Janeiro de 1982.

Fica evidente que nos primeiros 5 setores predomina a concorrência, ao passo que nos últimos 5 predomina o poder de monopólio. Durante 1981, os setores monopolistas elevaram seus preços duas a três vezes mais do que os setores concorrenciais.

Muita gente acredita que os monopólios produzem a inflação deliberadamente, aumentando o tempo todo os preços que cobram. A realidade, no entanto, é mais complexa. Os monopólios de fato elevam seus preços, mas somente quando por alguma razão sofrem aumento de custos. Neste sentido, os monopólios têm poder de mercado para passar aos compradores qualquer perda que atinja a economia como foram, por exemplo, os sucessivos aumentos dos preços do petróleo importado, praticados desde 1974. Logicamente, esta perda vai pesar sobre os ombros das empresas menores e sobretudo dos trabalhadores. Mas isso não significa que os monopólios estejam o tempo todo aumentando seus preços para terem mais lucros. Eles não fazem isso porque margens maiores de lucro, resul-

tantes de preços muito altos, fariam cair o volume de suas vendas e portanto o montante de seus lucros globais, que é o que lhes interessa maximizar. Explicando melhor: se uma empresa tem Cr\$ 100.000,00 de lucro por veículo, vendendo por ano 200.000 unidades, o seu lucro global será de 20 bilhões; pouco lhe adiantaria aumentar o preço para elevar o seu lucro por veículo para Cr\$ 150.000,00 se isso fizesse cair suas vendas para 120.000 unidades, pois seu lucro global só seria de 18 bilhões. Os monopólios fixam seus preços de tal jeito que possam vender um volume de mercadorias adequado para tomar seus lucros globais e o seu crescimento os maiores possíveis.

Fica claro, portanto, que os monopólios não criam a inflação, pois não têm interesse em aumentar seus preços acima de certo limite, mas, em geral, se defendem bem e tiram vantagem dela. Para os monopólios, a inflação apresenta oportunidades de obter superlucros, mas ela também os prejudica, basicamente porque a subida de preços mobiliza todas as clas-

ses e frações de classe em defesa de seu poder aquisitivo. Esta mobilização, sobretudo dos assalariados, é politicamente perigosa para a fração monopolista da burguesia porque pode alterar o equilíbrio de forças a favor dos trabalhadores. O capitalismo monopolista, em seu estágio atual, é inerentemente inflacionário, pelas razões apontadas. Mas este é um ponto fraco dele, pois pode acarretar a unificação das lutas de classe no plano econômico e no plano político. A classe trabalhadora e os demais setores explorados, quando pressionados pela inflação, podem-se conscientizar de que a luta pela preservação e melhoria do seu padrão de vida exige a conquista de poder sobre o manejo da política econômica e portanto sobre o Estado. No capitalismo do passado, em que a inflação era excepcional, a luta de classes econômica se travava no terreno sindical, e a política no terreno partidário-eleitoral. Esta separação fazia com que muitos trabalhadores alimentassem "ilusões economicistas", ou seja, de que a mera luta sindical poderia trazer-lhes conquistas duradouras. Tais ilusões enfraqueciam a luta dos trabalhadores e a inflação sem dúvida ajuda a superá-las. Por isso, a burguesia monopolista e seus representantes políticos e ideológicos sonham com um capitalismo sem inflação. Este é um sonho reacionário, que só se realizaria mediante a mais completa repressão dos setores explorados da sociedade.

Em suma, quem perde e quem ganha com a inflação se decide no plano político, já que os preços fundamentais da economia dependem da política econômica do Estado. Até 1979, a legislação salarial e a política trabalhista tornaram, como já foi visto, os assalariados os grandes prejudicados pela inflação. Com a conquista dos reajustamentos semestrais, da margem de 10% de reajustamento

acima do INPC para os que ganham até 3 salários mínimos e a possibilidade de negociar um aumento anual, a título de elevação da produtividade, os trabalhadores adquiriram condições de se defender melhor. Ainda assim, a rotatividade e sobretudo o grande aumento do desemprego, desde 1981, tendem a deprimir os salários. De modo que novos objetivos se colocam para o movimento operário, entre os quais se destacam a escala móvel de salários e a estabilidade no emprego (expostos em outra parte deste programa). A conquista destes objetivos pode permitir aos trabalhadores se engajar em condições vantajosas na luta por maior participação na renda nacional, mesmo havendo inflação.

Não tem sentido supor, como muitos sustentam, que a inflação é uma manobra da classe dominante e do Estado para aumentar a exploração dos trabalhadores. Hoje, o grau de exploração resulta da luta de classes, econômica e política, da qual a inflação é um efeito. Em alguns países da América Latina em que há menos inflação — como o Paraguai, o Chile, a Guatemala e El Salvador — os direitos dos trabalhadores são pisoteados e sua exploração é brutal. A bandeira da luta contra a inflação "a qualquer custo" é geralmente empunhada pelos inimigos dos trabalhadores e se propõe a reprimir a inflação às custas dos assalariados. É claro que a classe trabalhadora não é a favor da inflação. A posição justa frente à inflação, no entanto, não consiste em preconizar que os preços deixem de subir (o que é utópico) mas em propor, como veremos adiante, um outro sistema de ajustar a distribuição da renda, que não seja mediante a corrida de preços. No atual sistema capitalista, não resta aos trabalhadores outro remédio a não ser se engajar nesta corrida, não se deixando enganar pelos que proclamam que os aumentos salariais agravam a inflação.

4.6. O Ciclo Inflacionário

Embora já há muito tempo que temos inflação no Brasil, ela não é constante. Há períodos em que a inflação está ascendendo: cada ano os preços sobem mais depressa do que no anterior. Em outros períodos ela cai. Assim, entre 1948 e 1964, a inflação foi subindo, de 5,7% para 90,8%, quando chegou ao seu auge. De 1964 em diante ela foi diminuindo, até chegar ao mínimo de 17% em 1972. Depois ela voltou a crescer, até alcançar um novo auge de 110% em 1980, que constitui o recorde histórico da inflação parece estar entrando num novo período de declínio, apesar de ainda se encontrar em nível próximo a 100%. (1)

Sendo a inflação algo permanente, importa saber como e por que ela cresce em certos períodos e decresce em outros. A inflação aumenta quando as contradições no seio da economia se agravam. No período de 1948 a 1964, a inflação foi crescendo porque: a) os preços dos produtos importados pelo Brasil aumentaram em relação aos preços dos produtos que exportávamos, o que gerou crise crônica do Balanço de Pagamentos a qual foi enfrentada por desvalorizações sucessivas do cruzeiro, encarecendo os produtos importados; b) no mandato de Juscelino Kubitschek, o Governo emitiu grande volume de moeda para pagar as contas da construção de Brasília e a da realização do Plano de Metas; e c) queda do nível de produção no fim do período, o que acarretou aumento dos custos fixos,

levando os setores monopolistas a acelerar o aumento de seus preços (pelas razões expostas acima, no item 4.5). Tudo isso combinado fez a inflação subir até "estourar" em 1964.

Daquele ano em diante, o governo militar fez uma política econômica que, de um lado, produziu severa recessão e, por outro, arrochou os salários, fazendo com que fossem reajustados a níveis muito abaixo do aumento do custo de vida. Graças ao sacrifício dos assalariados e dos pequenos empreendedores — que se arruinaram devido à recessão — a inflação diminuiu, até atingir seu patamar mais baixo no começo dos anos 70.

A partir de 1974 esta história se repete, mas em outros termos. A crise do Balanço de Pagamentos, detonada pelo grande aumento dos preços do petróleo, é mais grave porque a economia brasileira se tornou mais dependente das importações e principalmente porque nossa dívida externa é muito maior, não só em valor mas (que é o que interessa) em relação à nossa capacidade de pagar. Por outro lado, os assalariados têm sido tão prejudicados pela política salarial e trabalhista, praticada entre 1964 e 1979, que se torna quase impossível impor-lhes novo arrocho. Atualmente, a economia dos principais países capitalistas (Estados Unidos, Alemanha Ocidental, Japão, França, etc...) está também em recessão, o que não

ocorria em 1964-73, quando a crise do Balanço de Pagamentos pôde ser resolvida mediante forte expansão de nossas exportações. Quando os países aos quais exportamos estão em recessão, fica mais difícil aumentar nossas vendas a eles.

Portanto, a estratégia antiinflacionária seguida naquele período não pode ser repetida agora. Por isso, os interesses do grande capital público e privado, nacional e estrangeiro, representados no Governo, não vêem outra saída que a recessão, a qual é muito mais profunda do que a provocada em 1963-1967. Com a recessão, que começou em 1981, o desemprego se agravou fortemente, o que levou à retração das lutas salariais e está permitindo às empresas rebaixar salários mediante a rotatividade. A queda das vendas e a diminuição dos custos de produção (salários) está pouco a pouco reduzindo o ritmo da inflação, à custa dos trabalhadores que perderam os seus empregos e dos que continuam trabalhando com salários menores, assim como às custas dos pequenos empresários, sufocados pela retração dos seus mercados e das altíssimas taxas de juros.

Na fase de baixa do ciclo inflacionário, no qual a economia brasileira está entrando agora, o Governo continua manobrando os preços. Em 1981, por exemplo, as tarifas dos serviços públicos foram aumentadas em maior proporção que os demais preços, atendendo aos interesses

dos concessionários destes serviços, como os donos das linhas de ônibus, o que tem provocado mobilizações em defesa da economia do povo em várias cidades. De uma forma geral, a política do Governo é cortar subsídios, o que tem prejudicado os consumidores em geral, dos quais os trabalhadores são a maioria.

Para o Governo e para a classe dominante, combater a inflação significa reprimir a subida dos preços através da recessão, que enfraquece o poder de barganha dos trabalhadores e das empresas que atuam nos setores concorrenciais da economia. Este tipo de combate à inflação tem que ser denunciado porque concentra a renda, prejudicando os trabalhadores assalariados e autônomos e os pequenos empresários e, além disso, não elimina a inflação, apenas a atenua temporariamente. Pelo que aconteceu no passado, é fácil prever que, quando o ritmo da inflação for considerado bastante baixo, a política econômica do governo permitirá que a economia volte a crescer e, mais cedo ou mais tarde, a inflação voltará a subir de novo. Para os trabalhadores, o que interessa é que sejam eliminadas as condições estruturais que tornam a inflação inevitável. Enquanto não houver condições para atingir este objetivo, é preciso que a classe operária lidere os setores explorados da sociedade — assalariados e autônomos, pequenos produtores — na resistência às políticas de "combate à inflação" que lhes são prejudiciais.

4.7. Políticas contra a Inflação

O que o Governo e a classe dominante entendem por política antiinflacionária é, essencialmente, conjuntos de medidas que visam forçar certos grupos sociais a adiar o reajustamento dos seus preços ou a "aceitar" reajustamento menores que a elevação de seus custos. Os trabalhadores, enquanto não se eliminam as condições estruturais que produzem inflação, favorecem políticas que aliviam pressões inflacionárias através de maior produção, sobretudo de produtos de primeira necessidade, e de menor dependência do exterior (vide capítulo 5). Estas políticas se justificam pelos seus efeitos gerais, mas têm também como resultado

amenizar o ritmo da inflação.

Para tanto, o Partido dos Trabalhadores se propõe a implementar as seguintes políticas econômicas:

1. orientação dos investimentos para setores prioritários tendo em vista o atendimento das necessidades básicas do povo: nutrição, saúde, habitação, vestuário, educação e transporte. A orientação dos investimentos deverá ser efetivada através do contingenciamento do crédito bancário e financeiro, destinando-se volume de crédito menor para atividades não prioritárias. O aumento resultante da oferta de alimentos, casas populares, ser-

viços de saúde e remédios, roupa etc. deverá fazer com que os preços destes produtos cresçam menos, reduzindo o ritmo geral da inflação;

2. o crédito para os setores prioritários deverá ser concedido a taxas de juros favorecidas, tanto menores quanto mais essencial for o produto. A atual política de juros elevados para todos os setores, exceto agricultura e exportação, deverá ser substituída por uma política mais flexível, visando atender às necessidades básicas da população. Para garantir sua efetiva aplicação, tornar-se-á necessário estatizar os bancos e instituições financeiras e colocá-los sob controle popular, pois do

contrário os bancos acabam cobrando "por fora" juros muito maiores, como já é habitual, frustrando os objetivos desta política;

3. o relacionamento da economia brasileira com as dos outros países deve-se subordinar à satisfação das necessidades básicas do povo e deve preservar a autonomia do Brasil na formulação de sua política econômica. Como se mostra adiante (Capítulo 5), esta autonomia está atualmente ameaçada pelo excessivo endividamento externo. As políticas propostas adiante, a este respeito, deverão evitar a ocorrência de crises cambiais, que tanto têm contribuído para agravar a inflação.

4.8. A Luta contra a Carestia

No Brasil, os trabalhadores têm tradicionalmente reagido à inflação através de "movimentos contra a carestia". Na década dos anos 70, surgiu o Movimento do Custo de Vida, em São Paulo, que em pouco tempo mobilizou amplas massas populares e se transformou num movimento nacional. Sua plataforma consiste basicamente na luta pelo congelamento dos preços dos gêneros de primeira necessidade, por aumentos salariais acima da elevação do custo de vida e por reforma agrária. Destes objetivos, o único que se relaciona diretamente à inflação é o congelamento de preços, bandeira que o movimento estudantil também tem agitado em relação às taxas escolares e aos preços cobrados em restaurantes universitários. As duas outras reivindicações têm a ver com a distribuição da renda e com a questão agrária respectivamente e se justificam independentemente da inflação.

O congelamento de certos preços — de alguns alimentos, do transporte urbano, dos alugueis — é uma reivindicação que surge espontaneamente, sempre que a inflação atinge de forma mais aguda o bolso dos trabalhadores. A experiência tem mostrado que sempre que alguns preços apenas são congelados ou tabelados em nível abaixo da inflação, as mercadorias em questão somem das prateleiras dos supermercados e vendas, para reaparecer no mercado negro, a preços muito maiores.

Como resultado, os consumidores, que deveriam ser beneficiados, acabam sendo prejudicados.

A única maneira do congelamento dar certo é o Governo se encarregar diretamente da venda no varejo dos produtos de preços congelados. Para que isso se dê, seria preciso que o Governo pagasse aos produtores preços "normais" inflacionários, entrando com recursos do orçamento público para cobrir a diferença. Ou então se encarregar diretamente da sua produção, também cobrindo com recursos públicos a diferença entre os custos inflacionados de produção e os preços congelados de venda ao público. Em ambas as alternativas, o que torna o congelamento dos preços viável é o **subsidiamento**. Portanto, a reivindicação do congelamento de preços, para se tornar viável, deve colocar claramente a necessidade do subsidiamento pelos cofres públicos de certos elementos essenciais à sobrevivência e ao bem-estar da grande massa de baixa renda.

Na verdade, justifica-se que certos bens e serviços considerados **essenciais** sejam gratuitos ou subsidiados. A diferença entre determinado produto ter seu preço congelado ou ser gratuito é apenas no grau em que ele é subsidiado. A justificativa é que uma grande parte da população mais pobre se compõe de pessoas que não são assalariadas e que, portanto, não são beneficiadas pelas conquistas do movi-

mento operário organizado. São os biscoiteiros, lavadeiras e faxineiras, vendedoras de rua e muitos outros tipos de trabalhadores, que constituem o grosso do "exército industrial de reserva" para o capital e cuja sobrevivência depende, em boa medida, de "transferências", ou seja, de formas de consumo subsidiadas. É claro que os assalariados de menores rendimentos — dado o nível insuficiente do atual salário-mínimo e salário família — também dependem das mesmas.

O Partido dos Trabalhadores propõe, como programa de curto prazo, destinado a defender a população trabalhadora dos piores efeitos da carestia:

1. expansão dos serviços gratuitos de saúde, de modo a atender a todas as necessidades da população. Por serviços de saúde se entende atendimento médico e dentário, em ambulatório e hospital (inclusive internação) e fornecimento de remédios, óculos, próteses, etc.;

2. ensino gratuito em todos os níveis e expansão da merenda escolar; fornecimento gratuito de alojamento e alimentação a estudantes sem meios;

3. congelamento dos preços de alimentos essenciais e fornecimento gratuito de leite a famílias com lactantes e crianças pequenas; fornecimento de refeições a preços subsidiados a todos os trabalhadores com salários inferiores a 3 salários mínimos;

4. construção maciça de habitações populares, de boa qualidade e providas dos serviços de saneamento, a serem vendidas às famílias de baixa renda a preços subsidiados;

5. abolição da cobrança das taxas de água e esgoto e outras que incidem sobre as moradias das famílias de baixa renda;

6. instituição dos passes-operários no transporte urbano em todo o país, garantindo 50% de desconto a todos os assalariados que ganham menos de 3 salários mínimos e a todos os desempregados;

7. fornecimento a preços subsidiados de material escolar e uniformes escolares a todos os alunos das escolas públicas de primeiro grau;

8. construção de colônias de férias em quantidade suficiente para que todos os trabalhadores possam utilizá-las, com suas famílias, a preços subsidiados.

Como princípio geral, os bens e serviços considerados essenciais devem ser gratuitos quando não houver perigo de desperdício, como é o caso de educação e saúde; quando a gratuidade pode induzir ao desperdício, o subsídio deve ser graduado de tal maneira que mesmo os mais pobres tenham acesso a eles na medida de suas necessidades. Os bens e serviços essenciais devem ser financiados mediante tributos diretos que incidam sobre as grandes fortunas e sobre o consumo supérfluo.

4.9. Como Eliminar a Inflação

Para eliminar a inflação é preciso eliminar a disputa pela renda nacional que caracteriza o capitalismo. Isso quer dizer que é preciso eliminar a divisão da sociedade em classes de interesses antagônicos, o que só se pode alcançar mediante a socialização dos meios de produção.

A essência do problema da inflação está na repartição da renda, a qual, no capitalismo atual, está no centro das lutas políticas. A renda nacional está sendo disputada não só por capitalistas e trabalhadores, mas por diferentes frações de capitalistas, e trabalhadores e trabalhadores, mas por diferentes frações de capitalistas, cada uma das quais quer apoderar-se de uma parcela maior do excedente, para poder acumular mais, aumentando sua riqueza e seu poder. O árbitro nesta disputa não é mais o mercado (que representaria as necessidades e preferências dos consumidores), mas o Estado. O Estado decide a disputa a cada momento, a favor dos grupos politicamente mais fortes, manipulando os preços, e, assim, alimentando a inflação. Se queremos que não haja inflação, é preciso pensar num sistema regulador da repartição da renda que não seja contraditório mas consensual, ou seja, em que cada membro da sociedade saiba que sua participação no produto social é **justa**, de acordo com os princípios de justiça distributiva aceitos pela maioria da sociedade.

Para chegar a este sistema, é preciso que as funções do lucro — que é a acumulação — e do salário — que é o consumo — deixem de ser antagônicas. Atualmente, a

burguesia (tanto empresarial quanto gerencial) utiliza o lucro para manter um padrão luxuoso de vida e, sobretudo, para expandir e aperfeiçoar a produção. O luxo e o desperdício da burguesia são justificados pela ideologia burguesa como incentivos necessários à acumulação. Ora, esta é uma função que cabe ao conjunto da sociedade. Aumentar e melhorar, a capacidade de produção da economia interessa a todos, sobretudo aos trabalhadores, desde que os resultados da produção acrescida no futuro sejam repartidos de forma justa entre os produtores. A acumulação requer o sacrifício do consumo imediato, pois significa utilizar uma parte do trabalho social não para produzir bens de consumo mas para conservar e ampliar a capacidade de produção futura. Esta contradição entre consumo e acumulação é real e inevitável. O que não é inevitável é dar a esta contradição a forma de uma contradição de classe, transformando sua resolução numa disputa entre a grande maioria, composta pelos produtores diretos, e a minoria composta pelos detentores dos meios de produção.

É preciso, portanto, colocar nas mãos dos trabalhadores o controle dos meios de produção e a decisão de como deverá ser repartido o produto nacional entre consumo imediato e acumulação. Esta decisão terá de ser coletiva e democrática. As várias alternativas deverão ser bem elaboradas, sob a forma de anteprojetos de planos pluriennais, e oferecidas ao debate público e à decisão por maioria. Da mesma forma, as regras de repartição dos

bens de consumo, que definem o padrão de vida de cada grupo de produtores — por empresa, ramo de atividade, região, etc. — deverão ser fixadas democraticamente. Não é necessário elaborar aqui em detalhe este sistema regulador da repartição. O que importa é que ele seja democrático, livre e igualitário. Portanto socialista.

Será extremamente difícil **eliminar** (e não apenas refrear) a inflação no capitalismo. Do ponto de vista da repartição da renda, o socialismo significa não só igualdade mas consenso democrático. A repartição através dos mecanismos de mercado já foi superada, sobrevivendo apenas na ficção. Ela já é política hoje em dia, e por isso ela se processa atrás da cortina de fu-

maça inflacionária. Trata-se agora de torná-la democrática, pois só assim sua irracionalidade, manifestada na corrida dos preços, pode ser superada.

Notas do Capítulo 4

(1) Estes dados são calculados a partir do "Índice 2" da **Conjuntura Econômica**, que constitui o índice oficial de preços no Brasil. De acordo com este índice, em 1973 a inflação ainda teria sido menor (de 15,1%) do que em 1972, mas sabe-se que naquele ano ela foi subestimada, o que causou grave prejuízo aos assalariados.



5. O Brasil na Economia Mundial



"Tendo por meta uma sociedade sem explorados e exploradores, através da socialização dos meios de produção, o Partido dos Trabalhadores coloca como seu objetivo maior não a transferência da propriedade dessas empresas (multinacionais) para cidadãos brasileiros, mas sobretudo o seu controle efetivo pelos trabalhadores." (Foto: Peter Overbeck)

5.1. O lugar do Brasil no mundo

Costuma-se agrupar os países em 3 "mundos": o 1.º mundo, composto pelos países capitalistas industrializados, da Europa Ocidental, América do Norte e Ásia (Japão); o 2.º mundo, composto por países da Europa Oriental, Ásia e América Latina (Cuba) cujas economias são centralmente planejadas; e o 3.º mundo, composto pelos países capitalistas não industrializados. Sem dúvida, o Brasil faz parte do 3.º mundo.

Dos 3 "mundos", o 1.º é o mais rico e homogêneo e o menor em população. Reúne (em 1980) apenas 15,4% da população mundial, mas tem dois terços da renda mundial. Naquele ano, a renda *per capita* mundial era de 2.458 dólares; a do 1.º mundo era mais de quatro vezes maior: 10.660 dólares.

O 2.º mundo é maior e muito mais heterogêneo. Reúne (em 1980) um terço da população mundial mas tem apenas 15,6% da renda mundial. Sua renda *per capita* é de 1.156 dólares. Fazem parte dele países industrializados, como a União Soviética e a Alemanha Oriental e países ainda pouco desenvolvidos como a China e o Vietnã.

Finalmente, o 3.º mundo é o maior de todos. Reúne 51,5% da população mundial e tem apenas 17,8% da renda mundial. Em 1980, a renda *per capita* no 3.º mundo era de 850 dólares (1).

Estes poucos dados já mostram como a renda mundial é repartida desigualmente. Cerca de metade da população mundial está nos países do 3.º mundo e um quarto se encontra nos países não desenvolvidos do 2.º mundo. Em conjunto, estes três quartos mais pobres da população mundial têm apenas 21,2% da renda mundial. Os 78,8% restantes da renda mundial são dos países industrializados dos 1.º e 2.º mundos e que têm apenas um quarto da população mundial (2).

Dentro do 3.º mundo, o Brasil está entre os países que já têm algum desenvolvimento, sendo por isso chamados de "semi-industrializados". Nossa renda *per capita*, em 1980, era de aproximadamente 2.000 dólares, ou seja, mais do dobro da média do 3.º mundo. Sobretudo, em termos industriais, a importância do Brasil no cenário mundial já não é insignificante. O nosso produto industrial (medido em valor adicionado) em 1978 era o 7.º do mundo capitalista (depois dos Estados Unidos, Japão, Alemanha Ocidental, França, Itália e Grã-Bretanha) e de longe o maior do 3.º mundo. Comparando nosso produto industrial com o de países de maior tamanho populacional, como a China e a Índia, verifica-se que ele era mais de duas vezes maior que o destes países.

Apesar deste avanço relativo, o Brasil continua dependente do 1.º mundo, do

qual recebemos o modelo do que produzir, a tecnologia de como produzir e, muitas vezes, o financiamento para construir grandes unidades de produção. O "progresso" industrial brasileiro tem-se pautado pelos novos produtos, lançados no 1.º mundo, que imediatamente passamos a importar para o consumo de nossas elites. Esta é a verdadeira mola do progresso, num país capitalista atrasado e dependente como o Brasil. Em vez de dar prioridade ao atendimento das necessidades básicas da maioria da população, o desenvolvimento se orienta para produtos que são mais demandados no mercado. Nesta demanda predominam os 10% de renda mais elevada da população, que concentram em suas mãos mais da metade da renda pessoal total. As camadas ricas anseiam por novidades, por produtos cuja aparência, marca ou "assinatura" conferem ao usuário a distinção de estar atualizado, na moda e de possuir sofisticação e bom gosto. Acontece que estes produtos procedem invariavelmente dos países do 1.º mundo, cujo estilo de vida nossa elite procura imitar. Como resultado, a economia brasileira tende a expandir suas importações além da sua real capacidade de pagar.

Devido às limitações de nossa balança comercial, dadas pelo valor de nossas exportações, isto é, do que os outros países estão dispostos a comprar do Brasil, a indústria rapidamente substitui as importações de bens de consumo por produção nacional. Isto significa que a industrialização brasileira se orienta basicamente pelas inovações tecnológicas introduzidas no 1.º mundo e que atendem à "competição no consumo" da burguesia. O que mais se tem expandido no Brasil é a produção de automóveis, televisores coloridos, gravadores de som, máquinas fotográficas, lavadoras de roupa, de pratos, barcos de recreio, calças "jeans" e mil outras bugigangas — sempre em modelos novos, ostentando marcas internacionalmente famosas, que acarretam a importação de equipamentos, modelos, assistência técnica, matérias-primas e componentes. Nisto consiste a razão essencial de por que, apesar de toda substituição de importações, a balança comercial tende a se desequilibrar, com o valor das importações crescendo mais do que o das exportações.

As empresas multinacionais dos países do 1.º mundo têm participado na industrialização brasileira, atraídas por subsídios governamentais e por um mercado que favorece seus produtos. É fato notório que os ramos mais dinâmicos de nossa indústria — e ultimamente também dos serviços — são dominados por capitais estrangeiros. Em 1972, das 300 maiores empresas em cada ramo, eram de pro-

priedade multinacional: 100% das indústrias de produtos farmacêuticos e de produtos de borracha (e provavelmente também da de fumo); 84% da indústria de material de transporte; 78% da indústria de material elétrico; 74% da indústria mecânica; 65% da indústria química; 44% da indústria têxtil; 32% da indústria de alimentos e bebidas (Peter Evans — *Dependent development*. Princeton, Princeton University Press, 1979, Tabela 3.2).

A forte penetração das multinacionais não foi resistida pela burguesia brasileira, a qual tem preferido se associar a elas diretamente ou ganhar dinheiro fornecendo-lhes componentes e distribuindo-lhes os produtos. Somente a pequena burguesia tem-se mobilizado, em certos setores, para barrar a entrada das multinacionais. Foi o que ocorreu no transporte rodoviário, no qual os pequenos operadores de caminhões conseguiram

bloquear a internacionalização do setor. A grande burguesia, com raras exceções, vê na associação ao grande capital proveniente do 1.º mundo o único meio de se firmar no mercado interno e no mercado mundial, pois sua estratégia se volta inteiramente para a busca no exterior dos novos modelos de produtos, do equipamento e dos componentes cuja produção requer tecnologia mais sofisticada. Resulta daí o permanente subdesenvolvimento de nossa indústria de bens de produção, na qual predomina, como vimos acima, o capital multinacional. O que se produz no país são, em geral, equipamentos mais simples e que são tecnologicamente obsoletos, ou seja, não incorporam os avanços mais recentes da tecnologia. Como resultado, a indústria brasileira, inclusive as subsidiárias das multinacionais, tende a apresentar produtividade mais baixa do que a dos países do 1.º mundo. É o que mostram os dados da Tabela 1.

Tabela 1 - Indústria de Transformação: valor (em dólares) por pessoa ocupada, em 1970.

País	Toda indústria	Empresas Multinacionais
Estados Unidos	44 764	49 768
Canadá	37 593	55 107
Grã-Bretanha	14 945	28 128
Bélgica - Luxem.	18 523	34 423
França	20 567	37 165
Alemanha Ocid.	21 951	32 737
Brasil	11 148	20 185
México	12 932	30 222

Fonte: Comitê de Finanças do Senado dos E.U.A., *Multinational Corporations, A Compendium of Papers*, Washington, 1973 (citado em SCHOELLER, W. — *Weltmarkt und Reproduktion des Kapitals*, Frankfurt, EVA, 1976, Tabela 10).

Como se vê, a produtividade do trabalho na indústria brasileira é apenas um quarto da americana e pouco mais da metade da dos países europeus mais adiantados. A produtividade do trabalho nas multinacionais que operam em nossa indústria é quase o dobro da média de toda indústria nacional, mas mesmo assim é bem menor do que a das multina-

cionais estabelecidas na América do Norte, na Europa e mesmo no México.

Apesar disso, o Brasil tem conseguido, nos últimos anos, aumentar enormemente as exportações de produtos manufaturados, cuja receita cresceu de 1.140 milhões de dólares em 1972 para 11.384 milhões em 1980. Desde 1978, os produtos industrializados proporcionam mais

da metade da receita de exportações do Brasil. Assim, mesmo sendo menos produtiva, a indústria brasileira conseguiu competir com êxito no mercado mundial, fato que se explica pelos grandes subsídios dados pelo Governo às firmas que exportam produtos manufaturados e pelo baixo nível salarial que prevalece no Brasil. Em outras palavras: por ser depen-

dente, a indústria brasileira se mantém atrasada em relação aos países mais adiantados, mas consegue vender no mercado mundial seus produtos mais barato porque: 1º o Governo lhe cobre parte dos custos e 2º os salários que paga são muito mais baixos do que nos países concorrentes. Este último aspecto pode ser apreciado pelos dados da Tabela 2.

Tabela 2 - Estimativa do salário por hora na Indústria de Transformação (em dólares) em 1970.

País	Salário
Estados Unidos	3,84
Alemanha Ocid.	2,50
França	1,81
Grã-Bretanha	1,54
México	0,47
Brasil	0,54

Fonte: A mesma da Tabela 1 (SCHOELLER, Tab. 26)

É interessante notar que o desnível de salário entre o Brasil e o México, de um lado, e os países do 1º mundo do outro, é muito maior do que o desnível de produtividade. Em relação aos Estados Unidos, por exemplo, o salário pago no Brasil é apenas um sétimo, ao passo que a produtividade brasileira é um quarto da americana. Isto significa que o grau de exploração do trabalho na indústria do 3º mundo é bem maior que na do 1º. Nos países capitalistas industrializados, os trabalhadores conseguiram construir partidos políticos e sindicatos mediante os

quais puderam colocar certos limites à exploração. Em países como o Brasil, as tentativas dos trabalhadores de se organizar política e sindicalmente têm sido quase sempre reprimidas, sob a alegação de que põem em risco a segurança nacional. Não surpreende pois que os produtos industriais brasileiros possam ser vendidos nos Estados Unidos e na Europa por preços menores do que os da indústria local, apesar de incorporarem maior soma de trabalho social.

O maior grau de exploração é sabidamente um dos principais fatores que

5.2. A luta contra o imperialismo

ela primeira vez nos últimos 5 séculos, no mundo quase não há colônias. Até a 2ª Guerra Mundial, praticamente toda a África e grande parte da Ásia estavam repartidas entre as grandes potências coloniais. Desde então, quase todos estes países adquiriram sua independência política. Mas isso não impede que os países do 3º mundo — quase todos ex-colônias — continuem economicamente dependentes das grandes potências imperialistas. Consequentemente, o 3º mundo permanece sujeito à exploração imperialista, seja sob a forma de extração de mais-valia pelos capitais multinacionais, seja sob a forma da "troca desigual", ou seja, mediante a desvalorização dos seus produtos de exportação e a supervalorização dos produtos que importa.

A "troca desigual" começou a ser enfrentada com êxito pelos países exportadores de petróleo, que conseguiram organizar um cartel — a Opep — e, depois de nacionalizar as empresas que exploravam seu petróleo, puderam elevar amplamente o preço deste produto. Com isso inauguraram, em fins de 1973, a "crise do petróleo", que se caracteriza pela incapacidade dos países importadores de petróleo de pagarem, com suas próprias exportações, o valor de suas compras dos países da Opep. Para que o comércio internacional pudesse prosseguir e sobretudo para que a economia dos países importadores de petróleo não sofresse grave crise, foi preciso que os países da Opep lhes concedessem grandes créditos.

Na verdade, alguns países do 1º mundo conseguiram mais ou menos rapidamente expandir suas exportações e assim escapar das consequências da "crise do petróleo". Foi o que ocorreu sobretudo com o Japão e a Alemanha Ocidental. Mas outros do 1º mundo e quase todos os países importadores de petróleo do 3º mundo só puderam manter suas economias funcionando, através de enorme aumento de seu endividamento externo, sobretudo junto aos banqueiros internacionais, que recebem em depósito os excedentes financeiros dos países árabes e os reemprestam. Assim, a dívida externa

dos países latino-americanos não exportadores de petróleo subiu de 51,7 bilhões em 1974 para 139,1 bilhões em 1979. No mesmo período, a dívida externa do Brasil subiu de 18,6 para 49,4 bilhões de dólares (Cepal, *Las Relaciones Económicas Externas de América Latina en los Años Ochenta*, Santiago de Chile, 1981 Quadro 26).

É importante compreender que este brutal endividamento externo do Brasil assim como de muitos outros países do 3º mundo (além de vários do 2º mundo, como a Polônia e a Romênia) decorreu não apenas da elevação do preço do petróleo mas também de sua incapacidade de seguir o exemplo da Opep e aumentar, por sua vez, os preços de suas exportações. Houve naturalmente tentativas de formar outros cartéis de países exportadores de produtos primários, mas a maior parte deles fracassou, principalmente porque não se conseguiu unificar as políticas daqueles países. Como as economias dos países do 1º mundo entraram em recessão, a partir de 1974, a demanda no mercado mundial por produtos primários diminuiu, o que forçou a baixa dos seus preços, agravando a situação dos países do 3º mundo. O Brasil, como possuidor da maior economia do 3º mundo, poderia assumir uma posição de liderança do movimento de unificação de posições dos países não desenvolvidos, mas a política de nosso governo está longe deste objetivo. Como a maioria dos governos dos outros países que se encontram nesta situação, o governo brasileiro procura ganhar favores dos banqueiros internacionais e atrair ao país maior volume de investimentos e empréstimos do exterior.

O Partido dos Trabalhadores está convencido de que esta política só serve para aprofundar a dependência do Brasil em relação aos países capitalistas industrializados, aos capitais multinacionais e à banca internacional. É preciso substituir a atual política, que intensifica a exploração imperialista de nossa economia, por outra visando integrar o Brasil com os países do 3º mundo cujos governos tenham o propósito de também reduzir a sua dependência e pôr um ponto final à

atraem as multinacionais a países como o Brasil. Não há dúvida de que, na estratégia do grande capital internacional, o Brasil representa não só um mercado nacional a dominar mas também base de exportação para abastecer os mercados do 1º mundo. Nos últimos anos, sobretudo, crescem as inversões estrangeiras com o propósito explícito, muitas vezes amarrado em contratos com o Governo brasileiro, de exportar toda ou grande parte da produção. Na América do Norte e na Europa, estas inversões estão sendo denunciadas pelo movimento operário como verdadeira "exportação de empregos" que agrava o desemprego lá e consequentemente enfraquece o seu poder de barganha.

A exploração imperialista do Brasil toma atualmente duas formas principais: a) a crescente remessa de rendimentos do

capital estrangeiro, sob a forma de lucros, juros, "royalties" (aluguel de patentes e marcas) e pagamento por assistência; b) a venda por preços subsidiados de produtos industrializados em troca da importação de bens cujos preços são fixados em condições monopolísticas, contendo portanto grande margem de superlucro. Há indicações de que as subsidiárias das multinacionais muitas vezes importam de suas matrizes ou companhias-irmãs produtos por preços muito maiores do que os vigentes no mercado mundial. Remetem assim clandestinamente lucros que de outra maneira teriam de ser declarados e tributados.

Não há dados que permitam analisar esta última forma de exploração. Quanto à primeira, a Tabela 3 mostra sua evolução na última década:

Tabela 3 - Remessas ao exterior de Renda de Capitais (em milhões de dólares)

Ano	Juros	Lucros e Dividendos
1969	204	81
1974	1.370	250
1979	6.722	1.461

Fontes: IBGE, *Séries Estatísticas Retrospectivas 1977*.

IBGE, *Anuário Estatístico do Brasil, 1980*.

Como se vê, aumentaram imensamente as remessas de rendimentos do capital estrangeiro, sobretudo as de juros, cujo valor nominal cresceu 33 vezes nestes 10 anos. A moeda americana se desvalorizou em média 6,6% ao ano entre 1969 e 1979 (Conjuntura Econômica, Agosto 1981, pág. 84), de modo que o valor das

remessas mesmo em termos reais aumentou fortemente: 17,3 vezes o dos juros e 9,5 vezes o dos lucros e dividendos. É claro que este aumento se deve ao crescente endividamento externo do país e à grande expansão do volume de investimentos e reinvestimentos de capital estrangeiro.

exploração que sofrem. Estes objetivos dificilmente podem ser atingidos por qualquer nação isoladamente, porque nenhuma economia nacional é — nem pode ser — auto-suficiente. A economia brasileira não pode prescindir da importação de numerosos produtos, notadamente petróleo, trigo, equipamentos, produtos químicos, metais não-ferrosos e carvão. Mas é perfeitamente possível estreitar laços de intercâmbio comercial e financeiro com países do 3º mundo e também do 2º mundo, de modo a diminuir a atual dependência em relação aos do 1º, particularmente aos Estados Unidos.

Além disso, é preciso reorientar nosso processo de industrialização de modo a dar toda prioridade à satisfação das necessidades básicas de nossa população. Isto significa estimular o crescimento da produção de alimentos, roupas, material de construção de casas populares, material de transporte coletivo, remédios essenciais, etc. e coibir a expansão das indústrias produtoras de bens de luxo. Uma mudança desta natureza da política industrial implica numa revisão completa da situação das subsidiárias das multinacionais em nosso país.

É preciso acabar com o atrelamento da economia brasileira a companhias industriais e financeiras possuídas e controladas por cidadãos de outros países. Isto requer, em primeiro lugar, a passagem do controle de todas as subsidiárias de multinacionais aos brasileiros. Tendo por meta uma sociedade sem explorados e exploradores, através da socialização dos meios de produção, o Partido dos Trabalhadores coloca como seu objetivo maior não a transferência da propriedade destas empresas para cidadãos brasileiros mas sobretudo o seu controle efetivo pelos trabalhadores. A mera passagem da propriedade de empresas estrangeiras para membros da burguesia brasileira, como há pouco se fez com a famosa Companhia do Jari, em nada altera a situação, tanto para os que trabalham nestas empresas como para o povo como um todo.

Desatrelar a economia brasileira dos centros industriais e financeiros mun-

diais para que ela atenda prioritariamente às necessidades dos trabalhadores pressupõe que a formulação das principais políticas econômicas saia de processos democráticos de decisão, com ampla participação popular. Inevitavelmente, as multinacionais opor-se-ão a este processo, pois ele tende a negar a sua razão de ser no país, qual seja a de servir de correia de transmissão entre as mudanças nas formas de consumo do 1º mundo e o estilo de vida das camadas ricas no Brasil. Desta oposição entre as necessidades da maioria do povo e os propósitos do capital internacional resultarão as bases de um novo relacionamento entre um poder estatal a serviço dos trabalhadores e as multinacionais. As que se envolverem politicamente contra a luta de libertação dos trabalhadores, como muitas o fizeram no passado, serão expropriadas. As que se dispuserem a colaborar com um processo de desenvolvimento socialista — e esta hipótese não pode ser descartada de antemão — terão sua presença no país reformulada em função das prioridades daquele processo.

Seria um erro supor que os trabalhadores, constituídos em força hegemônica da nação, nada teriam a ganhar em se relacionar com as potências que até o momento praticamente monopolizam a criação de nova tecnologia. Para que possa superar o atraso econômico, é indispensável que o Brasil socialista do futuro tenha acesso à tecnologia mais avançada. Este acesso terá que ser negociado com quem a possui, como hoje já o fazem todos os países, inclusive os que romperam com o imperialismo e expropriaram as firmas estrangeiras. O Partido dos Trabalhadores encara com toda a seriedade esta eventualidade, advertindo os capitais multinacionais que aqui se encontram que seu destino dependerá das atitudes que assumirem face às lutas dos trabalhadores. Se estas atitudes forem as de um inimigo, como quase sempre foram no passado, os trabalhadores se verão na contingência de expulsá-los do país, vindo a negociar com outros, que atualmente não estão implantados no Brasil.

5.3. O Brasil na crise do mundo capitalista

O mundo capitalista entrou numa fase de crescimento econômico lento, frequentemente interrompido por recessões, desde 1974. O início desta fase coincide com a irrupção da "crise do petróleo", a qual, no entanto, funcionou mais como detonador da crise econômica do que como sua causa. As causas fundamentais deste declínio econômico das principais economias capitalistas devem ser procuradas na intensificação da luta de classes em seu seio, que acarretou queda da taxa média de lucro e aceleração da inflação, além das dificuldades oriundas da desorganização do sistema internacional de pagamentos, a partir do agravamento da "crise do dólar" e o abandono de sua convertibilidade pelo Governo americano, em 1971. Em suma: a crise decorre da necessidade dos governos dos países do 1.º mundo de restabelecer a lucratividade dos capitais à custa dos trabalhadores, o que procuram fazer mediante forte expansão do desemprego; e da incapacidade destes governos de coordenarem suas políticas econômicas no plano mundial.

A crise econômica resultou também da reação do 1.º mundo à "crise do petróleo", que consiste na redução do consumo de derivados do petróleo (o que se torna mais fácil quando a economia não cresce) e no esforço de aumentar as exportações, sobretudo aos países da Opep. Como estes últimos são todos economias não industrializadas, dependentes do 1.º mundo, nada mais natural de que usassem grande parte de suas receitas de "petrodólares" para fazer importações dos países capitalistas industrializados, parte dos quais puderam assim equilibrar seus Balanços de Pagamentos. Desta maneira, o peso da "crise do petróleo" recaiu quase inteiramente sobre os países importadores de petróleo do 2.º e 3.º mundo. O Brasil está precisamente neste caso. Não podendo, apesar do crescimento de suas exportações de bens industriais, equilibrar suas contas externas, o Brasil passou, a partir de 1974, a tomar empréstimos em valor cada vez maior dos banqueiros internacionais, cujos fundos provêm, em grande parte, dos excedentes de "petrodólares", dos países da Opep.

Embora a elevação do preço do petróleo tenha sido isoladamente a principal causa deste endividamento externo do país, é preciso não esquecer que outros fatores também contribuíram para tanto. Um deles é o ambicioso programa de inversões do Governo — como o Programa Nuclear e o Projeto Carajás —, e que são em grande parte financiadas com recursos externos. Outro é o montante de juros que o Brasil tem que desembolsar, o qual cresce não só com o volume da dívida mas também com as taxas de juros no mercado financeiro internacional. De 1978 em diante estas taxas têm aumentado fortemente, presas como estão às taxas de juros vigentes nos Estados Unidos. Entre junho de 1979 e dezembro de 1980, a taxa de juros preferencial nos EE.UU. aumentou de 11,5% para 21,5%; no mesmo período, a taxa de juros no mercado de eurodólares (no qual o Brasil toma a maior parte de seus empréstimos) subiu de 10,9% para 18,1% (3). Convém notar que acima, destas últimas taxas o Brasil tem de pagar um acréscimo ("spread"), destinado a cobrir riscos por já estarmos muito endividados, além de comissões bancárias.

Além de pagar juros cada vez mais altos (vide tabela 3 acima), o Brasil tem de resgatar os empréstimos que vencem e como não possui recursos (dólares) é obrigado a solicitar novos empréstimos. Nos últimos 7 anos estamos realizando o "serviço da dívida", isto é, pagando juros e amortizações, mediante novas dívidas. Conseqüentemente, verifica-se uma incapacidade crescente das exportações fornecerem recursos para cumprir os

compromissos da dívida externa e a perda de parcelas cada vez maiores do Produto Interno Bruto por conta dos juros da mesma: estas parcelas passaram de 0,6% em 1974 para 2% em 1979 e para 3,6% em 1981 (Bacen e F.G.V.).

Uma outra forma de analisar a crise das contas externas do país é considerar o peso cada vez maior dos compromissos decorrentes da dívida externa sobre nossa disponibilidade de recursos cambiais (dólares). É o que mostra a Tabela 4.

Tabela 4 - Indicadores da Dívida Externa

ANOS	Juros líquidos como % das exportações	Serviços da dívida como % do déficit em conta corrente.
1974	8,2	29
1975	17,3	41
1976	17,9	53
1977	17,4	76
1978	21,3	63
1979	27,5	62
1980	31,3	66
1981	37,0	89

FONTES: Bacen e F.G.V.

A tabela mostra que da receita das exportações os juros absorviam 8,2% em 1974, mas que esta porcentagem dobra no ano seguinte e os últimos 5 anos voltou a dobrar. Estamos gastando mais de um terço do que ganhamos vendendo nossos produtos a outros países apenas para pagar os juros da dívida externa. Além disso, o nosso déficit em conta corrente (diferença a mais do que pagamos em relação ao que recebemos do exterior) decorre atualmente quase só do serviço da dívida. Em 1974, este déficit era causado apenas em 29% por aquele serviço, sendo o resto resultado do fato de comprarmos mais bens e serviços do que vendemos ao resto do mundo. Em 1981, a parte do déficit causada pelo serviço da dívida chegava a 89%.

Tudo isso significa algo muito grave: a dinâmica atual da dívida externa brasileira está centrada em si mesma, ou seja, mesmo que nossas compras de bens e serviços no exterior não ultrapassem o valor de nossas vendas, a dívida continuaria a crescer. É claro que, nestas condições, a política do Governo de incentivar a qualquer custo — o que significa altíssimos custos para o povo — as exportações e comprimir as importações não pode resolver o problema. Cálculos feitos a partir de hipóteses "otimistas" — saldos positivos na balança comercial (exportações menos importações) e taxas de juros inferiores a 15% — concluem que dificilmente o Brasil chegará a 1985 com uma dívida externa menor do que 100 bilhões de dólares (ela deve estar atualmente por volta de 80 bilhões).

Para piorar, os países do 1.º mundo (com exceção do Japão) estão desde 1980 em recessão, fazendo cair suas importações, o que dificulta a expansão de nossas vendas para eles. Deste jeito, o Brasil só poder manter sua balança comercial com saldo positivo se não aumentar suas importações, o que requer que também entremos em recessão. E foi o que aconteceu, a partir de 1981. Naquele ano a produção industrial no Brasil decresceu fortemente e o desemprego se multiplicou, agravando a situação econômica dos trabalhadores. Segundo o Governo, tudo isso se fez necessário para fechar a balança comercial com superávit e desta maneira evitar que a dívida externa tivesse que se expandir em ritmo ainda maior. Pode-se concluir daí que, enquanto o endividamento externo do país continuar neste nível, nossa economia não poderá voltar a crescer, a não ser que os países do 1.º mundo saiam da recessão, o que não é de se esperar para breve. Em outras palavras, a dívida externa excessiva constitui um elo que amarra o Brasil aos países do 1.º mundo, sujeitando-nos a seguir a política econômica dos governos daqueles países. Hoje, se Reagan fracassa em reestimar a economia americana e se Helmut Schmidt

mantém a Alemanha Ocidental com sua economia estagnada, o Governo brasileiro se vê na contingência de adotar políticas que também paralísam a nossa economia.

Como vimos acima, a diminuição da dependência econômica do país exige mudanças profundas, inclusive e sobretudo a retomada do controle de setores-chaves da indústria, hoje em mãos de multinacionais. Mas, é preciso, além desse objetivo de longo prazo, formular políticas que permitam ao país sair, em curto prazo, do impasse da dependência financeira, em que o agigantamento da dívida externa nos colocou. Neste sentido, discute-se, como solução radical do problema, o cancelamento unilateral da dívida externa. Esta proposta desconhece o fato de que a dívida externa não é do país como um todo, nem do Governo (embora este tenha avalizado parte da dívida), mas de inúmeras empresas privadas, muitas das quais são subsidiárias das multinacionais, outras são empresas de economia mista, outras são de cidadãos brasileiros. Os bancos brasileiros (estatais e particulares) tomaram este dinheiro emprestado de banqueiros estrangeiros e o repassaram a estas firmas, que usaram o dinheiro para constituir seus capitais. Não tem sentido sobrecarregar estas firmas de pagar o que devem aos bancos nacionais para que estes deixem de pagar os bancos dos outros países. É algo que nem as firmas nem os bancos brasileiros estão pedindo.

O que as firmas e os bancos ganhariam com o cancelamento unilateral da dívida não vale, para eles, o preço que teriam de pagar: interrupção do relacionamento econômico e financeiro com os demais países e provável sequestro dos bens de brasileiros no exterior. O cancelamento da dívida só teria sentido numa situação em que esta ruptura, por motivos políticos, fosse inevitável. É possível que tal situação venha a ser criada, mas não é intenção do PT provocá-la, deliberadamente. Por outro lado, o Partido dos Trabalhadores não recuará um milímetro na luta em defesa dos interesses dos trabalhadores sob a ameaça de que tal ruptura possa ser imposta ao país pelo capital internacional. Em suma, o PT não deseja esta ruptura nem a encara como inevitável, ou seja, como única saída para a questão da dívida externa, mas tampouco abrirá mão de seus objetivos essenciais para evitá-la.

Quando os meios de produção forem socializados, os trabalhadores assumirão o ativo e o passivo das firmas, ou seja, o seu patrimônio e as suas dívidas, inclusive com os bancos que lhes repassaram fundos levantados no exterior. Caberá aos trabalhadores, nesta ocasião, decidir o que fazer com estas dívidas.

O Partido dos Trabalhadores coloca a

socialização dos meios de produção como seu objetivo máximo, mas reconhece que ele só poderá ser alcançado a longo prazo. A questão da dívida externa, no entanto, é urgente. O Partido dos Trabalhadores se posiciona perante estas questões no curto prazo, ou seja, oferece sua solução para ela nos quadros do atual sistema, em que as firmas devedoras permanecem propriedade dos capitalistas. Nestas condições, o cancelamento unilateral não cabe.

O que cabe sim é uma renegociação global da dívida tendo como objetivo pôr um fim no processo de endividamento crescente que cerceia a soberania do país e impede a retomada do seu desenvolvimento. Esta renegociação tem como finalidade, do lado brasileiro, acertar prazos de amortização e taxas de juros que sejam compatíveis com o crescimento de nossa economia e satisfação das necessidades básicas de nosso povo. A dívida, que é preciso dirimir, é se esta renegociação também interessa aos nossos credores, pois uma negociação só é possível se os vários participantes têm razões para se engajar nela.

Aos credores o que interessa não é o pagamento da dívida externa, mas a manutenção do seu serviço, isto é, o pagamento dos juros e das amortizações. O serviço da dívida pode ser mantido de duas maneiras: a) reduzindo-se o consumo interno, para que aumente o excedente exportável e diminuam as importações; b) aumentando-se a produção mais do que o consumo, tendo o mesmo efeito, desde que boa parte do aumento da produção seja de bens exportáveis ou que substituam produtos importados.

Em fins de 1980, os banqueiros impuseram ao Governo brasileiro a primeira alternativa, com conseqüências trágicas para nosso povo. Acontece que o pequeno saldo positivo na balança comercial, obtido em 1981, não impediu que a dívida externa continuasse a aumentar e exigiu uma forte diminuição do consumo e da produção total do país. Foi um custo imenso para um resultado pífio. Está claro que o que interessa ao povo é a segunda alternativa. Mas, para que se assegure a retomada do desenvolvimento sem agravar a situação de nossas contas externas, é preciso mudar completamente a política econômica atual. É preciso definir claramente prioridades, concentrando recursos nos setores que atendem às necessidades básicas do povo e nos setores que produzem para a exportação ou substituem importações. Como os recursos internos de que o país dispõe não são infinitos e os externos são, exatamente pelo endividamento excessivo, uma política econômica como essa só será realista se o desperdício e o consumo supérfluo forem severamente coibidos. Isto significa que a importação de produtos de luxo ou que tenham similares produzidos no país será impedida; que não haverá créditos para a construção de moradias suntuosas, aeroportos internacionais, rodovias turísticas, balneários e hotéis de luxo, edifícios governamentais imponentes, etc.; que as remessas encobertas de lucros serão coibidas e as abertas reduzidas ao mínimo, encorajando-se o seu reinvestimento nos setores prioritários; que a produção e o uso de automóveis de passageiros serão substituídos no menor prazo, por transporte coletivo, com a correspondente economia de combustível, matérias-primas importadas e espaço urbano. Para garantir que as importações não ultrapassem a disponibilidade de recursos cambiais, estes serão contingenciados, reservando-se a maior parte deles para as compras dos setores prioritários. Se houver sobras de divisas, estas serão leiloadas entre os importadores de produtos para os setores não-prioritários.

Um programa desta natureza é viável e pode, em princípio, ser aceito pelos credores externos do Brasil, mas isso não os

levará a fazer as concessões, no que se refere a prazos mais longos e juros mais baixos, que a solução do estrangulamento requer. Para conquistar estas concessões será necessário levar a renegociação para o plano político, ou seja, em vez de discutir com os intermediários financeiros é preciso chamar à mesa de negociação os governos que têm superávits em seus balanços de pagamentos. Isto será mais fácil se o Brasil encabeçar um conjunto de países que se encontram na mesma situação, ou seja, estrangulados pelo endividamento externo. Como foi visto antes, o número de países, sobretudo do 3º mundo mas também do 2º (Polônia, Romênia, Hungria entre outros),

que precisam desta renegociação é muito grande. Muitos deles são economicamente débeis ou têm governos que não querem (ou não ousam) dar este passo. Mas, se um país do tamanho do Brasil, que possui o maior parque industrial e uma das maiores dívidas externas do 3º mundo, tiver um Governo com respaldo popular e comprometido com uma política econômica de desenvolvimento independente, é certo que diversos outros se unirão a ele na mudança de um sistema financeiro internacional que se tornou asfixiante para a maior parte do mundo.

Este é o significado maior da renegociação proposta pelo PT. Não se trata de chantagear os banqueiros internacionais

mas de afastá-los da posição estratégica que atualmente ocupam, colocando a questão do financiamento das dívidas externas sob a responsabilidade explícita dos governos dos países do 1º mundo, do 2º mundo e do 3º mundo, inclusive dos que compõem a Opep. Uma aliança firme de países devedores não pode deixar de evocar uma resposta dos países credores. Se esta proposta, no entanto, for negativa, então será destes últimos países a responsabilidade por uma ruptura tornada inevitável. O Partido dos Trabalhadores considera a renegociação da dívida externa desejável e viável mas não desconsidera a hipótese de um cancelamento coletivo e seletivo de dívidas

externas por parte de um conjunto de países devedores em relação àqueles que se recusam a qualquer concessão.

Notas do Capítulo 5

(1) Dados do Banco Mundial, *Relatório do Desenvolvimento Mundial de 1981*.

(2) A renda per capita dos países industrializados do 1º e 2º mundo, em 1980, era cerca de 12 vezes maior que a renda per capita dos países não-desenvolvidos do 2º e 3º mundo.

(3) CEPAL, *Las Relaciones Económicas Externas de América Latina en los Anos Ochoenta*, Santiago de Chile, 1981, Quadro 19



“O Partido dos Trabalhadores propõe que, como primeiro passo, seja imediatamente restabelecido o direito dos Legislativos, que representam diretamente a população, de determinar em última instância a composição do gasto público.” (Foto: Jorge Pereira Rosa).

6.1. O Público e o Privado

Atualmente o Setor Público da economia é constituído pelas atividades a cargo do Estado, tudo o mais formando o Setor Privado, considerado área privilegiada de atuação do capital particular. A fronteira entre o público e o privado é determinada em função das preferências e possibilidades do capital particular. O que não é lucrativo ou implica em riscos demasiados é deixado ao poder público. Todas as demais atividades, com resultados “mercantilizáveis”, são reclamadas pelo capital privado como campo para sua acumulação. Resulta daí que atividades essenciais à vida e ao desenvolvimento dos indivíduos, como educação e saúde, são exploradas com fins de lucros, sendo realizadas apenas supletivamente pelo Estado. O ensino e a assistência à saúde de melhor qualidade são vendidos por altos preços às camadas economicamente privilegiadas, enquanto o resto do povo — a grande maioria — tem de se contentar com serviços precários e sobretudo insuficientes, face às necessidades, prestados pelos governos federais, estaduais e municipais, além da previdência social. Quando excepcionalmente, o serviço público é de alta qualidade — como no caso do ensino superior — o acesso a ele acaba monopolizado pelos que têm recursos para disputar com vantagens os exames vestibulares.

O Partido dos Trabalhadores propõe que a fronteira entre o público e o privado se trace por outros critérios: devem ser de responsabilidade do poder público todas as atividades que são essenciais ao bem-estar da coletividade e de seus membros e que, se forem “mercantilizadas”, põem em risco a vida ou a integridade física ou espiritual dos que formam as parcelas desprivilegiadas da população. Isso significa que, pela sua natureza, os serviços de saúde preventivos e curativos, assim como o ensino básico pré-escolar, de 1º, 2º e 3º graus, devem estar no Setor Público, de modo que disponham destes serviços **todas** as famílias brasileiras, de **forma gratuita** e em **quantidade adequada** às suas necessidades.

O mesmo cabe em relação aos serviços públicos urbanos. No caso do transporte, o Estado vem fazendo investimentos particulares, enquanto o transporte público de massas nem de longe atende às necessidades do povo trabalhador. O Partido dos Trabalhadores entende que o transporte coletivo deve ser de responsabilidade integral do poder público e que deve ter clara prioridade face ao transporte individual. O ônibus, o trem e o metrô devem receber recursos suficientes para atender ao conjunto da população de cada cidade, com conforto e tarifas baratas. No que se refere ao abastecimento de águas e esgotos, a tendência tem sido sua privatização sob a forma de companhias do Estado, que se financiam com recursos tomados a juros, o que as força a cobrar tarifas elevadas, impossibilitando o acesso a estes serviços por parte da população mais pobre. O Partido dos Trabalhadores considera água e esgotos serviços essenciais, que devem ser produzidos a “fundo perdido” e gratuitamente, cobrando-se apenas, no caso da água, o consumo acima do limite considerado normal.

A incorporação de novas áreas às cidades tem-se caracterizado por violenta especulação imobiliária, na qual os loteadores se locupletam, às custas da população trabalhadora, obrigada a morar na periferia urbana, sem acesso aos serviços públicos.

O encarecimento dos aluguéis e do solo impedem que os trabalhadores possam habitar as áreas que dão acesso aos serviços públicos, transporte coletivo, água, esgoto, escola, vias públicas calçadas e iluminadas, etc. — mesmo quando estes serviços são baratos. Desta maneira, os tributos pagos pelos trabalhadores servem para financiar serviços públicos usufruídos pelas camadas capazes de pagar aluguéis ou preços elevados pelo solo. O Partido dos Trabalhadores propõe que os governos municipais, sobretudo nas áreas metropolitanas, se encarreguem da urbanização do solo como passo inicial para a coletivização do solo urbano, única maneira de evitar a especulação e garantir à população trabalhadora acesso aos serviços públicos. Cabe a estes governos assegurar a permanência da população mais pobre nas áreas de favelas, mocambos ou invasões que atualmente ocupa e fornecer-lhe aí os serviços públicos que necessitam. E lhes cabe também realizar projetos habitacionais em áreas deixadas vagas pela especulação imobiliária — mediante expropriação das mesmas — para assentar a população carente de condições adequadas de moradia e de serviços. Em suma, o Partido dos Trabalhadores propõe que a atual política habitacional, que apenas **financia** o consumo da habitação, se torne uma

política de **produção** de moradias capaz de fornecer a cada família habitação higiênica, espaçosa e bem servida.

No campo da previdência social, o Estado tem se limitado ao papel de “segurador”, arrecadando contribuições e distribuindo benefícios, sem aportar recursos propriamente **públicos** ao sistema, capazes de fazê-lo cobrir também a população marginalizada da economia de mercado. Para quem perde o emprego ou nunca teve um, a previdência social não existe. O Partido dos Trabalhadores propõe que o sistema de previdência social sirva de instrumento para a redistribuição da renda, assegurando a cada família, incapaz de prover seu sustento, recursos complementares que lhe proporcionem uma renda mínima garantida de um salário-mínimo mais meio salário-mínimo por dependente (conforme item 3.5 acima). Para tanto, será sem dúvida necessário elevar o montante arrecadado dos empregadores e dos empregados de salários elevados (acima de 20 salários-mínimos) e aportar recursos fiscais, ou seja, arrecadados pelo Estado sob a forma de impostos.

A ampliação do Setor Público, tendo em vista atender as necessidades básicas do trabalhador e sua família, requer uma ampliação correspondente da participação do Estado no Dispendio Nacional. Esta ampliação poderá ser algo limitada pela diminuição dos gastos públicos desnecessários, do empreguismo no aparelho governamental e sobretudo das práticas de corrupção. Estes itens serão abordados a seguir.

6.2. Os Gastos Públicos

Os gastos públicos são determinados atualmente no Brasil nos gabinetes do Executivo Federal, dos Executivos Estaduais e municipais. Por dispositivo de uma Constituição outorgada, os Legislativos não participam destas decisões, limitando-se a aprovar as propostas

orçamentárias. O Partido dos Trabalhadores propõe que, como primeiro passo, seja imediatamente restabelecido o direito dos Legislativos, que representam diretamente a população, de determinar em última instância a composição do gasto público. E como segundo passo, a

participação das organizações representativas dos trabalhadores, por local de emprego e por local de moradia, na elaboração das propostas orçamentárias. É preciso assegurar **crecente participação popular** nas decisões a respeito do destino do dinheiro que o Estado

arrecada.

É óbvio que, atualmente, grande parte deste dinheiro é utilizado para finalidades que nada têm a ver com os interesses da maioria da população. No campo dos investimentos públicos, a construção de usinas nucleares configura imenso

6. O Estado e a Economia

desperdício. No caso do Programa Proálcool, a prioridade dada à substituição da gasolina por álcool é claramente anti-social, obrigando o contribuinte a financiar destilarias com a finalidade de assegurar a movimentação do transporte individual. Do ponto de vista da maioria, a prioridade teria que ser dada à substituição do óleo diesel, que é utilizado no transporte coletivo e de mercadorias. Também o amplo subsídio das exportações é de prioridade duvidosa do ponto de vista dos traba-

lhadores, pois ele só serve para viabilizar uma dívida externa cada vez maior e cujo serviço ameaça estrangular o desenvolvimento do país.

É impossível calcular quanto de recursos poderia ser economizado se, através de maior participação popular, na determinação dos gastos públicos, os de menor prioridade fossem eliminados. Cabe lembrar que programas de inversões a longo prazo, como o da Energia Nuclear, do Proálcool ou de Carajás, para exemplificar com os mais signifi-

cativos, não podem ser suspensos, depois de iniciados, sem sérios prejuízos, inclusive com a perda de empregos e de obras e instalações já concluídas. O Partido dos Trabalhadores propõe o reestudo destes e de outros programas, que hoje absorvem parcelas significativas dos recursos públicos, à luz de prioridades claramente estabelecidas. Pode-se esperar deste reestudo o cancelamento de partes destes programas e o adiamento de outras, com economia substancial de recursos, mas que não podem ser quantificadas antecipadamente.

Obviamente, da democratização dos orçamentos públicos surgirá a necessidade de ampliar os gastos públicos nos campos da saúde, da educação, dos serviços públicos urbanos, da habitação e da previdência social, como se mostrou no item 6.1. Os recursos públicos poupados mediante o corte dos programas não-prioritários deverão ser utilizados para financiar a ampliação dos gastos prioritários, mas é mais do que provável que eles não serão suficientes para que os objetivos sociais propostos possam ser alcançados.

6.3. Empreguismo e Corrupção

Embora o concurso público já seja norma para o preenchimento de cargos no serviço público, é grande o número de pessoas nomeadas sem concurso, seja para cargos de confiança, seja para serviços temporários. Além disso, a contínua transformação de repartições e autarquias em sociedades de economia mista enseja a contratação de pessoal sem concurso. Conseqüentemente, o empreguismo continua a grassar. Deve ser enorme o número dos que recebem do erário público, sem prestar à população serviços que justifiquem sua remuneração.

Outra fonte de desperdício é, sem dúvida, a corrupção. Nas compras dos governos, autarquias e empresas estatais, mesmo quando feitas mediante concorrência, há corrupção. Muitos dos

responsáveis por aquisições recebem propinas e "comissões", que naturalmente são acrescentadas aos preços, já por si demasiado altos, pagos pelos cofres públicos. Há corrupção também na distribuição dos subsídios, algumas poucas vezes revelada por escândalos como o do "trigo-papel", da "mandioca" e outros. Na distribuição de crédito subsidiado, bancos instituíram a corrupção através da exigência de "reciprocidade" por parte dos clientes. E há corrupção na implementação da política financeira, quando o governo transaciona no "open-market" ou na Bolsa de Valores, favorecendo com informações antecipadas determinados grupos de apaniguados.

Não se trata de fazer aqui denúncias específicas mas mostrar que o modo de

funcionamento do aparelho governamental em todos os níveis permite que empreguismo e corrupção ocorram em grande escala. O Partido dos Trabalhadores propõe o combate ao empreguismo e à corrupção mediante o controle popular, de baixo para cima, de todos os órgãos governamentais, sejam eles ministérios, autarquias, prefeituras ou empresas do Estado. Não há outra maneira de evitar estas práticas a não ser colocar junto a cada responsável representantes diretos dos funcionários do mesmo órgão e dos seus clientes. O controle popular de uma universidade, por exemplo, deveria ser exercido por representantes de alunos, professores e funcionários; num hospital por representantes de pacientes, médicos e demais funcionários; no Ministério da Previ-

dência por representantes dos empregados, empregadores e dos funcionários. Estes exemplos se destinam a mostrar que o controle popular, em qualquer caso, é sempre possível de ser instituído e ele é o único remédio eficaz contra o empreguismo e a corrupção por ser ele mesmo incorruptível. A escolha democrática dos representantes e o controle de sua atuação pelos representados são a melhor garantia de sua incorruptibilidade.

Mais uma vez, não dá para calcular — como é óbvio — o montante de recursos a serem economizados mediante o combate sistemático do empreguismo e da corrupção. O importante é que este montante, em vez de se aninhar nos bolsos de uma minoria enriquecida, irá minorar os sofrimentos da grande maioria carente de nossa população.

6.4. As Fontes de Receita Pública

O governo arrecada os recursos de que se utiliza basicamente através da cobrança de impostos e taxas. Os impostos são pagos por todos à medida em que auferem renda, possuem propriedades ou adquirem mercadorias. As taxas são pagamentos por serviços prestados pelo Estado. O Estado ainda tem receitas provenientes dos lucros das empresas de que é proprietário. Tudo isso forma o sistema fiscal do país.

Há dois aspectos cruciais que caracterizam o sistema fiscal: 1. a sua justiça e 2. sua eficiência. O sistema é tanto mais justo quanto mais ele tributa os ricos isentando os pobres. O sistema é tanto mais eficiente quanto menos ele gasta em relação ao que ele arrecada. O Partido dos Trabalhadores propõe uma ampla reforma do sistema fiscal brasileiro, visando torná-lo mais justo e mais eficiente.

Para que um imposto possa ser inteiramente justo será preciso que ele corresponda à capacidade tributária de cada empresa e família, ou seja, que ele seja distribuído entre os contribuintes de tal maneira que aqueles que tiverem maior renda face às suas necessidades, consideradas legítimas, paguem mais ao fisco. É claro que isso só pode ocorrer com os impostos diretos, que gravam a renda ou a propriedade. Os impostos indiretos, que gravam transações, são arrecadados pelas empresas mas quem os paga são os consumidores, pobres e ricos pagando a mesma quantia.

Dois dos mais importantes impostos vigentes no Brasil atualmente são o IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) e o ICM (Imposto sobre Circulação de Mercadorias). Cada cidadão que compra um maço de cigarros ou um par de sapatos paga, embutidos nos preços das mercadorias, estes dois impostos. Estas quantias podem ser desprezíveis para quem tem renda elevada, mas representam uma parcela pesada do seu orçamento para uma família operária ou camponesa, obrigada a se sustentar com uma renda de uns poucos salários mínimos. Por aí se vê que os impostos indiretos são intrinsecamente injustos.

Pesquisa de João Sabóia e Dirceu M. Guazzi (Revista de São Paulo, 17/2/1980) mostrou que os pobres transferem ao Go-

verno federal, através do IPI e do ICM, uma parcela bem maior de sua renda que os ricos. Assim, no Rio de Janeiro, as famílias com Despesa Mensal de até um salário mínimo pagam 13,8% da mesma através dos produtos que adquirem, parcela que cai para 10,5% para as famílias que despendem de 7 a 10 salários mínimos e para 7,5% para as que despendem mais de 30 salários mínimos. Estes impostos são portanto altamente regressivos e injustos.

O ICM incide com uma alíquota única sobre o preço das mercadorias, mas a alíquota do IPI é diferenciada e poderia, desta maneira, incidir mais fortemente sobre o consumo de luxo. Mas não é o que acontece. Como mostram os 2 economistas citados, a alíquota é a mesma qualquer que seja a qualidade do produto. Cigarros, por exemplo, eram tributados em 365,6% (a alíquota mais alta), do mais barato ao mais caro. Além disso, a alíquota de produtos de consumo popular é muitas vezes maior que a de produtos de luxo: a da cerveja é de 72% e a do champanhe 66%; automóveis são taxados em 30% ou 35% (dependendo da potência), lanchas para recreação em 35%, colares de pedras preciosas em 5% e tecidos de seda estão isentos do IPI.

Na Tabela 1 pode-se verificar que, na arrecadação do Governo federal, em 1981, o único imposto direto — e portanto, ao menos em princípio justo — foi o Imposto de Renda, que participou com 28,3% na receita total. Todos os demais impostos federais — IPI, IOF (Imposto sobre Operações Financeiras), de Importação, de Exportação e os chamados Impostos Únicos — que participaram com 47,6% da receita total são indiretos. Este dado já dá uma primeira indicação de como o sistema fiscal brasileiro é injusto: 62,7% dos impostos arrecadados em nível federal são indiretos, sendo pagos indiscriminadamente pelos consumidores de produtos industrializados, de produtos importados (sobre os quais incide também o IOF) e assim por diante.

É preciso acrescentar ainda que o principal tributo que alimenta as receitas dos governos estaduais e municipais é o ICM, um imposto indireto. Em 1981, sua arrecadação atingiu 1.209.172 milhões de cruzeiros, ou seja, mais do que todos os impostos indiretos arrecadados pelo Governo federal.

Somando-se à receita tributária do Governo federal o ICM, o total alcançado em 1981 foi de 3,47 trilhões de cruzeiros dos quais o Imposto de Renda, o único direto, representou apenas 18,5%. Cabe mencionar como outros impostos diretos, existentes no Brasil, o Imposto Predial e Territorial Urbano, arrecadado pelos municípios e o Imposto Territorial Rural, arrecadado pela União. A receita produzida por estes impostos é, no entanto, insignificante. Quanto ao primeiro, nas capitais mais importantes, ele representou, em 1978, de um quarto à metade da receita tributária. Ora, sendo a receita tributária dos municípios extraordinariamente pequena (menos de um décimo da federal), é óbvio que o Imposto Territorial Urbano não pesa no conjunto dos recursos fiscais. E o mesmo vale para o Imposto Territorial Rural, que figurou

no orçamento federal com um valor de 4 bilhões de cruzeiros, menos de 1% do valor esperado do Imposto de Renda. Tudo isso mostra que, no Brasil, a propriedade imobiliária, tanto rural como urbana, praticamente não é tocada pelo fisco.

Mas, mesmo no caso do Imposto de Renda, a sua aplicação está longe de ser justa. Para começar, as empresas (pessoas jurídicas), cujos lucros são gravados em 35% pelo Imposto de Renda, em 1981 contribuíram com apenas 27% para a arrecadação do mesmo. O pequeno valor pago pelas empresas se explica não pelo lucro reduzido das mesmas mas pela grande quantidade de isenções fiscais, as quais resultaram em perdão de mais da metade do imposto devido, entre 1971 e 1974 (Oliveira, Fabrício A. de, A

TABELA 2 - Imposto de Renda Pessoa Física - Brasil 1979

Classe de Rendimento Bruto	Número de declarantes	Renda Líquida em (milhões de CR\$)	Rend. não Tributáveis (em milhões de CR\$)
Total			
950.001 - 1.400.000	39.424	31.797	48.174
1.400.001 - 1.900.000	10.461	12.346	26.286
1.900.001 - 5.700.000	7.377	14.735	41.433
Acima de 5.700.000	563	3.800	11.464
Soma	58.005	62.678	127.357
Total	2.807.227	498.943	552.820

TABELA 1 - Receita Tributária do Governo Federal - BRASIL 1981

	Milhões de CR\$	EM %
a) Impostos	1.716.658	75,9
IR Renda	640.432	28,3
IPI Prod. Industrializados	500.897	22,1
IOF Operações Financeiras	266.045	11,8
Imposto + Exportação	150.641	6,6
Impostos Únicos (1)	137.267	6,1
Outros	21.375	0,9
b) Taxas	120.657	5,3
c) Outras receitas	424.654	16,8
Receita Total	2.261.969	100,0

FONTE: FGV, Conjuntura Econômica, Fevereiro 1982, n. 33

(1) Impostos sobre Indústrias e Comércio Exterior - Impostos sobre Produtos Industriais.

TABELA 3 - Carga Tributária em Diversas Camadas de Renda - Brasil, 1975

Renda Mensal (em salários mínimos)	Carga Tributária (em %)
Até 1	33,5
1 a 2	29,5
2 a 5	30,0
5 a 10	31,3
15 a 20	33,9
20 a 40	33,1
40 a 50	29,6
50 a 75	25,8
75 a 100	21,0
mais de 100	15,0

FONTE: Eris, I e Outros, Distribuição da Renda e Sistema

Reforma Tributária de 1966 e a Acumulação de Capital no Brasil, Ed. Brasil Debates, São Paulo, 1981, p. 128). E o mesmo mecanismo favorece também as pessoas físicas de alta renda, que se beneficiam não só dos "incentivos fiscais" mas também das "rendas não tributáveis". No Brasil, a título de incentivo ao investimento, grande parte dos ganhos de capital simplesmente não é taxada pelo Imposto de Renda. A Tabela 2 mostra que nas classes de renda mais alta as rendas não tributáveis representam um valor muito maior do que a renda líquida sobre a qual recai o imposto.

O Partido dos Trabalhadores propõe uma completa reforma do sistema fiscal brasileiro, contemplando os seguintes pontos mínimos:

a) gradativa abolição dos impostos indiretos (exceto o IOF e do comércio externo), isentando dos mesmos os bens e serviços de consumo popular.

Os impostos indiretos são tidos como vantajosos porque as empresas se constituem como seus órgãos arrecadadores. Mas sua propalada eficiência é ilusória porque estimulam fortemente a sonegação fiscal. A empresa sonegadora aumenta sua margem de lucro à custa do erário público e consegue vender mais barato que seus concorrentes, forçando-os a sonegar também. Quanto maiores os impostos indiretos, tanto maior é o incentivo à sonegação e à corrupção dos fiscais da Fazenda. Para compensar a perda de receita fiscal causada pela isenção dos produtos

Já há muito tempo que o sistema fiscal brasileiro é extremamente centralizado, concentrando nas mãos do Governo federal a maior parte da receita tributária. Depois da reforma tributária, imposta pelo regime militar em 1966, esta centralização ainda aumentou. A parte da União na receita tributária, que era de 50,7% em 1965 subiu para 58,4% em 1973 (último ano para qual há dados publicados), tendo caído a participação dos Estados de 42,6% para 37,8% e a dos municípios de 6,7% para 3,8% nestes 8 anos. Como, ao mesmo tempo, se elevaram os encargos dos Estados e municípios estes foram forçados a depender cada vez mais de receitas extras-fiscais.

No caso dos Estados, o que se deu foi o seu crescente endividamento. As operações de crédito respondiam por 4,5% da

6.7. Os outros orçamentos: o monetário e o das empresas estatais

As autoridades governamentais não dispõem, em sua ação econômica, apenas dos recursos obtidos através da cobrança de impostos e taxas. Elas também controlam as empresas de propriedade estatal e detêm o monopólio da criação de meios de pagamentos.

As empresas estatais dominam uma ampla fatia da economia nacional e movimentam enorme massa de recursos. Basta dizer que, em 1980, o orçamento conjunto destas empresas superou 3,1 vezes o orçamento da União. É importante ressaltar que estes recursos são "legalmente" do povo, mas deles dispõem os dirigentes das empresas do Estado, apontados pelo Governo como se fossem capital privado. Recentemente, para enquadrar estas empresas em sua política econômica, o Governo criou a SEST (Secretaria de Controle das Empresas Estatais), a qual as vem forçando a reduzir seus investimentos e deste modo contribuindo para a manutenção da economia brasileira em recessão. A política das empresas estatais em relação aos trabalhadores — de emprego, de salários e condições de trabalho — em nada as distingue das firmas privadas de

Como se vê, os 2% mais ricos de todos os contribuintes, isto é, o das classes com mais de Cr\$ 950,00, declararam rendimentos não tributáveis mais de duas vezes maiores do que a sua renda líquida. Eles pagaram, em 1979, 22.719 milhões de cruzeiros de Imposto de Renda, ou seja, 36,2% de sua renda líquida. Supondo que os rendimentos não tributáveis tivessem sido incluídos em sua renda líquida, o seu Imposto de Renda pelo menos triplicaria, sendo provável que ainda aumentasse mais, pois as alíquotas são crescentes com o tamanho da renda do declarante. Isso proporcionaria ao fisco, em 1979, mais

6.5. Reforma Fiscal

consumidos pelos trabalhadores, devem ser elevadas as alíquotas dos produtos supérfluos e de luxo. A isenção dos produtos de consumo popular deve ser implantada conjuntamente com rigoroso controle dos preços dos mesmos, para garantir que a eliminação dos impostos reverta em benefício dos consumidores.

b) reestruturação do Imposto de Renda visando:

1. eliminar as isenções que beneficiam as pessoas jurídicas (empresas). Para estas devem ser introduzidas alíquotas crescentes conforme o montante de lucro líquido, de modo a aumentar a tributação das grandes empresas e reduzir a das pequenas.

Além disso, os critérios de cálculo dos lucros tributários devem ser revistos, de modo a impedir que grande parte dos lucros reais das empresas deixe de ser tributada. Estas medidas deverão ter como resultado um aumento acentuado

6.6. Descentralização Fiscal

receita total dos Estados em 1965, mas esta parcela alcança 24,4% em 1975. Já os municípios passam a depender de transferências, sobretudo dos governos estaduais, que lhes devem repassar 20% da arrecadação do ICM. As transferências constituíam 20,9% da receita total dos municípios em 1965 e 50,2% em 1973 (Fonte: São Paulo, Sec. de Economia e Planejamento, **Finanças Públicas Municipais: um Estudo de Caso, 1979**).

Estes dados retratam a origem da crise quase permanente em que se encontram as finanças públicas, principalmente dos Estados e municípios mais pobres do país. Os Estados do Nordeste dependem em boa proporção de transferências do Governo federal. Em 1979, para uma receita tributária de 34.387 milhões, as transferências totalizaram 13.199 milhões e a receita de capital (empréstimos)

tamanho equivalente. Seus diretores recebem ordenados imensos, o que foi revelado pelo próprio Presidente da República, o qual colocou como limite máximo de remuneração o que ele mesmo ganha. Em suma, estas empresas "do povo" de modo algum estão a serviço do povo, procurando apenas maximizar sua taxa de lucro e sua acumulação de capital.

O Partido dos Trabalhadores propõe que as empresas estatais sejam as primeiras a serem colocadas sob o controle dos que nelas trabalham e dos que consomem seus produtos. Um passo inicial neste sentido seria a transformação da SEST num Conselho de Controle das Empresas Estatais, com ampla representação dos trabalhadores e usuários de seus produtos.

Como instrumento de política econômica de primeira importância, destaca-se a função monetária do Estado. O Governo federal, através das Autoridades Monetárias — Banco Central e Banco do Brasil — tem a faculdade de "criar" meios de pagamento para o seu próprio uso. Assim, o Governo pode realizar despesas, dar créditos e sobretudo subsídios em

46.074 milhões de cruzeiros pelo menos, admitindo que pagassem apenas 36,2% sobre esta renda líquida aumentada. Como o total pago a título de Imposto de Renda pelas pessoas físicas, em 1979, foi de 67.146 milhões de cruzeiros, a eliminação dos rendimentos não tributáveis dos 2% mais ricos dos contribuintes elevaria a arrecadação em nada menos do que 68,6%.

Tudo isso mostra como o sistema fiscal brasileiro é regressivo, ou seja, socialmente injusto. Mais de 80% da receita fiscal provêm de impostos indiretos e, dos impostos diretos, o único significativo,

do Imposto de Renda pago pelas pessoas jurídicas.

2. eliminar da rubrica de "rendimentos não tributáveis" das pessoas físicas os que provêm da propriedade. Da mesma forma, devem ser eliminados os incentivos fiscais que beneficiam os indivíduos de altas rendas. As alíquotas devem ser revistas de modo a elevar sua progressividade, aumentando a taxa dos rendimentos elevados e diminuindo a dos médios, sendo os baixos totalmente isentos. Como se viu acima, estas medidas deverão acarretar a multiplicação do valor arrecadado a título de Imposto de Renda das pessoas físicas.

3. aperfeiçoar o recolhimento na fonte que deve atingir não só os rendimentos do trabalho mas sobretudo os da propriedade: lucros, dividendos, bonificações, aluguéis e juros.

c) reformular os impostos sobre a propriedade imobiliária urbana e rural,

21.037 milhões (**Anuário Econômico-Fiscal 1980**). Em outras palavras, o que os Estados do Nordeste arrecadam não é mais do que a metade da sua receita total. A dependência em relação ao Governo federal mina a já limitada autonomia política dos Estados nordestinos. O mesmo naturalmente ocorre em relação aos municípios, sujeitos a fatais represálias financeiras sempre que osem portar-se de modo independente dos governos de seus Estados.

A atual repartição das receitas tributárias entre federação, Estados e municípios é injusta e inadequada. A reforma fiscal preconizada pelo Partido dos Trabalhadores, com a gradual eliminação dos principais impostos indiretos e o reforço dos diretos deve conduzir a uma efetiva **descentralização fiscal** visando:

valor muito maior do que a sua receita fiscal. Em 1981, as Autoridades Monetárias concederam empréstimos, subsídios etc. no valor de Cr\$ 1.352.493 milhões, montante maior do que a Despesa do Orçamento Fiscal (Cr\$ 1.217.383 milhões). É interessante observar como as Autoridades Monetárias arrumaram este dinheiro todo:

- Operações da área cambial, no valor de Cr\$ 231.412 milhões, resultantes de novos depósitos em moeda estrangeira e correção cambial (atualização do valor em cruzeiros) dos depósitos antigos;

- Depósitos a prazo no Banco do Brasil, no valor de Cr\$ 91.024 milhões;

- Colocação líquida de títulos públicos federais, no valor de Cr\$ 551.604 milhões. Este montante resulta do aumento da dívida interna do Governo federal, cujo valor passou de Cr\$ 848.385 milhões no fim de 1980 para Cr\$ 3.087.930 milhões no fim de 1981. Em 1981, esta dívida aumentou 67% acima da inflação.

- Expansão da chamada "Base Monetária" no valor de Cr\$ 477.838 milhões,

que é o Imposto de Renda, grava de fato apenas as camadas de renda média, poupando as empresas e as grandes fortunas particulares. Não surpreende pois que a carga tributária dos mais pobres seja proporcionalmente maior que a dos mais ricos, conforme provam os dados da Tabela 3.

É escandaloso que os que ganham até 1 salário mínimo paguem um terço de sua renda a título de impostos quando os que ganham mais de 40 salários mínimos pagam proporção menor. Do ponto de vista fiscal, o Brasil é o inferno dos pobres e o paraíso dos milionários.

taxando mais a que é mantida sem uso, quase sempre com fins especulativos. Adotar um imposto sobre "solo criado", isto é, sobre a multiplicação de áreas construídas mediante edificações de múltiplos andares, já que elas requerem investimentos maiores em serviços públicos, a serem financiados pelo Estado.

d) criar novos impostos sobre heranças de grande valor e sobre consumo de luxo: viagens de turismo, residências de campo ou de praia, carros de passageiros etc.

e) rever as alíquotas do Imposto sobre Importações visando a elevação das que gravam produtos de luxo e os que já são produzidos no país.

A reforma fiscal proposta visa a dois objetivos gerais:

1.º tornar o sistema socialmente justo e 2.º aumentar a carga tributária de modo a viabilizar as atividades que devem ser de responsabilidade do Estado, propostas acima (item 6.1.).

a) unificar e simplificar a arrecadação, a qual deve ficar inteiramente a cargo da União;

b) estabelecimento de regras legais e objetivas, fiscalizadas pelo Poder Judiciário, de repartição da receita fiscal entre União, Estados e municípios em função do custo das atividades sob a responsabilidade de cada nível de poder;

c) estas regras devem garantir a **transferência automática**, isto é, independente da autoridade arrecadadora, de parte da receita dos Estados mais ricos aos mais pobres e dos municípios mais ricos aos mais pobres. O critério de redistribuição da receita fiscal deve ser o de proporcionar a cada família brasileira a mesma quantidade e qualidade de serviços públicos, onde quer que estejam radicadas.

o que corresponde à "criação" de moeda pelas Autoridades Monetárias. Em outras palavras, o Governo, através do Banco do Brasil e do Banco Central, gastou quase meio trilhão além do que tomou emprestado. (**Conjuntura Econômica**, fevereiro de 1982).

O chamado "Orçamento Monetário" revela que o governo federal tem tomado da sociedade um volume de recursos maior do que a receita fiscal para, basicamente, distribuí-la a certos setores empresariais a título de subsídios. Nos últimos anos, o grosso dos subsídios foram entregues a capitais engajados na exportação de produtos industrializados, na área de energia (principalmente Proálcool) e na agricultura. Calcula-se que o total de subsídios foi de Cr\$ 896,4 milhões em 1980 e de Cr\$ 1.303,2 milhões em 1981 (**Conjuntura Econômica**, fevereiro de 1982, p. 177). É claro que essa enorme massa de valores é paga, em última análise, pelo povo, sob a forma de maiores impostos ou de preços mais elevados. O grande crescimento da dívida interna do Governo federal teve por efeito elevar a taxa de juros interna, e mais cedo ou mais

tarde terá que ser paga com recursos fiscais. Por enquanto, o Governo está amortizando a parte da dívida que vence e pagando os juros e correção monetária com novos recursos que toma emprestados, através da venda de ORTN (Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional) e LTN (Letras do Tesouro Nacional). É uma maneira de favorecer determinados setores empresariais com subsídios e ao mesmo tempo engordar uma classe de rentistas, ou seja, os que adquirem estes títulos no chamado "open-market" (mer-

cado aberto). A conta terá que ser paga um dia e se os trabalhadores não se organizarem politicamente para derrotar esta política monetária e financeira, e conquistar profunda reforma do sistema tributário, é certo que serão eles que a pagarão, provavelmente sob a forma encoberta de maiores impostos indiretos. Neste sentido a recente instituição do FINSOCIAL (imposto sobre o faturamento das empresas, que seguramente é repassado aos preços) é uma clara indicação.

O Partido dos Trabalhadores propõe que a decisão de quem deve receber subsídios, e de quanto seja tomada pelo Parlamento, após ampla consulta popular. No item 4.7 (A luta contra carestia) deste Programa estão delineadas as prioridades para a concessão de subsídios do ponto de vista dos interesses dos trabalhadores. O que interessa é que os subsídios sirvam à maioria do povo e que saiam, não de uma dívida interna que está crescendo a galope, mas de uma receita tributária que taxe as grandes rendas e a

propriedade, sob a forma de impostos diretos. O Partido dos Trabalhadores propõe que desde já:

a) cesse o crescimento da dívida interna;
b) que seu serviço (juros, correção monetária e amortização) seja financiado com recursos poupados de despesas governamentais não prioritárias.

c) que se comece a reduzir os subsídios ao capital e, ao mesmo tempo, se passe a subsidiar gêneros de 1ª necessidade, transporte coletivo, habitação popular etc. (conforme item 4.7).

7.

A Questão da Terra



"... o PT sustenta que a elaboração de uma proposta detalhada na Reforma Agrária deve ser resultado de ampla discussão entre os principais interessados na questão, que são os trabalhadores do campo." (Foto: Nair Benedicto)

7.0. Peça - Chave

Do início da colonização até hoje, o predomínio da grande propriedade tem sido a marca registrada da estrutura agrária brasileira. Isso é uma das raízes do autoritarismo no campo político ao longo de décadas.

O modelo econômico aplicado a partir de 64 acentuou o quadro de concentração fundiária preexistente, agravou as desigualdades sociais na área, acelerou o

desenvolvimento do grande capital e estimulou a expulsão de contingentes enormes de camponeses das terras que trabalhavam.

Contra a aspiração social e exigência econômica de democratização da terra, o modelo pós-64 favoreceu, mais que nunca, a grande propriedade. Programas de incentivo, linhas de crédito, isenções e subvenções beneficiaram princi-

palmente as grandes empresas, especialmente as voltadas para a exportação, desestimulando a produção de alimentos e matérias-primas relacionadas com o consumo popular.

A transformação profunda e urgente dessa situação torna-se, pois, uma questão básica de todo projeto voltado para garantir aos trabalhadores a conquista de

uma democracia política, econômica e social, projetada na direção de uma sociedade sem explorados e exploradores.

O PT, contrariando uma visão "urbanista" que tem caracterizado a lógica dos projetos oficiais e de muitos analistas de gabinetes, coloca o ataque ao problema como uma peça-chave de seu projeto econômico.

7.1. A Situação no Campo

O quadro de concentração da terra pode ser medido pelos números apresentados a seguir, dispondo sobre a

área total abarcada pelas diferentes classes de unidade produtiva, assim como a produção correspondente.

mento do Incra de 1972, os minifundistas são responsáveis pela contratação de mais de 40% da força de trabalho temporária na agricultura brasileira.

A simples descrição da realidade estatística do campo brasileiro nos aspectos da concentração da terra e ocupação da

mão-de-obra já basta para indicar o rumo geral que a transformação agrária deverá tomar no país para atender aos imperativos de um crescimento econômico que favoreça o povo trabalhador. Em 1975/76 a força de trabalho ocupada na agricultura era estimada em torno de 15,3 milhões de pessoas, assim distribuídas:

GRUPOS DE ÁREA TOTAL (ha)	Imóveis(%)	Área total(%)	Valor da Produção(%)
menos de 10	29,0	1,2	6,2
10 a menos de 100	50,6	14,3	34,0
100 a menos de 1.000	11,6	27,3	30,9
1.000 a menos de 10.000	1,3	28,2	15,1
10.000 e mais	0,1	16,3	2,1
Não classificadas por área total	2,3	5,0	2,8
Inconsistentes	5,2	7,6	8,8
TOTAL	100,0	100,0	100,0

Fonte: INCRA - Cadastro de Imóveis Rurais. Dados de 1971.

Como se vê, quase 80% dos imóveis possuem menos de 100 ha cada um e reúnem apenas 15,5% da área total, contribuindo, no entanto, com mais de 40% da produção. Em contrapartida, as unidades acima de 1.000 ha, que constituem apenas 8,9% dos imóveis, abarcam quase 60% da área total e contribuem com menos de 30% da produção.

Consequência importante de tal concentração fundiária é a contradição marcada pela ociosidade de terras imensas coexistindo com unidades produtivas de dimensões extremamente reduzidas. Segundo dados publicados em Estatísticas Cadastrais/1, Incra, Dados de 1972, fica evidente a pequena utilização das terras agricultáveis e como a área explorada cai com o crescimento do tamanho da propriedade. Os dados revelam, também, que as culturas estão con-

centradas nas pequenas propriedades, enquanto as grandes unidades estão destinadas principalmente à pecuária e extração vegetal ou mineral.

As Estatísticas Cadastrais/2, Incra, Dados de 1972, informa sobre o nível de concentração presente na estrutura fundiária brasileira; é necessário atentar para os números que dizem respeito a composição da mão-de-obra ocupada no campo, conforme varia a dimensão da unidade produtiva: a mão-de-obra familiar tem grande importância nas pequenas propriedades; a participação dos assalariados e parceiros cresce proporcionalmente com o tamanho das propriedades; no mais das vezes, a área das pequenas unidades é tão reduzida que não atinge sequer a dimensão determinada pelo módulo rural do Incra (1). Apesar disso, segundo o Recadastra-

GRUPO	MILHÕES DE PESSOAS	PARTICIPAÇÃO RELATIVA
Proprietários minifundistas(2)	4,0	26%
Posseiros(3)	2,4	16%
Parceiros e arrendatários(4)	4,0	26%
Assalariados permanentes(5)	1,6	10%
Assalariados temporários(6)	3,3	22%
TOTAL	15,3	100%

Fonte: Censo Agropecuário de 1970 e 1975 e Recadastramento de Imóveis Rurais de 1972 e sua atualização para 1976

Considerando que cada família tenha, em média, 4 membros que desenvolvem atividade produtiva, teríamos 3,8 milhões de famílias trabalhando na agricultura, sendo que um milhão delas possuem uma quantidade de terra tão reduzida que não basta para a própria sobrevivência e o restante não possui sequer essa parcela mínima.

É sabido que no Brasil existem 345 milhões de hectares em latifúndios por exploração e latifúndios por dimensão, e 35 milhões de hectares em minifúndios (7). A razão entre a soma dessas áreas — 380 milhões de hectares — e o número apontado de 3,8 milhões de famílias, resultando no quociente de 100 hectares por família, já é suficiente para sugerir irresistivelmente o aspecto fundamental que o processo de transformação agrária no Brasil deverá apresentar: REDISTRIBUI-

BUIÇÃO.

Mas a proposta do PT para modificar o atual sistema de produção no campo brasileiro, colocando-o em correspondência com os interesses das classes trabalhadoras, vai muito além de uma simples redivisão das terras. Mesmo porque esse cálculo sugestivo não toca nas unidades produtivas que não estão nem incluídas como latifúndios, nem como minifúndios. Estas unidades, as empresas rurais (8), não atingem os graus de irracionalidade que se registram no caso dos latifúndios e minifúndios, mas, encontrando-se regidas pelas regras da produção capitalista, são igualmente geradoras de desigualdade econômica e social. Por conseguinte, é óbvio que uma transformação da estrutura agrária brasileira no sentido de favorecer o interesse dos trabalhadores não poderá deixar de

incluir também esta fatia de propriedades rurais. Afinal de contas, é fundamentalmente nelas que se explora o trabalho assalariado, nelas se produzem riquezas não distribuídas socialmente, nelas os trabalhadores estão subjugados pelo

capital e, acima de tudo, são elas as principais responsáveis pela expulsão de grandes contingentes de lavradores de suas terras.

Mas o PT e os trabalhadores sabem distinguir entre objetivos que são viáveis

para já e aquilo que se atingirá somente a longo prazo. E por isso, este projeto de programa econômico apresenta uma proposta de Reforma Agrária que visa tanto assegurar a curto prazo a ansiada democratização da terra, o barateamento dos

preços dos alimentos e crescimento nos níveis de emprego, quanto abrir um processo de transformações que culminará, a longo prazo, com a socialização dos meios de produção também na área rural brasileira.

7.2. A Reforma Agrária

O PT entende que a Reforma Agrária é mais uma questão política do que uma questão econômica. Isso porque, em 1º lugar, nada acontece na atual agricultura no Brasil sem que o Estado entre em cena com a política de crédito, tributos e isenções, comercialização, assistência técnica, regulamentação de preços ou, por outro lado, com o cerceamento da liberdade de organização e luta dos trabalhadores, através do atrelamento dos sindicatos ou da repressão policial direta e uso da Lei de Segurança Nacional.

Mais importante que isso, a Reforma Agrária é uma questão política, porque interessa a toda a sociedade e porque sua efetivação e o grau de aprofundamento que atinja depende da correlação de forças entre as classes sociais do país. E porque, como medida econômica, tem o poder de mudar essa correlação, alterando em profundidade o quadro político que expressa tal relação. A Reforma Agrária é hoje no Brasil somente uma reivindicação dos setores populares. Não é mais uma reivindicação do desenvolvimento do capitalismo e sim um questionamento da forma que tomou esse desenvolvimento. Apesar de ser possível se alcançar maior produção agrícola como resultado da Reforma Agrária, não é este seu objetivo principal. Hoje ela visa, fundamentalmente, a apropriação, pelos trabalhadores rurais, dos frutos de seu trabalho.

Para o PT, a Reforma Agrária significa dar o direito integral dos benefícios da terra a quem a trabalha, a quem a cultiva. Não significa retalhar a terra e dar um lote para cada família plantar. Significa desencadear todo um processo de modificação da estrutura agrária do país, com vistas a uma distribuição mais equitativa da terra e da renda agrícola, como passo de um programa de crescimento econômico centrado na perspectiva de atender aos interesses das classes trabalhadoras. Trata-se, portanto, de uma redistribuição da renda, do poder e dos direitos, a favor dos trabalhadores.

Por isso, o PT sustenta que a elaboração de uma proposta detalhada da Reforma Agrária deve ser resultado de ampla discussão entre os principais interessados na questão, que são os trabalhadores do campo. Por trabalhadores do campo, o PT entende não só os assalariados, como também os posseiros, arrendatários, parceiros e pequenos proprietários. É deles que deve nascer a contribuição mais decisiva sobre o tipo de Reforma Agrária que melhor atenderá às necessidades de desenvolvimento econômico e social do campo brasileiro. Ninguém reúne melhores condições que os próprios trabalhadores rurais para considerar toda a diversidade de condições de produção nas diferentes áreas e culturas e eleger as propostas específicas adequadas a cada particularidade regional.

O que o PT vem propor são alguns pontos para discussão, com o objetivo de contribuir no debate da questão agrária, sabendo que a luta pela posse e uso da terra é real no Brasil e constitui a principal reivindicação dos trabalhadores do campo. Estes trabalhadores não lutam, no fundamental, pela **propriedade capitalista** da terra; o que lhes interessa é tê-la como meio de produção, como fonte de sobrevivência. Os trabalhadores não querem terra para vender, mas para trabalhar.

A identificação com essa aspiração é que leva o PT a inscrever com destaque a

bandeira da Reforma Agrária em seu programa partidário, em sua plataforma eleitoral e no presente anteprojeto de programa econômico. A Reforma Agrária também interessa, e profundamente, aos trabalhadores urbanos, que pagam caro o que comem, não só no armazém ou na feira, mas também nos impostos e contribuições desviados para incentivar o lucro dos grandes proprietários e das grandes empresas agrícolas, quando não a simples especulação com a compra e venda de terras. Mais importante ainda, a Reforma Agrária interessa aos trabalhadores urbanos na medida em que o desenvolvimento do capitalismo no campo, gera excedentes de mão-de-obra que engrossam o exército industrial de reserva, representando pressão sobre o mercado de trabalho no sentido de redução dos salários e concorrendo para dificultar a capacidade de luta dos trabalhadores urbanos.

Assim, a Reforma Agrária é uma bandeira que unifica todos os trabalhadores e é uma luta pela superação das contradições que existem na sociedade com vistas a uma nova organização social, onde os trabalhadores tenham direito ao resultado da sua produção. É uma bandeira que interessa em especial aos trabalhadores recentemente expulsos da terra, tangidos pelo grande capital, que enfrentam as duras condições de vida na periferia das cidades, vivem os problemas do desemprego e do subemprego e só não retornam ao campo, pela inexistência de qualquer perspectiva de ocupação produtiva e impossibilidade de acesso à terra.

O PT concebe um projeto de Reforma Agrária como o conjunto de transformações que, aplicáveis a curto e médio prazo, dentro da atual correlação de forças entre as classes sociais brasileiras, concorram para o fortalecimento político e organizativo dos trabalhadores rurais e, a longo prazo, para a socialização dos meios de produção no campo, juntamente com a socialização dos meios de produção industrial.

Não propõe um retalhamento indiscriminado das terras porque está ciente de que, no atual estágio de desenvolvimento do capitalismo no campo há culturas onde a divisão de terras não é recomendável, seja devido ao uso já intenso de mecanização, seja por qualquer outra razão técnica ou natural. É o caso da cana-de-açúcar, por exemplo, onde a repartição da terra significa uma involução no nível da racionalidade e produtividade, considerando o nível ali atingido pela divisão do trabalho. O que já não é o caso dos latifúndios baseados no trabalho familiar de agregados, colonos, parceiros e pequenos arrendatários, onde a divisão da terra só poderá impulsionar a produção. É preciso acabar com o latifúndio e eliminar a dominação parasitária da terra, considerando principalmente os especuladores que não plantam, à espera da valorização imobiliária.

Como modificação imediata é necessário partir da resolução aprovada na 1ª Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras, de agosto de 1981, que exigiu uma Reforma Agrária:

- 1) AMPLA - que seja implantada em todo o território nacional;
- 2) MASSIVA - que dê acesso à terra a milhões de famílias sem terra ou com pouca terra;
- 3) IMEDIATA - que se inicie já e que estabeleça um programa com metas a serem atingidas;
- 4) COM PARTICIPAÇÃO dos trabalhadores rurais em todas as fases de elaboração e execução do programa.

A concretização de tal bandeira deve ter como centro e marco inicial a desapropriação que atinja os 380 milhões de hectares indicados no item I e consequente redistribuição dessas terras entre os trabalhadores rurais, segundo modalidades de ocupação a serem definidas, em cada área, pelos próprios trabalhadores rurais, através de seus organismos, associações e entidades sindicais.

Centro, porque nestes 380 milhões de ha se encontram imobilizadas e improdutivas gigantescas extensões de terras dos latifúndios, e porque nessa fatia se incluem também os 40 milhões de ha de unidades cuja dimensão é tão reduzida que proíbe utilização racional. **Marco inicial**, porque dessa redivisão deverão resultar formas mais avançadas de uso social da terra e avanço organizativo dos trabalhadores. Com esse avanço e com o aprofundamento da articulação política entre trabalhadores urbanos e rurais, passando por alterações profundas no tipo de Estado vigente, o processo de Reforma Agrária passará a englobar as terras das atuais empresas rurais produtivas, na direção geral de uma economia socialista, a longo prazo.

Embora o PT considere que o ponto de partida para a transformação que os trabalhadores devem imprimir à agricultura brasileira é a redistribuição de terras, já indicadas, é preciso ficar claro que uma proposta de intervenção ao nível da questão agrária não se esgota aí. Por dois motivos básicos:

Em primeiro lugar, porque o desenvolvimento do capitalismo no campo gerou um processo de assalariamento que, em algumas áreas do campo, já é tão consolidado que os trabalhadores da área adquirem o perfil inequívoco de um pro-

letariado rural, cujas aspirações específicas se distinguem cada vez mais daquelas que são próprias das áreas de posseiros, arrendatários, parceiros e pequenos proprietários, bem como daqueles contingentes gigantescos de trabalhadores jogados ao assalariamento irregular em fase mais recente (bóias-frias, volantes, peões da Amazônia, etc.)

Em segundo lugar, porque, considerando a idéia central aqui sustentada, de que a questão agrária é, sobretudo, uma questão política, e portanto, levando em conta que qualquer processo de Reforma Agrária dependerá do nível de organização dos trabalhadores da cidade e do campo, o PT entende ser indispensável completar o presente projeto com a incorporação de outras bandeiras importantes levantadas nos diferentes encontros de trabalhadores rurais e mais especialmente no 3º Congresso dos Trabalhadores Rurais, de maio de 79 e na 1ª CONCLAT.

Essas bandeiras devem ser vistas como elementos que aprofundam e completam a proposta fundamental de redistribuição das terras, devem ser entendidas como respostas às diversidades de situações presentes no panorama agrário, e devem ser levadas como pontos prioritários e urgentes de intervenção, **antes, no início e no transcorrer** de todo o processo de Reforma Agrária que os trabalhadores brasileiros conquistarão, conforme se consolidem e cresçam seu poder de pressão e seu nível de organização.

Estas bandeiras se referem a reivindicações mais específicas dos trabalhadores do campo e variam segundo as desigualdades regionais do país. Estão aqui agrupadas em três grandes grupos: Direitos do Trabalho, Produção e Terras:



Foto: Azelma Rodrigues Agil

Os trabalhadores precisam ter sua liberdade política

7.3. Direitos do Trabalho

Extensão a todos os trabalhadores rurais das conquistas trabalhistas e previdenciárias já asseguradas pelos trabalhadores urbanos (carteira de trabalho, férias, aposentadoria, 13º salário, etc.). Salário mínimo real e unificado, idêntico ao dos trabalhadores urbanos; proibição do desconto de prestações não monetárias (moradia, alimentação, barracão, etc.).

Contrato coletivo de trabalho quando se tratar de mais de 5 empregados. Estabilidade no emprego a partir do 1º dia. Regulamentação rigorosa dos contratos temporários e pagamento de todos os direitos (horas extras, repouso semanal, etc.). Exigência de contrato permanente sempre que se tratar de empresas rurais. Pagamento de adicionais de insalubridade e periculosidade e uso obrigatório

de equipamentos de proteção, quando do manuseio de defensivos, inseticidas, etc.

Direito de greve, liberdade e autonomia sindicais, desvinculação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do FUNRURAL.

Proibição do transporte de trabalhadores rurais em carroceria de caminhão e carreta de trator. Proibição imediata da

locação de mão-de-obra e extinção da figura do "gato".

O PT sabe que para assegurar estes direitos aos trabalhadores rurais não basta que eles estejam colocados no papel como exigência legal. É preciso que eles sejam efetivamente cumpridos, ou seja, que os trabalhadores tenham garantida sua liberdade política.

7.4. Produção e Distribuição

Reordenação de toda a política de crédito rural, transferindo a atual priorização dos chamados grandes projetos, para atender aos interesses dos trabalhadores, com juros baixos, prazos mais dilatados e mínima burocracia. Prioridade aos empreendimentos familiares, às unidades que assegurem crescimento e estabilidade no emprego e às que se responsabilizam pela produção de alimentos e abastecimento interno.

Dispensa de título de propriedade ou aval do proprietário (carta de anuência) para efeito de concessão de empréstimos, que serão garantidos apenas pela safra,

colheita ou resultado da exploração animal.

Garantia efetiva de preços mínimos, reajustados trimestralmente, com aquisição pelo governo (intransferível a intermediários) da produção, sob fiscalização dos órgãos sindicais dos trabalhadores. Eliminação dos impostos sobre a produção, especialmente do ICM na fonte para produtos de consumo popular.

Eliminação da espoliação imposta aos pequenos produtores por parte das grandes indústrias de alimentos, dos grandes supermercados e todos os agentes capita-

listas que, pelo poder econômico, fazem com que o **agricultor receba pouco** pela sua produção e o **consumidor pague muito** por seus alimentos.

Para tanto, é preciso caminhar simultaneamente em duas direções. Em primeiro lugar, o desenvolvimento de uma intensa política de cooperativização para fortalecimento da pequena produção, com liberdade de organização dos cooperados. Favorecimento de recursos e incentivos financeiros, com vistas a assegurar condições de armazenamento, estocagem, industrialização e comercializa-

ção da produção nas cooperativas. Programas educacionais sobre cooperativismo e inclusão do tema no currículo escolar.

Em segundo lugar, com o intuito de impedir que cooperativas eventualmente se tornem monopólios, com prejuízo tanto dos consumidores como dos próprios cooperados, é necessário o desenvolvimento de estruturas públicas de armazenagem, transportes, informações e comercialização, as quais devem ser democraticamente controladas por representantes dos produtores agrícolas e dos consumidores finais de alimentos.

7.5. Terras

Reformulação profunda do Estatuto da Terra, mantendo-se as raras conquistas que asseguram ao trabalhador, mas superando seu espírito geral de favorecimento da empresa agrícola, para colocar a questão da desapropriação como meta permanente e não como recurso para casos de tensão social.

Interrupção imediata da cessão de terras públicas ao grande capital, titulação massiva das terras devolutas já ocupadas por trabalhadores rurais, reconhecimento de seus direitos sobre elas e redução drástica do prazo de usucapião.

Arrecadação pelo Estado e redistribuição dos bens vagos e dos não utilizados.

Na desapropriação por motivo de utilidade pública, além da justa indenização após colheita da safra, garantia de reassentamento em terras com as mesmas

condições de fertilidade e na mesma região. Obediência à norma "Terra por Terra na Margem do Lago", quando se tratar de desapropriação para construção das grandes hidrelétricas.

Denúncia da atual política de colonização, conduzida como alternativa à Reforma Agrária, por ser voltada para o favorecimento do grande capital. Fim dos projetos de colonização por empresas particulares.

Amplio programa de eletrificação rural, irrigação e multiplicação de pequenas barragens (nas áreas de seca), com aproveitamento dos açudes para desenvolvimento da piscicultura. Programas de drenagens nas áreas alagadiças e desenvolvimento da pesca mediante projetos essencialmente cooperativos. Conservação cuidadosa das estradas

rurais sem utilização politiqueria. Priorização das hidrovias e ferrovias para escoamento das safras.

Punição rigorosa para todo tipo de grilagem, fim de toda violência policial e militar contra os trabalhadores do campo e proibição efetiva de qualquer tipo de força militar das empresas (jagunços, bate-paus, guardas, etc.).

Apuração rigorosa das violências e assassinatos de trabalhadores rurais e responsabilização criminal de todos os implicados.

O PT considera que se trata, portanto, de desencadear um processo de Reforma Agrária que deverá reunir medidas diferenciadas de transformação da estrutura agrária, dentro de um planejamento global que modifique desde o início o atual instituto jurídico da propriedade na

área rural e se traduza, tanto em redistribuição de terras para cultivo familiar, quanto em estímulos à exploração da terra através de formas cooperativas, comunais, autogestionárias e mesmo mediante fazendas estatais.

A forma concreta de articulação entre essas diferentes modalidades de ocupação que o processo de Reforma Agrária introduzirá será função da correlação de forças ao nível da sociedade como um todo e do estágio de avanço dos trabalhadores em sua caminhada rumo a uma sociedade sem exploradores e sem explorados. Ou, em outras palavras, será função do tipo de Estado que a luta popular tenha conquistado e estará voltada tanto para o crescimento da produção rural quanto para o avanço no nível de educação política e organização dos trabalhadores.

Notas do Capítulo 7

(1) Módulo: área que, em dada posição geográfica, absorve toda a força de trabalho de um conjunto familiar com 4 adultos, proporcionando-lhe rendimento que assegure a subsistência e o progresso social e econômico.

(2) Minifúndio: imóvel rural com área agricultável inferior ao módulo da respectiva região. Os minifúndios cadastrados pelo INCRA em 1972 representavam 72% do total das propriedades cadastradas, mas ocupavam só 12% da área, sendo responsáveis por 50% da área colhida com produtos alimentares e por 30% da área colhida com produtos de transformação industrial. Em geral, a área dos minifúndios é inferior a 50 ha. Dos minifúndios cadastrados pelo INCRA em 1972 só 6,7% tinham área superior a 50 ha.

(3) São pequenos produtores que buscam um pedaço de terra para subsistir. De acordo com dados do INCRA de 1972, mais de 80% dos posseiros cadastrados são minifundistas, com área de menos de 20 ha. No Nordeste, Sudeste e Sul, os posseiros minifundistas cadastrados detêm mais de 40% da área de posse dessas regiões. Já no Norte e Centro-Oeste essa porcentagem não chega a 10%.

(4) Inclui também subarrendatários, falsos parceiros, agregados e moradores: todos os que pagam ao proprietário da terra, renda em trabalho, em produtos ou em dinheiro. Na maioria são pequenos produtores baseados principalmente na mão-de-obra familiar, que se assalariam temporariamente nas épocas de maior atividade agrícola.

(5) São os feitores, mensalistas, retirados, tratoris-

tas. Estão empregados fundamentalmente nas grandes propriedades.

(6) Há os temporários que vivem exclusivamente da renda de sua força-de-trabalho e se encontram principalmente no Centro-Sul (bóias-frias e volantes) e há os formados por pequenos proprietários, posseiros e arrendatários que se assalariam nas épocas de maior atividade agrícola porque não conseguem subsistir baseados somente em sua produção.

Obs: Cabe observar que o número de assalariados pode estar super-avaliado, uma vez que os dados são fornecidos pelos empregadores e, portanto, um mesmo trabalhador pode ter trabalhado em mais de uma propriedade no decorrer de um mesmo ano.

(7) LATIFÚNDIO POR EXPLORAÇÃO: imóvel que, não excedendo a 600 módulos ou 600 vezes a área média dos imóveis da respectiva micro-região, seja mantido inexplorado em relação às possibilidades físicas, econômicas e sociais do meio.

LATIFÚNDIO POR DIMENSÃO: imóvel rural que ultrapassa os limites definidos em (7), seja qual for o seu grau de aproveitamento.

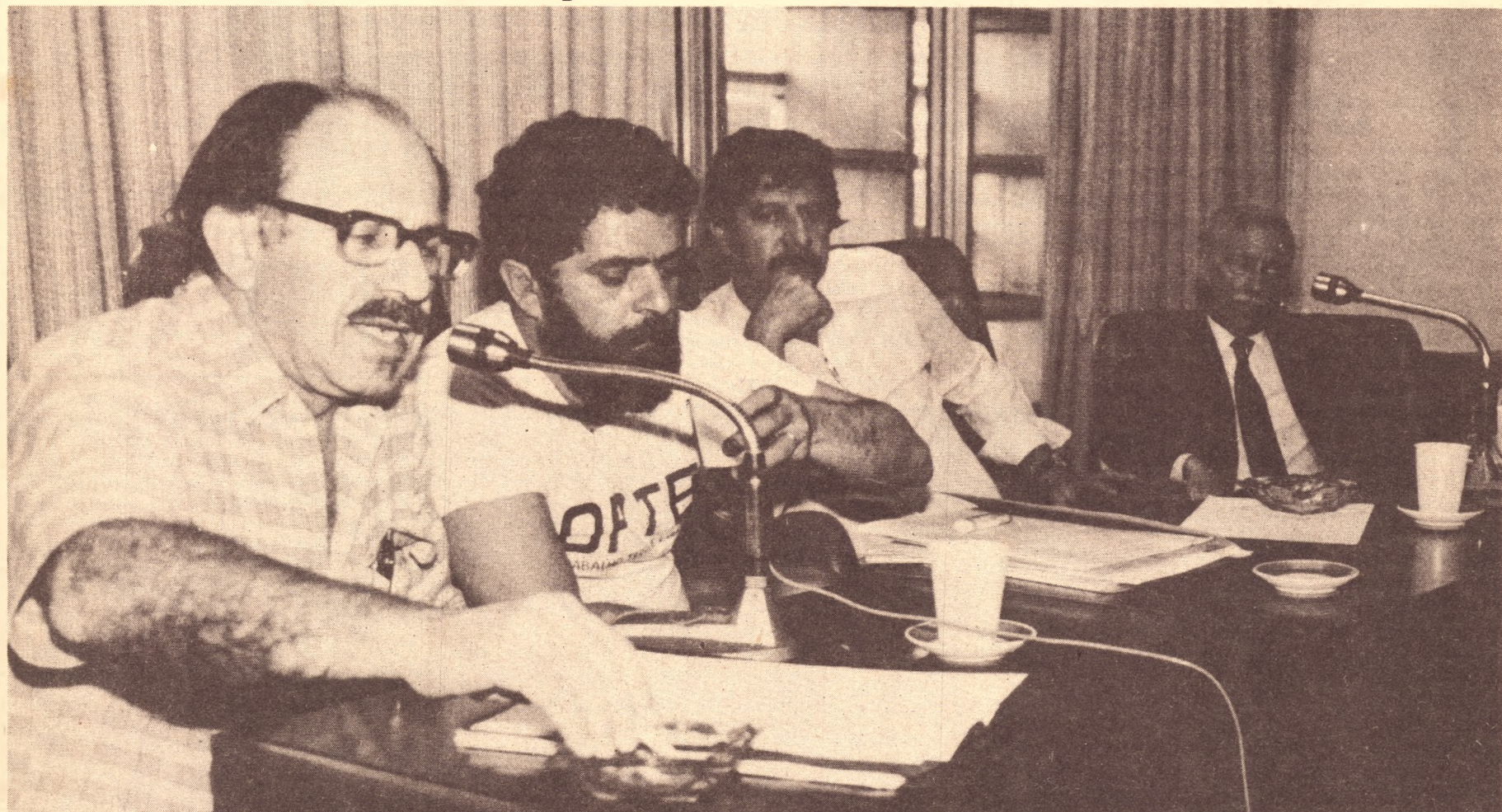
(8) EMPRESA RURAL: imóvel explorado racionalmente com um mínimo de 50% de sua área agricultável utilizada e que não exceda a 600 módulos ou 600 vezes a área média dos imóveis da respectiva micro-região.

Os dados referentes às áreas apontadas para essas 3 classes foram extraídos do Boletim ABRÁ 1 82 (Associação Brasileira de Reforma Agrária), em artigo de José Graziano da Silva.



Foto: Julimar de Brito

Lançamento Público



O Projeto de Programa Econômico do Partido dos Trabalhadores foi publicamente lançado, em caráter nacional, no dia 27 de setembro. O lançamento deu-se no Plenário D. Pedro II, da Assembléia Legislativa de São Paulo, com a presença de numerosos militantes e pessoas convidadas. O ato — durante o qual houve entrega de cópias do documento aos jornalistas econômicos dos principais órgãos de imprensa — foi presidido por uma mesa (foto) composta por Paul Singer (que fez a exposição do projeto), Luiz Inácio Lula da Silva, Jacó Bittar e Hélio Bicudo, os três últimos respectivamente presidente, secretário geral e secretário do Departamento Jurídico do Diretório Nacional do PT, e, igualmente, candidatos a governador, senador e vice-governador do Partido em São Paulo (Foto: Ruy P. Teixeira).

Economistas apoiam Programa do PT

Um expressivo conjunto de economistas de vários Estados do Brasil assinou um manifesto de apoio ao PT, que transcrevemos abaixo. O manifesto, além de ser uma tomada de posição de economistas identificados com a defesa dos interesses dos trabalhadores diante da crise econômica que o País atravessa, é também um primeiro passo no sentido de estimular a discussão em torno das questões econômicas mais candentes da atualidade, especialmente as relacionadas no Projeto de Programa Econômico do Partido dos Trabalhadores. Todos os interessados em participar dessas discussões poderão entrar em contato com o Instituto Wilson Pinheiro — rua Desembargador Guimarães, 72 —, Água Branca, SP, telefone: 259-9097. Já está marcado um primeiro debate para o dia 16 de outubro, sábado, às 10 horas, na rua Monte Alegre (prédio novo da PUC, sala 20); esse primeiro debate é promovido pelo Núcleo de Economistas do PT de São Paulo.

O manifesto

"A economia brasileira atravessa uma crise sem precedentes em sua história. Milhões de trabalhadores, donas-de-casa, estudantes, crianças e velhos, sulistas e nordestinos sofrem suas consequências amargando salários aviltados, o desemprego, a opressão no trabalho e nas ruas, a prepotência dos tecnocratas e a ausência de liberdade. A cada dia os problemas se agravam e, com a mesma rapidez, nossos governantes disseminam a mistificação em torno de suas possíveis soluções.

"Conscientes de sua responsabilidade profissional e política, e do dever inadiável de contribuir para a superação de um momento tão difícil, e na perspectiva de construir uma sociedade realmente justa e democrática, os economistas abaixo assinados vêm a público declarar que:

"1 — É possível eliminar o desemprego e proporcionar a cada brasileiro uma existência digna e honrada. Canalizando os investimentos públicos para setores que absorvam mão-de-obra, especialmente aqueles relacionados com as maiores carências do povo brasileiro como a construção de moradias, as atividades de saúde, educação, transporte urbano e saneamento, e implementando uma política firme de controle de preços aplicada principalmente aos oligopólios, que estimule a demanda, absorva os de-

sempregados e aumente a produção, este objetivo poderá ser alcançado.

"2 — É possível reduzir a inflação sem apelar para políticas recessivas e arrocho dos salários. A inflação pode ser substancialmente reduzida através do controle dos preços dos oligopólios e das empresas estatais, e eliminando a especulação financeira, comercial e imobiliária, e a corrupção, os desperdícios e as mordomias que infestam nossa economia.

"3 — É viável o acesso à terra a todos os que nela queiram trabalhar. Basta que se utilizem as terras disponíveis e que se encontrem concentradas nas mãos de um punhado de latifundiários e especuladores. Mas, além disso, é necessário também implementar uma política agrícola que garanta aos pequenos produtores meios de trabalho, crédito abundante e barato, facilidades no transporte e no armazenamento e preços mínimos adequados para que não apenas o trabalhador agrícola possa viver melhor, como também para que a produção aumente e os preços dos alimentos sejam acessíveis às massas populares nos centros urbanos.

"4 — É possível e indispensável desconcentrar a renda no Brasil. Através da reforma agrária, de políticas urbanas de controle dos aluguéis e da eliminação da especulação imobiliária, do aumento real dos salários, do acesso aos serviços públicos básicos, a tarifas razoáveis e da reforma tributária, é possível reduzir substancialmente e a curto prazo as enormes disparidades de renda existentes em nosso país.

"5 — O problema da dívida externa poderá ser equacionado sem alienar nossos recursos naturais como está acontecendo atualmente com Carajás e sem que os trabalhadores paguem uma vez mais por uma crise que não criaram. Para tanto é necessário que se implemente uma política nacional que por um lado exerça um rígido controle sobre as empresas multinacionais e estatais no que se refere à obtenção de empréstimos no exterior, e por outro, que facilite a aproximação com outros países devedores no sentido de se contrapor mais eficazmente aos interesses do capital financeiro internacional.

"6 — É possível dinamizar a economia reorientando os investimentos para as necessidades básicas da população, valorizando as regiões, os municípios, as comunidades locais, hoje esmagadas pelo centralismo e por uma burocracia que não só emperra o funcionamento da economia como devora parte

considerável do trabalho produtivo do campo e da cidade. A devolução às comunidades do controle e da iniciativa sobre o seu desenvolvimento permitirá revigorar o processo produtivo, reduzir os seus custos e adequá-lo às necessidades dos trabalhadores.

"7 — Os problemas econômicos atuais são complexos mas, os maiores obstáculos não residem em dificuldades de ordem técnica como pretendem os tecnocratas do regime. Os entraves são essencialmente políticos. No entanto, para superá-los não basta a boa vontade ou as melhores intenções: é indispensável dispor de força social e política.

"Muitos vêm no Partido dos Trabalhadores o surgimento dessa força e encaram com simpatia o seu crescimento e o fortalecimento eleitoral dos seus representantes. Mas se preocupam com a viabilidade do seu programa e com a capacidade de seus líderes para governar. No entanto, é necessário lembrar que os nossos atuais governantes já provaram fartamente que por estarem atrelados aos interesses das minórias, das elites, não resolveram os problemas básicos do povo brasileiro: a crise que enfrentamos é a prova mais dramática disso.

"Acreditamos que a única forma realista e viável de superar os momentos difíceis que vivemos — sem que o povo seja mais ainda pisoteado e humilhado — passa necessariamente pela participação dos trabalhadores nas decisões governamentais. É isso o que entendemos por "ter capacidade para governar". É, é isso o que o Partido dos Trabalhadores oferece: uma alternativa com propostas políticas, técnicas e administrativas enraizadas na força social capaz de assegurar a democratização da vida nacional, a justiça social e o decidido combate aos interesses que bloqueiam o nosso desenvolvimento econômico: os trabalhadores do campo e da cidade."

Os signatários

Até o momento, o manifesto já tem os seguintes signatários:

Francisco de Oliveira, Aloizio Mercadante Oliva, Rubem Murilo Leão Rêgo, Guido Mantega, João Machado B. Neto, Henry S. Gonzalez, Roberto Smith, Luiz Carlos Merege, Antonio Carlos Santos, Messias Correa Filho, Paulo Sandroni, Paul Singer, Ademar K. Sato, Adriano H.R. Biava, Ladislau Dowbor, Plínio S. de Arruda Sampaio Jr., João Batista Mazzeiro, Luiz Eduardo A. Assis, Betty Mindlin, Raymundo Bonfim, Eduardo Matarazzo

Suplicy, Cláudio A. Vieini, José Eduardo Favaretto, Helcio Perero Previtalli Jr., Antonio Carlos de Viveiros, Lirio Eloi Irber, Erikson Teixeira Lima, Guilherme Narciso de Lacerda, Jana Rincon, Fábio Barbosa da Silva, Rosane de Almeida Maia, José Marangoni Camargo, Orlando Martinelli Jr., Antonio Carlos F. Galvão, Maurias Alves Costa, Newton Paulo Bueno, Gessner José Oliveira F., José Graziano da Silva, Plínio Moraes, Bernardo Kucinski, Raul de Carvalho, Celso Augusto Daniel, Elias José Simon, Flávio Abrantes Pinheiro, Isabel de Carvalho, Plínio de Arruda Sampaio, Norma Cristina Brasil Casseb, J. Eduardo Prudencio Tinoco, Carmen Regina Maradei Gonzalez, Denise Lucchesi Dantas, Estanislau Dobeck, Paulo Juvenal Costa, Paulo C.P. Gusmão, Leda M. Paulani, Cecília Benfatti Cardoso, Jorge Eduardo L. Mattoso, Carlos Eduardo F. Silveira, Eduardo de Faria Carvalho, Edgar de Assis Carvalho, Francisco José Costa Alves, José Ayres Rabelo Filho, Alceu Alves Filho, Marcelo Alceu Amoroso Lima, José Roberto Ferro, Luiz Antonio Domakosky, Helthy Kobasky, Nelson Karan, Nadia Raggio, Maria de Lourdes Urban Kleinke, Dimas Floriani, Everlindo Henklein, Divonzir Bellotto, Gedalva Baratto, Sueli Muniz Atem, Jurandir Antonio Xavier, João Otávio Paes de Barros Jr. René Luis de Carvalho, Fernando Garcia, João Sabóia, Fernando José Abrantes, Fernando M. Costa, Glória Maria Moraes da Costa, José Sergio Leite Lopes, José Carlos Rocha Miranda, Leila Almeida, Lílian Miller, Marcelo Halberg, George Kornis, José Ricardo Tauile, Reinaldo Gonçalves, Claude Zesanas, Vicente Bastos, Carlos André da Silva Santos, Alexandre Marques Filho, Antonio Brás de Oliveira e Silva, Paulo Beskow, Jean Marc Von Derweid, Sandra Neiva, Carlos Castro de Lacerda, Caio Cesar Prates da Silveira, Maria Eliza de Faria Pinho, Lucila Bandeira Beato, Angela Gonzaga Mibielli de Carvalho, Renato Luiz Mello de Oliveira, Regina Célia M. Pantas, Carmen de Jesus Garcia, Artur Carlos Tinelli, Luiza Maria Lacroix C. da Silva, Regina Lucia Gardioli Santos, Ivan Gelabert Barbosa, Alexandre Addor, Vera Maria Maurity França, Rodrigo Coelho, Jane Souto, Mariana Rebouças, Leida Maria Labo Povoleni, Sergio Goes de Paula, Francisco Neiva, Carlos Minc, Luis Augusto Pontual, Aésio Alves Oliveira, Ana Maria Fontenelli de Oliveira, Francisco José Duarte Teixeira, Lúcia de Fátima Souza e Dalva Yone Lopes.

“Como modificação imediata é necessário partir da resolução aprovada na 1ª Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras (Conclat), de agosto de 1981, que exigiu uma Reforma Agrária:

- 1) ampla — que seja implantada em todo o território nacional;**
- 2) massiva — que dê acesso à terra a milhões de famílias sem terra ou com pouca terra;**
- 3) imediata — que se inicie já e que estabeleça um programa com metas a serem atingidas;**
- 4) com participação — dos trabalhadores rurais em todas as fases de elaboração e execução do programa.”**

De A Questão da Terra

